



RELATÓRIO DE GESTÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO
2014





Sumário

RELATÓRIO DE GESTÃO	7
Mensagem da Presidente	8
Síntese ano 2014	13
I. Relatório da Atividade	15
1. Conjuntura Económica	16
2. Atividade desenvolvida	17
3. Desenvolvimento do Negócio	22
4. Análise Económica e Financeira	24
5. Investimentos	31
II. Cumprimento das Orientações Legais	32
1. Objetivos de gestão	33
2. Gestão do risco financeiro	33
3. Prazo médio de pagamentos e divulgação dos atrasos nos pagamentos	35
4. Cumprimento das recomendações do acionista	36
5. Remunerações	36
6. Estatuto do gestor público	38
7. Contratação Pública	38
8. Sistema Nacional de Compras Públicas e parque de veículos do Estado	39
9. Medidas de redução de gastos operacionais	39
10. Princípio da Unidade de Tesouraria de Estado	40
11. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas	41
12. Informação divulgada no site do SEE	41
13. Sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais	42
III. Perspetivas para o futuro	44
IV. Factos relevantes após o termo do exercício	45
V. Proposta de aplicação dos resultados	46

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS	47
Demonstrações Financeiras	48
Balanço	49
Demonstração de Resultados	50
Mapa das Demonstrações das Alterações do Capital Próprio	52
Demonstração dos Fluxos de Caixa	54
Notas às Demonstrações Financeiras	55
1. Identificação da entidade	56
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	56
3. Bases de apresentação e políticas contábilísticas	57
4. Fluxos de caixa	64
5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas, erros e reexpressões efetuadas	65
6. Ativos fixos tangíveis	65
7. Ativos intangíveis	67
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	68
9. Participações financeiras – outros métodos	70
10. Inventários	70
11. Clientes	73
12. Estado e outros entes públicos	75
13. Outras contas a receber	76
14. Diferimentos	77
15. Capital realizado	78
16. Outros instrumentos de capital próprio	78
17. Reservas legais	78
18. Outras reservas	78
19. Resultados transitados	79



Sumário

20. Provisões	79
21. Financiamentos obtidos	80
22. Outras contas a pagar	81
23. Fornecedores	82
24. Adiantamentos de clientes	82
25. Adiantamentos a Fornecedores	83
26. Vendas e serviços prestados	83
27. Subsídios à exploração	84
28. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	85
29. Variação nos Inventários da Produção	86
30. Trabalhos para a própria entidade	86
31. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	87
32. Fornecimentos e serviços externos	88
33. Gastos com o Pessoal	89
34. Outros rendimentos e ganhos	90
35. Outros gastos e perdas	90
36. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	91
37. Juros e gastos similares suportados	92
38. Imposto sobre o rendimento do período	92
39. Partes relacionadas	93
40. Garantias e avales	95
41. Locações operacionais	95
42. Matérias ambientais	96
43. Contingências	97
44. Acontecimentos após a data de balanço	97

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	98
I. Missão, objetivos e políticas	99
II. Estrutura de capital	100
III. Participações sociais e obrigações detidas	101
IV. Órgãos sociais e comissões	104
A. Mesa da Assembleia Geral	105
B. Administração e Supervisão	105
C. Fiscalização	108
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)	110
E. Auditor Externo	111
V. Organização interna	112
A. Estatutos e Comunicações	113
B. Controlo Interno e gestão de riscos	113
C. Regulamentos e Códigos	114
D. Deveres especiais de informação e sítio da Internet	115
VI. Remunerações	116
A. Competências para a Determinação	117
B. Comissão de Fixação de Remunerações	117
C. Estrutura das Remunerações	117
D. Divulgação das Remunerações	117
VII. Transações com partes relacionadas e outras	118
VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	120
IX. Avaliação do Governo societário	130





Relatório de gestão



Mensagem da Presidente



O exercício de 2014 constitui-se um marco e um ano de viragem no processo de reestruturação em curso para a viabilidade e sustentabilidade da Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, EMEF, SA.

Recordar que a estratégia em curso assenta em três pilares fundamentais:

- 1) Reestruturar para criar valor
- 2) Criar novas competências
- 3) Internacionalizar e estabelecer parcerias estratégicas.

O que permitiu ao longo do ano de 2014 registar uma melhoria na produtividade, no desempenho económico e financeiro e continuar o processo de ajustamento da estrutura produtiva sem colocar em causa os objetivos fixados no plano de atividades, e dando cumprimento a todos os normativos, também os de segurança, a que estamos obrigados.

A nossa estratégia pressupõe a criação de condições para um futuro autossustentável da EMEF assente fundamentalmente na contratualização da prestação de serviços com os nossos Clientes, nomeadamente com o nosso principal cliente e Acionista a CP, Comboios de Portugal E.P.E. Neste sentido foram assinados contratos para a prestação de serviços de Manutenção Específica de cada uma das séries de material circulante da frota mais relevante daquela empresa.

Esta Contratualização permite gerir com maior estabilidade e segurança, eventos muito relevantes e com potencial impacto na atividade EMEF designadamente:

- A decisão estratégica de se avançar para o processo de privatização da empresa;
- A integração da CP, no perímetro de consolidação do Orçamento do Estado, em 1 de janeiro de 2015.

Em 2014 a EMEF registou um dos melhores desempenhos dos últimos anos, tendo o Resultado Líquido evidenciado uma recuperação face a 2013 no valor de €4,3 Milhões, situando-se agora nos 909 milhares de euros. Para este desempenho contribuíram, quer o aumento do Volume de Negócio na ordem dos 4 M€, bem como a melhoria da margem em 130 p.p de par com uma redução dos Gastos Operacionais em cerca de 1,1 M€. O que permitiu obter um EBITDA em 2014 de €3,5 Milhões.

Por outro lado e com um forte impacto positivo na atividade da EMEF foi a autorização dada pelo Governo de excecionar a empresa do Código da Contratação Pública, por esta exercer a sua atividade em mercado livre e em concorrência.

Neste sentido, é de relevar de entre as várias iniciativas que foram desenvolvidas para aumentar o volume de negócio da empresa, o posicionamento que a EMEF assumiu e liderou no processo concorrencial para a Manutenção, por 3 meses, da frota de material circulante ferroviário da Metro do Porto, do qual saiu vencedora. Esta grande conquista, posicionou a EMEF num patamar confortável para poder ganhar, o Contrato resultado de um concurso público internacional, para os próximos 10 anos, de prestação de serviço de manutenção do material circulante para toda a frota da Metro do Porto.

Em suma, gerimos de forma rigorosa e determinada a nossa conta de exploração, mas também o nosso balanço, dando continuidade ao esforço de redução dos inventários, com uma diminuição de 537 milhares de euros, e da Dívida, que registou uma redução de 4,8 M€, ou seja, foi liquidado passivo financeiro face ao ano transato.

Para o exercício de 2015 continuaremos o processo de reestruturação, o esforço de redução dos níveis de endividamento, e melhoria dos resultados, sendo estas as principais as prioridades da EMEF. Continuaremos a melhorar os nossos níveis de fundo de maneio, e procuraremos sempre opções alternativas com o objetivo de equilibrar a estrutura de capitais.

Somos, e vamos continuar a ser uma empresa de referência na manutenção industrial, que tem como um dos seus objetivos estratégicos a Internacionalização, aplicando as nossas competências e saberes a outros setores e a outros mercados. Queremos consolidar a nossa posição de liderança no mercado nacional, mas também expandir a atividade para os mercados emergentes.

O futuro que se desenha obriga a um importante esforço de comunicação, rejuvenescimento e formação dos nossos quadros e colaboradores em geral. Pretendemos que a equipa que no dia-a-dia constrói o futuro da EMEF, seja uma referência pelo seu profissionalismo, competência e excelência, e que todos os que trabalham nesta empresa estejam cada vez mais e melhor habilitados, e dotados das necessárias valências e competências para enfrentar com sucesso os desafios que constantemente se nos deparam.

O processo de privatização da EMEF, que está em curso, é uma verdadeira oportunidade de refundar e dar continuidade nomeadamente, aos esforços de melhoria na qualidade, bem como, na eficácia e eficiência do modelo produtivo, estabelecer e promover a meritocracia na gestão, alavancar investimento e fazer um alargamento do negócio a novas geografias, mantendo a atual posição da EMEF, de principal prestador de serviços de manutenção e reparação de material circulante ferroviário em Portugal.

Termino com uma palavra de apreço e reconhecido agradecimento a esta Grande Equipa, à nossa estrutura Diretiva, às Chefias Intermédias e a todos os nossos Colaboradores, pois são eles o nosso maior ativo e foram eles que de forma decisiva e empenhada contribuíram para os resultados alcançados, e conseqüentemente para mais um ano de crescimento e desenvolvimento da EMEF.

Por último agradecer aos nossos clientes, aos nossos fornecedores, às instituições financeiras e ao nosso Acionista, que reconheceram o mérito da nossa empresa e a ajudaram a evoluir ao longo do ano de 2014.

Estou convicta que juntos vamos alcançar os desafios a que nos propomos.

Lisboa, 17 de março de 2015

Cristina Pinto Dias



Principais acontecimentos

■ FEVEREIRO

No decorrer da sua deslocação a Portugal, a convite do Ministro da Economia português, o Ministro dos Transportes e Comunicações de Moçambique, Dr. Gabriel Muthisse, visitou, no dia 6 de fevereiro, as instalações do Parque Oficial Centro da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, no Entroncamento.

O ministro e a sua comitiva foram recebidos pelo presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, pelo presidente do Conselho de Administração da CP, Eng. Manuel Queiró, pela presidente do Conselho de Administração da EMEF, Dra. Cristina Pinto Dias, pela vogal, Dra. Isabel Vicente e, ainda, pelo diretor geral desta empresa, Eng. Alberto Castanho Ribeiro.

No âmbito da estratégia de desenvolvimento de negócio da qual a internacionalização da empresa é um pilar principal, a EMEF promoveu a apresentação da empresa e das respetivas potencialidades técnicas e tecnológicas à qual se seguiu uma visita detalhada às oficinas e um almoço de trabalho, servido na sala do comboio real do Museu Nacional Ferroviário.



MARÇO ■



Na sequência da realização de auditorias de acompanhamento pela APCER, no final de 2013, a EMEF manteve a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2008, assim como a certificação do seu Sistema de Gestão de Recursos Humanos, de acordo com a norma NP 4427:2004.

As certificações de acordo com estas normas reconhecem o esforço da Empresa na conformidade dos respetivos Sistemas de Gestão e na melhoria do seu produto e serviço.

Os resultados alcançados, após auditoria realizada em todos os órgãos da EMEF, decorrem da dedicação, envolvimento e do indispensável esforço conjunto de todos os seus Colaboradores.

No dia 21 de março, a EMEF e a REFER assinaram um Memorando de Entendimento para a Cooperação Comercial, assente no desenvolvimento de iniciativas conjuntas no plano internacional.

Considerando a complementaridade das respetivas áreas de atuação, EMEF e REFER decidiram estabelecer uma relação de colaboração que permita aproveitar sinergias, competências e a experiência de saber fazer, que reforcem a capacidade competitiva de ambas as empresas no palco internacional.

Este acordo lança as bases para a definição de uma metodologia de cooperação com vista à identificação e gestão de novas oportunidades de negócio com mercados-alvo potenciais, posteriormente materializadas em iniciativas e ações comerciais conjuntas. Nos projetos a desenvolver, cada empresa participará segundo a especialidade, capacidade e experiência específicas.

Na cerimónia de assinatura esteve também presente o presidente da CP.



MAIO

No seguimento do memorando de entendimento assinado com os Caminhos de Ferro de Luanda (CFL) em 26 de novembro de 2013 iniciaram-se em maio diversas visitas a Luanda de modo a apresentar a EMEF, as suas competências e capacidades técnicas dentro da área ferroviária bem como a efetuar um levantamento das necessidades de manutenção dos CFL.

No dia 28 de maio, a EMEF, os CFM (Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EP) e a Visabeira efetuaram um Memorando de Entendimento para constituição de sociedade em Moçambique.

JUNHO

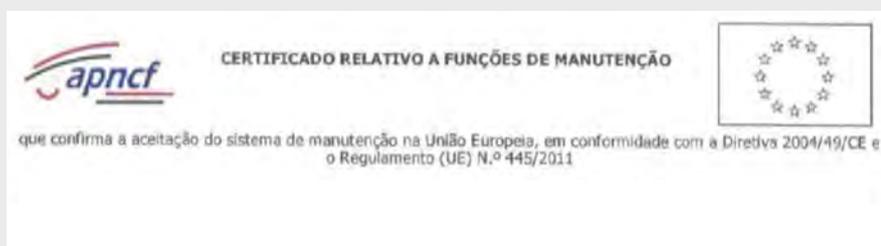


Realizou-se no dia 25 de Junho um encontro entre o Conselho de Administração e os seus diretores.

A intervenção de abertura dos trabalhos esteve a cargo da Presidente do Conselho de Administração, Dra. Cristina Pinto Dias, que relembrou e sublinhou a importância da estratégia em curso na empresa e que assenta em três pilares fundamentais: Reestruturar para Criar Valor; Criar Novas Competências; Internacionalizar e Estabelecer Parcerias Estratégicas.

Seguiram-se as apresentações dos Diretores, com uma análise SWOT exaustiva por cada uma das suas áreas de responsabilidade, e debate em torno dos conteúdos apresentados. Foi partilhado o balanço da execução do Plano de Atividades e Orçamento até Maio de 2014. A sessão de trabalho terminou com uma análise das perspetivas futuras do negócio EMEF a nível nacional e internacional.

JULHO



Após a avaliação da APNCF foi confirmada a certificação da EMEF na função "execução da manutenção" conforme Regulamento UE n.º 445/2011, que estabelece o sistema de certificação de entidades responsáveis pela manutenção de vagões, após a realização de uma nova análise interna à globalidade dos requisitos das 4 funções do referido regulamento bem como a participação nas inspeções e auditorias da APNCF.

SETEMBRO

Foi recebido despacho da Tutela no sentido de excecionar a empresa da aplicação do Código da Contratação Pública, por esta exercer a sua atividade em mercado livre e concorrência.

A EMEF e a China CNR Corporation Limited celebraram um memorando de entendimento para o desenvolvimento de cooperação industrial para a execução da manutenção de equipamento ferroviário produzido pela CNR.

De 23 a 26 de setembro, a EMEF participou na maior feira do sector das tecnologias de transporte, InnoTrans, que se realiza em Berlim. Apostando numa imagem de modernidade e inovação, sem contudo esquecer as suas origens, e no seguimento de uma estratégia de divulgação internacional das suas atividades, a EMEF esteve presente com um stand representativo dos seus principais sectores de negócio: fabrico de vagões, reparação de rotáveis e motores de grandes marcas, reabilitação de material circulante/interiores ferroviários e software e sistemas (através da sua participada Nomad Tech).

A EMEF pretendeu assim reforçar a visibilidade no mercado internacional, bem como mostrar a oferta diversificada de produtos e serviços e as mais-valias que a empresa poderá acrescentar ao sucesso do negócio dos seus clientes e parceiros.





■ OUTUBRO

A Presidente do Conselho de Administração da EMEF, Dra. Cristina Pinto Dias, participou na conferência internacional dedicada aos Sistemas Inteligentes aplicados à Logística e aos Transportes, organizado pela LOGISTEL, nos dias 20, 21 e 22 de outubro. No âmbito do painel, “Transportes, Eficiência Energética e Ambiente”, a Sr.ª Presidente, fez uma intervenção subordinada ao tema “TRANSPORTES “VERDES”: PARCEIROS DA MOBILIDADE INTELIGENTE”, onde partilhou uma visão, pragmática, dinâmica e positiva, fundada no desenvolvimento e na investigação levada a cabo no Sistema de Mobilidade em geral, e no modo ferroviário Português em particular.

Nesta intervenção, ficou clara a necessidade imperiosa de colocar o Transporte Público como agente e parte da solução para a Descarbonização da Economia e o seu contributo para melhorar a eficiência energética e ambiental, preservando a sustentabilidade económica e financeira. Cristina Pinto Dias, defendeu, ainda, que a mudança obedece a 3Cs e deve ser suportada em 3is, ou seja, o Transporte Público tem a oportunidade e responsabilidade de contribuir para o Crescimento, Competitividade e Coesão do país e deve fazê-lo suportado em Sistemas Inteligentes, que sejam Intermodais, Integradores e inclusivos, “Para que tudo fique mais perto”.

Esta Conferência Internacional contou com a presença de mais de 200 participantes, e de diversas individualidades políticas e empresariais nacionais e dos países Lusófonos Africanos e do Brasil, tendo registado uma vasta exposição de boas práticas e “case studies” por parte de empresas, academia e entidades ligadas aos diversos sectores dos transportes quer de passageiros quer de mercadorias.



DEZEMBRO ■

A 12 de dezembro foi atribuído à Fundação do Museu Nacional Ferroviário o prémio APOM – Associação Portuguesa de Museologia na categoria “Intervenção e Restauro” pelo trabalho de restauro do Comboio Presidencial Português efetuado pela EMEF.

A 26 de dezembro foi assinado o contrato com o Metro do Porto para manutenção do seu material circulante durante um período de 3 meses.



Síntese ano 2014

Os resultados de atividade são expressos nos indicadores do quadro seguinte:

INDICADORES (euros)	2014	2013	Δ %
Resultados			
Resultado Operacional	2.244.053	-1.686.613	233%
Rendimentos Operacionais	57.357.328	54.501.673	5%
Gastos Operacionais	55.113.274	56.188.286	-2%
EBITDA*	3.473.879	-509.944	781%
Resultado Líquido	909.485	-3.309.285	127%
Negócio			
Volume de Negócio	54.993.577	50.935.813	8%
VAB	31.143.200	28.760.199	8%
VAB per capita	29.717	26.146	14%
Investimentos	108.184	44.760	142%
Recursos Humanos			
Efetivo Final do Exercício	1.030	1.069	-4%
Efetivo Médio	1.048	1.100	-5%

* Inclui rescisões por mútuo acordo e perdas por imparidade.





I.

Relatório da Atividade

1. Conjuntura Económica

As atuais projeções para a economia portuguesa para 2014-2016 refletem a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade ao nível dos preços, caracterizado também pela manutenção da capacidade de reduzir o endividamento externo.

Perspetiva-se a continuação da trajetória de recuperação gradual da atividade iniciada em 2013. A evolução da procura interna deverá continuar condicionada pelo ainda elevado nível de endividamento do sector privado e pelo processo de consolidação orçamental.



Cenário Macroeconómico 2014-2016

(Projeções do Banco de Portugal 2014-2016) (%)

	Taxa de Variação		
	2014	2015	2016
Produto Interno Bruto	0,9	1,5	1,6
Consumo Privado	2,2	2,1	1,3
Consumo Público	-0,5	-0,5	0,5
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)			
Procura Interna	2,3	1,1	1,5
Exportações	1,0	1,7	2,1
Importações	-2,5	-1,3	-2,0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	-0,1	0,7	1,0

Fonte: Boletim Económico - Dezembro 2014, Banco de Portugal

As atuais projeções do Banco de Portugal apontam para uma gradual recuperação da economia Portuguesa nos próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do euro.

A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital. Adicionalmente, as projeções são consistentes com uma afetação de recursos crescentemente orientada para os setores transacionáveis e mais produtivos da economia. Não obstante, o potencial de crescimento previsto para a economia portuguesa no horizonte de projeção é relativamente limitado. De facto, a desalavancagem dos setores público e privado, os desenvolvimentos demográficos, os limitados níveis de capital produtivo por trabalhador e o baixo dinamismo previsto para os principais parceiros comerciais – com destaque para o conjunto da área do euro – continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de reequilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico ainda exige aprofundamento. Simultaneamente, não se devem ignorar os riscos, de natureza interna e externa, que impendem sobre a economia portuguesa. Neste quadro, é crucial o cumprimento dos compromissos estabelecidos a nível europeu em termos do processo de consolidação orçamental, que são indispensáveis para sustentar uma trajetória descendente para o rácio da dívida pública. Em paralelo, o processo de reformas estruturais no sentido da criação de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano deve ser aprofundado. Um consenso alargado em torno deste processo é fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação das políticas que o sustentam. As condições anteriores são indispensáveis para promover uma melhor afetação dos recursos e o crescimento da produtividade, contribuindo assim para o desígnio de aumentar sustentadamente os níveis de bem-estar económico em Portugal.

2. Atividade desenvolvida

Os serviços prestados pela EMEF continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- a reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- a manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária dos operadores, tendo associados níveis de serviço para cada tipo de operação, nomeadamente disponibilidade e fiabilidade;
- a reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa assegurou ainda:

- o serviço de prevenção permanente para quaisquer intervenções de emergência envolvendo o material circulante;
- as operações de socorro na linha, sempre que necessário;
- a realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- a realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e dos equipamentos que lubrifica, quer utilizados na manutenção efetuada pela EMEF, quer para clientes externos.

Pela sua importância releva-se a evolução da produtividade com que a atividade foi desenvolvida.

No ano de 2014 ocorreu um aumento considerável na Prestação de Serviços pela EMEF. O aumento de 8% no volume de negócios foi conseguido ao mesmo tempo que se registou uma redução de 5% no efetivo médio total. Consequentemente houve um aumento significativo da produtividade do trabalho que, se medida pelo indicador VAB/Efetivo Médio total foi de 14% face ao ano anterior.

Os aspetos mais marcantes das atividades desenvolvidas em cada um dos segmentos de intervenção da empresa são seguidamente apresentados.

Reparação e Modernização

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos Parques Oficiais Norte, Centro e Sul, nos estabelecimentos oficiais localizados em Contumil, Entroncamento e Barreiro, respetivamente.

O seu âmbito continuou a integrar os tipos de reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), no material rebocado de mercadorias (reparações de segurança - RS e RSP) e nos equipamentos (reparações gerais - RG e reparações intermédias - RI), outras reparações por causas imprevistas, acidentais ou vandalismos sobre os veículos ferroviários (reparações por avaria - RAV e reparações por acidente - RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

O plano de reparações acordado com os Clientes para 2014 foi genericamente cumprido. Concluíram-se 23 reparações tipo R à frota do Cliente CP (9 em carruagens afetas aos serviços intercity; 5 em automotoras elétricas afetas aos comboios suburbanos e 9 em automotoras diesel afetas aos serviços regionais), o que representa um





acréscimo de 18% relativamente a 2013. Efetuaram-se 455 RSP à frota de vagões do cliente CP-Carga, cumprindo-se integralmente o programa anual das intervenções, o que representa um acréscimo de 72% relativamente a 2013, e 12 RSP a frotas de outros clientes (decrécimo de 25% relativamente ao ano transato).

Contrariamente ao previsto, das duas reparações tipo R2 planeadas para as locomotivas diesel, apenas numa delas se iniciou a intervenção em outubro. Releva-se, porém, que a entrada desta locomotiva em oficina interrompeu um ciclo iniciado em janeiro de 2012 de não realização de intervenções desta natureza com o consequente impacto profundamente negativo na exploração da oficina do Barreiro.

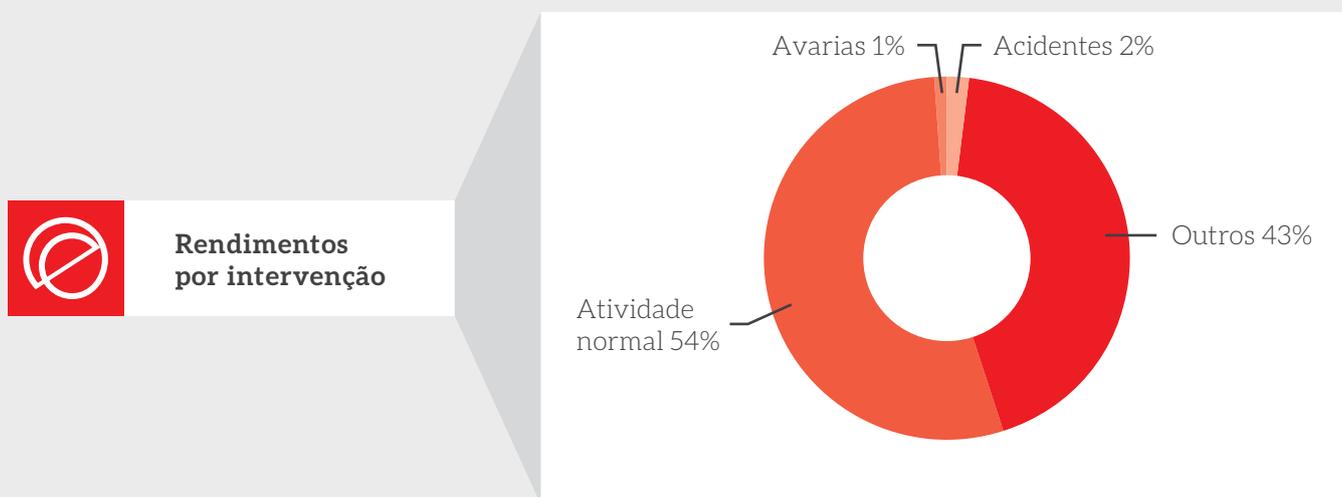
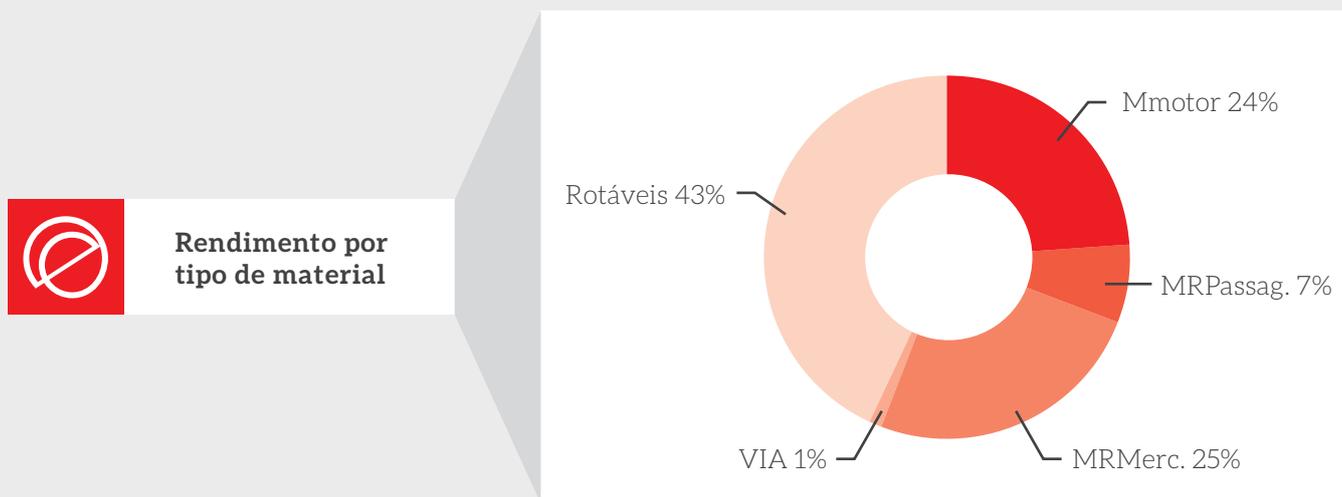
Regista-se também negativamente a não realização de quatro reparações tipo R2 em automotoras RENFE.

Nesta área de atividade é ainda de salientar a obtenção da Certificação para a função execução de Reparação de Vagões, segundo o Regulamento UE 445/2011.

No que concerne à área de reparação de rodados, destacam-se as seguintes intervenções:

- Rodados e transmissões para os SBB (caminhos de ferros Suíços);
- Rodados para a Takargo e GMF (empresa com sede em Espanha com atividade na área da manutenção e reparação ferroviária);
- Rodados para a Fertagus.

No seu conjunto o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2014, rendimentos de 27.213 milhares de euros, o que correspondeu a 49,6% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 12% relativamente a 2013.



Manutenção

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos três Parques Oficiais e na Unidade de Manutenção de Alta Velocidade abrangendo os estabelecimentos oficiais localizados no norte (Contumil, Guifões, Sernada do Vouga e Mirandela), no Centro (Entroncamento) e no Sul (Barreiro, Poceirão, Vila Real de Santo António, Campolide, Santa Apolónia e Oeiras).

O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota/segmento de mercado, de cada cliente: CP, CP Carga, Prometro e RENFE.

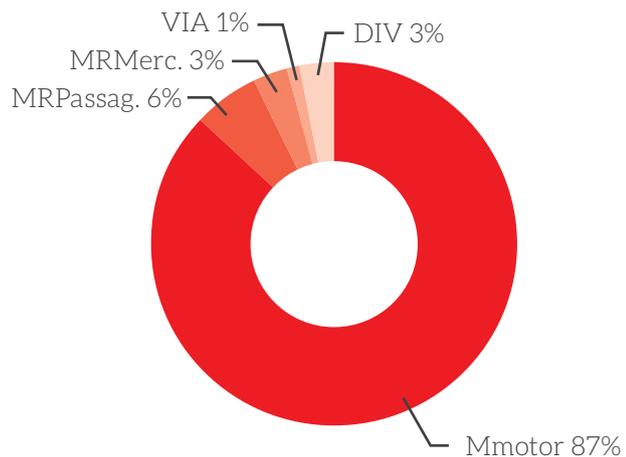
Em paralelo, continuou a ser prestado o serviço de manutenção sazonal aos comboios históricos, produto do cliente CP com forte impacto na sua imagem.

Foi também assegurada, para a Fundação do Museu Nacional Ferroviário (FMNF), a manutenção e o acompanhamento dos serviços comerciais do comboio presidencial, que mereceu, neste ano, o diploma da APOM para a melhor intervenção de conservação e restauro em 2013, obra realizada em colaboração entre a EMEF e a FMNF.

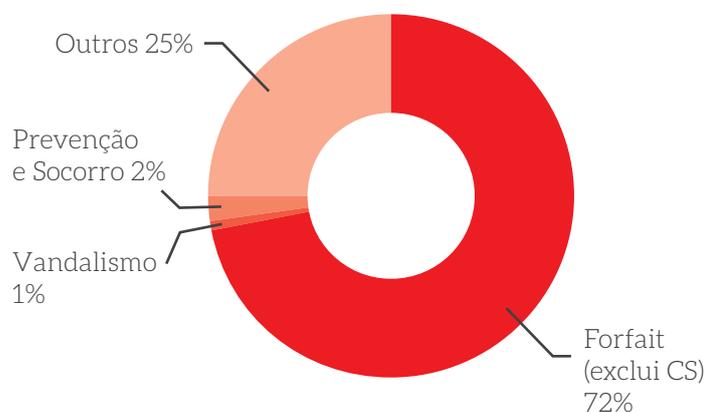
No seu conjunto, o segmento manutenção corrente permitiu à Empresa realizar, em 2014, rendimentos de 27.661 milhares de euros, o que correspondeu a 50,4% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 4% relativamente a 2013.



Rendimento por tipo de material



Rendimentos por intervenção





Reabilitação

Nesta vertente são de destacar as seguintes iniciativas em curso:

- Reconstrução da caldeira da locomotiva a vapor 0186 e modificação de queima a carvão para queima a fuel. Durante 2014 foram desenvolvidos contatos para a realização deste projeto no estrangeiro dado que não há capacidade técnica para projeto e fabrico em Portugal;
- Modificação de vagões para a Mota Engil;
- Integração de componentes na maqueta para o projeto Intrans.

Em termos de iniciativas em projeto ou apresentação de propostas, salientam-se as seguintes:

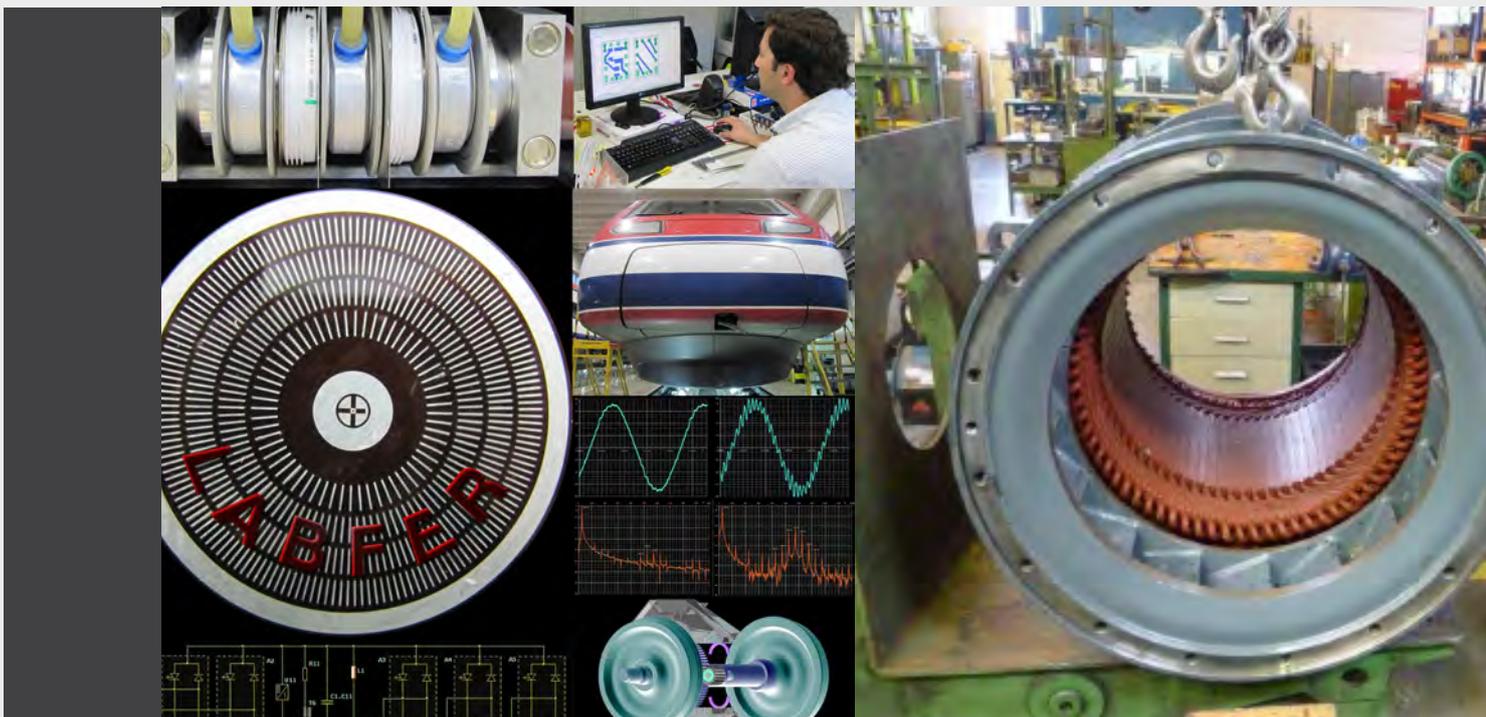
- Reabilitação de carruagens Schindler para exploração turística;
- Remotorização e reabilitação de 4 locomotivas Diesel para a Companhia de Fosfatos de Gafsa na Tunísia;
- Projeto para a construção de flats para transporte de madeira, para a CP Carga;
- Projeto de vagão para transporte de matérias perigosas para o Perú.

Engenharia, inovação e desenvolvimento

Em termos de otimização de processos nas áreas operacionais, destacam-se os seguintes:

- Assumpção por parte da Direção de Engenharia, da dinamização dos processos de revisão de documentação técnica (ciclos de manutenção, planos de qualidade e especificações técnicas) permitindo um adequado controlo e uniformidade da documentação transversal à empresa;
- Melhoria do processo da revisão de especificações técnicas que suportam a aquisição de materiais, garantindo-se a sua adequação técnica as necessidades e explicitação sempre que possível de características técnicas que permitam uma consulta mais alargada de fornecedores e obtenção de melhores condições de aquisição;
- Desenvolvimento de planos de qualidade das séries de material, identificando e definindo melhorias nos planos de manutenção visando melhorar o comportamento técnico e disponibilidade para o cliente tendo ainda subjacente a rentabilização do dispositivo de manutenção alocado e contenção ou redução de custos de operação;
- Internalização de reparação de componentes eletrónicos do sistema de informação aos passageiros nas UME 3400 com aproveitamento de conhecimento técnico residente e de mão-de-obra especializada, o que permitiu reduzir a encomenda ao exterior (fabricantes);
- Alteração de metodologia de gestão de rotáveis ao nível da produção na UMAV, em articulação com a Logística, permitindo um aumento do controlo das necessidades de reparação, confirmação de falhas e avaliação / decisão da sua reparação ou descarte;
- Implementação de ensaios de magnetoscopia na avaliação técnica, pesquisa e controlo de eventuais fendas em bogies de comboios CPA em detrimento dos ensaios não destrutivos anteriormente usados permitindo um controlo mais fidedigno e redução significativa de horas de mão-de-obra e de materiais;
- Desenvolvimento de análise técnica continuada para avaliar a possibilidade de alargamento da periodicidade de substituição de óleo e filtros do sistema de pendulação que independentemente da redução da mão-de-obra e impacto ambiental para gestão de resíduos terá uma poupança anual de custos por não aquisição de materiais;
- Tendo por base o acompanhamento efetuado diariamente aos comboios, a aplicação da metodologia de manutenção sob condição permitiu alargar o período de substituição dos calços de freio, o que se traduz em poupança de mão-de-obra e redução de custos de aquisição de materiais;
- Iniciado estudo técnico para avaliação da viabilidade de utilização de calços de freio de maior espessura de pitons, o que caso se venha a concluir pela positiva será expectável uma redução de mão-de-obra na sua substituição bem como do custo de aquisição de materiais;
- Desenvolvimento de estudo técnico do bloco de válvulas do grupo hidráulico de pendulação por novo tipo (protótipo) com incorporação de produção nacional, caso se venha a revelar como adequado estima-se que a substituição integral destes equipamentos por novos (médio prazo) permita uma redução significativa de custos relativamente à aquisição de modelo original;

- Desenvolvimento de projeto concepção / execução para substituição do sistema de leitura / difusão de vídeo dos comboios CPA com substituição de leitor de DVD por Media Player, o que permitiu uma melhoria significativa na fiabilidade do sistema e qualidade de serviço prestado ao cliente, adicionalmente representa uma redução de custos de manutenção/reparação;
- Desenvolvimento de estudo técnico e protótipo para substituição da válvula de emergência da cabina dos CPA (válvula de murro) por equipamento mais fiável e de menor custo similares às aplicadas noutras series de material da CP;
- Internalização da reparação de alguns equipamentos rotáveis que se verificou serem passíveis de intervenção na manutenção por utilização da mão-de-obra qualificada, nomeadamente:
 - Kinax (Equipamento das centrais eletrónicas dos sistemas de pendulação),
 - Gerador taquimétrico da caixa negra e conversor de tração, considerado descartável pelo fabricante,
 - Interruptor especial das centrais eletrónicas das portas exteriores,
 - Ventiladores das unidades condensadoras do sistema de ar condicionado dos salões.
- Estudo e implementação de modificação em bancos de ensaios de modo a permitir ensaiar caixas de transmissão das automotoras UDD 450;
- Estudo de concepção / execução de banco de ensaios de injetores bomba de combustível para motores Cummins permitindo desta forma garantir a adequada regulação após reparação e redução de tempos de ensaio das automotoras com conseqüente redução de consumo de combustível e impacto ambiental;
- Adaptação do banco de ensaios de motores Diesel de modo a aumentar a gama de equipamentos em ensaio (motores de pequena potência até motores de 700HP) com conseqüente redução dos tempos de ensaio e rotação na saída das unidades e inerente redução de consumo de combustível e impacto ambiental;
- Reorganização do processo de reparação de equipamentos de ar condicionado de comboio, com concentração num único local com adequadas condições operacionais que permitem uma maior celeridade e menor esforço na realização de operações de manuseamento dos equipamentos para colocação em posição de reparação. Criação de banco de ensaios para deteção de fugas e ensaio completo dos equipamentos em oficina reduzindo tempos de ensaio nas unidades e correspondente consumo energético e ainda necessidades de manuseamento para correção de regulações com risco de fugas de fluido de refrigeração (impacto ambiental). (POC) Concluído.



3. Desenvolvimento do Negócio

No quadro dos objetivos fixados para a Direção de Desenvolvimento do Negócio para 2014, merecem especial destaque as seguintes ações:

No âmbito da contratação

- Celebrados sete contratos de manutenção específica a coberto do contrato quadro celebrado com a CP em Junho de 2012, para as séries de material circulante, UME 3150/3250, UQE 2300/2400, UQE 3500, carruagens climatizadas, CPA 4000, UDD 450 e UTE 2240¹. Estão ainda em fase de conclusão os contratos para Allan 350, UME 3400 e locomotivas Diesel que deverão estar concluídos no primeiro trimestre de 2015;
- Apoio ao desenvolvimento do processo de contratualização da intervenção de meia vida no comboios alfa pendular;
- Reforço da atenção ao mercado interno de que merece particular destaque o retorno do cliente FERTAGUS e o reforço da presença no Metro do Porto;
- Novas relações com parceiros de negócio de modo a poder dar melhor resposta ao cliente CP Carga SA, de que é exemplo a parceria estabelecida com a empresa GMF;
- Melhoría da articulação com a REFER de que resultou uma venda acrescida e em linha com o orçamentado definido por aquela empresa, com manifesta melhoria na qualidade percebida pelo cliente;
- Iniciativas diversas visando o alargamento da capacidade de satisfação dos clientes e a procura de novos nichos de mercado como sejam a reparação de rotáveis, nomeadamente na Transtejo, Carris e Metro.

No âmbito da organização processual

- Rececionar, registar e controlar as encomendas e ordens de compra emitidas pelos clientes no sistema corporativo sharepoint, permitindo o acesso autónomo das diferentes direções da empresa;
- Alargamento considerável da quantidade de preços standards acordados com o cliente CP, ação desenvolvida no quadro da formulação dos contratos de manutenção específica, Anexos IV – listas de preços unitários, que permitirá melhorar substancialmente a relação comercial com a CP reduzindo a carga burocrática e o tempo médio de apresentação de propostas;
- Colocação em serviço da nova aplicação “cotações”, baseada no SAP e que visa interligar de forma institucional as vendas, a produção e a faturação. Esta aplicação desenvolvida por recurso exclusivo a meios internos, com particular destaque para a DSI, permitirá uma visão integrada do negócio indispensável à maximização da faturação e à produção de indicadores de gestão.

No âmbito da internacionalização

A estratégia de desenvolvimento de negócio fora do País está fortemente alavancada na África Lusófona e nos países geograficamente mais próximos, tendo-se também explorado relações com o mercado chinês. Listamos de seguida as ações mais relevantes:

- Em **MOÇAMBIQUE**, aproveitando as boas relações políticas entre os dois Estados, assinamos acordos de cooperação com os CFM (Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique);
- Em **ANGOLA** as negociações com as 3 empresas gestoras do Caminho de Ferro Angola, com o Regulador e com o Poder Político têm decorrido em clima de cooperação estreita, havendo já acordos assinados com a Empresa Caminhos de Ferro de Luanda e alguma troca de experiência materializada em intervenções técnicas realizadas por Engenheiros da EMEF em algumas locomotivas;

¹ Devido a uma questão formal, os mesmos viriam a ser revogados em 30-1-2015, está em processamento a sua substituição por novos contratos.

- Na **TUNÍSIA**, a EMEF estabeleceu vias de desenvolvimento de Negócio com diferentes clientes tendo já respondido a um concurso internacional para a reabilitação de locomotivas de manobras;
- No **SENEGAL** desenvolvemos várias iniciativas comerciais com apoio da AICEP, aproveitando a presença em Lisboa de representantes de empresas e do poder político Senegalês. Foram efetuadas visitas às nossas oficinas, tendo aquelas empresas ficado agradadas com o que viram e manifestado interesse em consultar a EMEF para as ações que venham a desenvolver em 2015;
- No **GOLFO PÉRSICO** temos sido convidados para participar ativamente na definição da estratégia para o desenvolvimento de Redes Ferroviárias, quer na vertente da ferrovia pesada quer na ferrovia ligeira, como é o caso dos metros de superfície.
- Na **CHINA**, em maio de 2014 estivemos em Pequim e assinamos um memorando de entendimento e cooperação técnica e industrial com a China CNR Corporation Ld.^a, a maior empresa ferroviária do Mundo, visando a garantia “after sales”, nomeadamente em África e na América Latina.

Sendo estes os pontos do Globo onde a EMEF mais se afirmou comercialmente, na **Europa** mantemos relações industriais e comerciais em Espanha, França, Suíça, Alemanha, Noruega e Reino Unido, onde a marca EMEF é conhecida e reconhecida como referência de qualidade.



4. Análise Económica e Financeira

Resultado Operacional

A EMEF registou em 2014 uma melhoria considerável no seu Resultado Operacional, com uma variação de +3,9 milhões de euros relativamente ao ano transato. Tal justifica-se pelo aumento da atividade operacional da empresa (os rendimentos operacionais registaram um acréscimo na ordem dos 5% a que correspondem +2,9 milhões de euros).

	2014	2013	Δ %
Rendimentos Operacionais	57.357.328	54.501.673	5%
Venda e Serviços Prestados	54.993.577	50.935.813	8%
Rendimentos Suplementares	1.249.809	854.946	46%
Variações Invent. Produção	-120.173	-15.374	-682%
Outros Rendimentos	1.234.115	2.726.288	-55%
Gastos Operacionais	55.113.274	56.188.286	-2%
C. Merc. Vend. e Consumidas	13.895.729	13.564.239	2%
Forn. e Serv. Externos	11.137.705	9.599.103	16%
Gastos com Pessoal s/ rescisões	25.662.779	29.010.053	-12%
Rescisões mútuo acordo	2.473.776	811.672	205%
Gastos/Reversões depr. Amortizações	1.241.271	1.317.287	-6%
Outros Gastos	702.013	1.885.932	-63%
Resultado Operacional	2.244.053	-1.686.613	233%

O aumento dos rendimentos é justificado principalmente por um maior volume de intervenções de reparação.

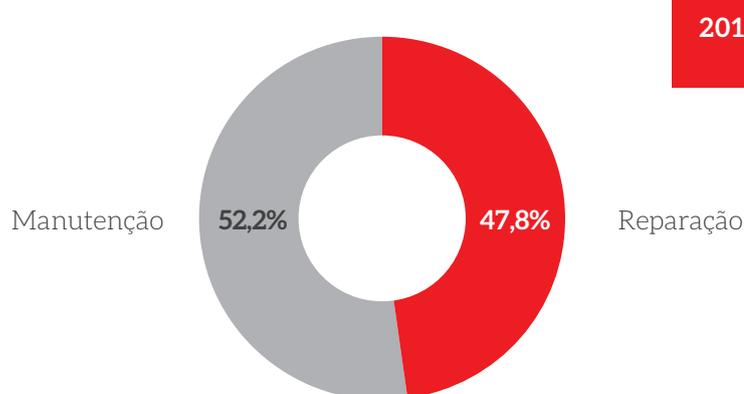
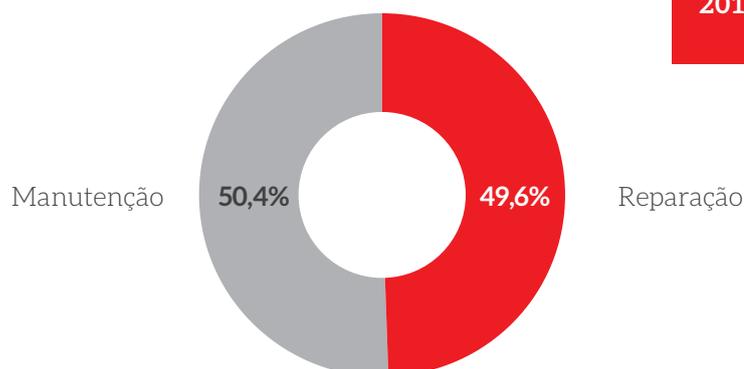
	2014	2013	Δ %
Rendimentos* por segmento de atividade	54.873.404	50.920.440	8%
Reparação	27.212.795	24.335.106	12%
Manutenção	27.660.608	26.585.333	4%

* Vendas + SP + VIP.

Verifica-se que, em 2014, os segmentos de manutenção e reparação têm um peso praticamente equilibrado e uma evolução favorável de ambos os segmentos de atividade face ao ano de 2013.



Rendimentos por segmento



Em termos da evolução do volume de negócios por cliente, constata-se que a CP, a CP Carga e a Prometro continuam a ser os clientes mais importantes da empresa que em conjunto representam 90,3% das vendas e prestações de serviço da empresa.



Volume de Negócios por Cliente (Euros)

Cliente	2014		2013		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Cliente	54.993.577		50.935.813		8%
CP	38.336.600	70%	36.300.438	71%	6%
CP Carga	7.429.338	14%	4.963.932	10%	50%
Bombardier/Prometro	3.895.528	7%	3.665.648	7%	6%
EMEF/Siemens ACE	2.893.997	5%	2.770.875	5%	4%
RENFE	1.068.989	2%	1.042.608	2%	3%
Mota-Engil	11.529	0%	1.038.113	2%	-99%
REFER	715.878	1%	682.855	1%	5%
Outros	641.718	1%	471.344	1%	36%

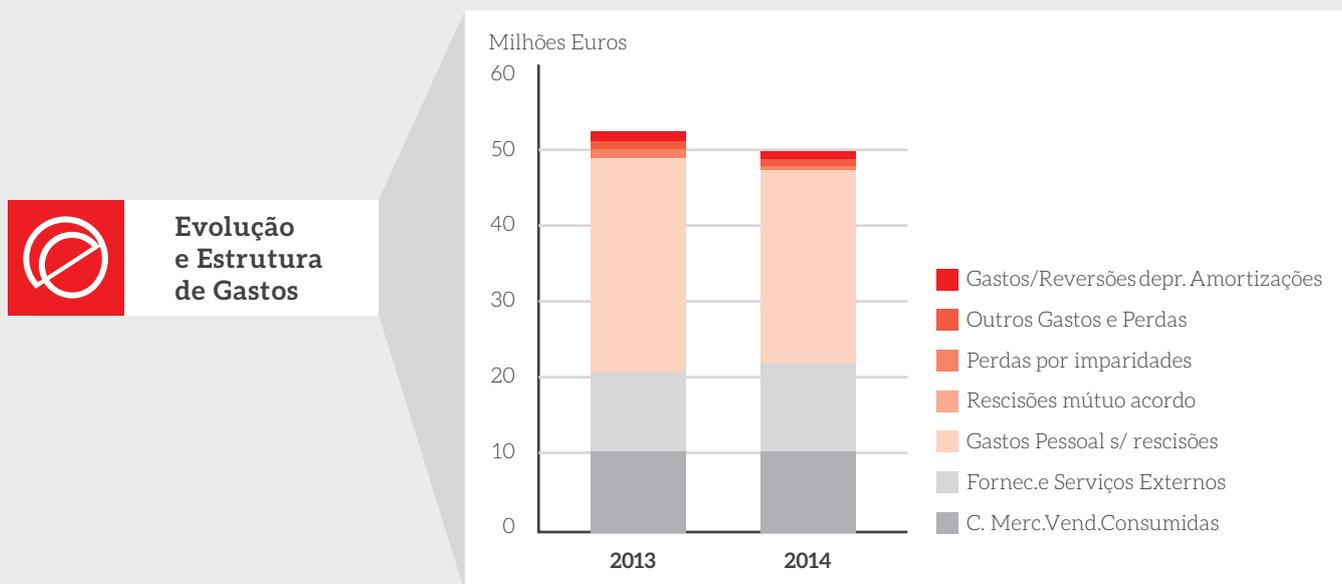


Gastos

No ano de 2014, registou-se uma ligeira diminuição nos gastos operacionais da empresa, no valor de 1,1 milhões de euros. A redução mais significativa verificou-se nas rubricas de:

- Gastos com Pessoal (sem rescisões no valor de -3,3 milhões de euros);
- Outros Gastos (no valor de -1,2 milhões de euros).

Para a redução acima referida contribuiu também o incremento nas rescisões por mútuo acordo no valor de 1,7 milhões de euros, bem como o aumento dos subcontratos no valor de 1,1 milhões de euros.



A política de contenção de custos efetuada através de uma gestão eficiente da racionalização dos fornecimentos e serviços externos e da implementação das políticas de redução remuneratória impostas pelas sucessivas leis de OE foi aplicada na EMEF com os seguintes resultados:

PRC	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2014/2013	
						Absoluta	%
CMVMC (m€) (1)	13.869	13.564	15.631	28.323	30.388	331	2%
FSE (m€) (2)	11.138	9.599	9.540	11.217	13.830	1.539	16%
Deslocações/Estadas (m€)	61	36	43	48	138	25	71%
Comunicações (m€)	125	159	190	209	290	-33	-21%
Gastos com o pessoal sem Indem. (m€) (3)	25.663	29.010	25.349	31.945	38.417	-3.347	-12%
Ajudas de Custo (m€)	22	36	44	71	120	-14	-40%
Total (1) + (2) + (3)	50.696	52.173	50.519	71.485	82.635	-1.477	-3%

Gastos de Financiamento e Resultado Líquido

A decomposição e evolução dos gastos de financiamento é a que se apresenta no quadro seguinte:

	2014	2013	Δ %
Gastos de Financiamento (Euros)	1.244.552	1.664.455	-25%
Juros Empréstimos Bancários	136.123	168.553	-19%
Juros Empréstimos Acionista	810.313	802.331	1%
Juros Descobertos Bancários	224.699	566.103	-60%
Outros relativos a Financiamentos Obtidos	73.417	127.468	-42%

A diminuição registada na rubrica de juros e gastos similares suportados deve-se essencialmente à redução das taxas de juro de referência dos contratos de financiamento em vigor, à melhoria das condições de financiamento junto do Acionista e da Banca e a uma menor utilização dos plafonds dos descobertos bancários.

O resultado líquido seguiu a tendência favorável do resultado operacional, tendo registado um aumento de 4,3 milhões de euros relativamente ao ano 2013. Esta evolução resultou do efeito conjugado da diminuição da melhoria do resultado operacional e da diminuição dos juros e gastos similares fruto da redução do passivo financeiro e das taxas de juro que sobre ele recaem.

	2014	2013	Δ %
Rendimentos Operacionais	57.357.328	54.501.673	5%
Gastos operacionais	55.113.274	56.188.286	-2%
Resultado Operacional	2.244.053	-1.686.613	233%
Gastos de Financiamento	1.244.552	1.664.455	-25%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-90.017	-39.217	-130%
Resultado Líquido	909.485	-3.390.285	127%

Estrutura Patrimonial



Evolução da estrutura patrimonial (Euros)

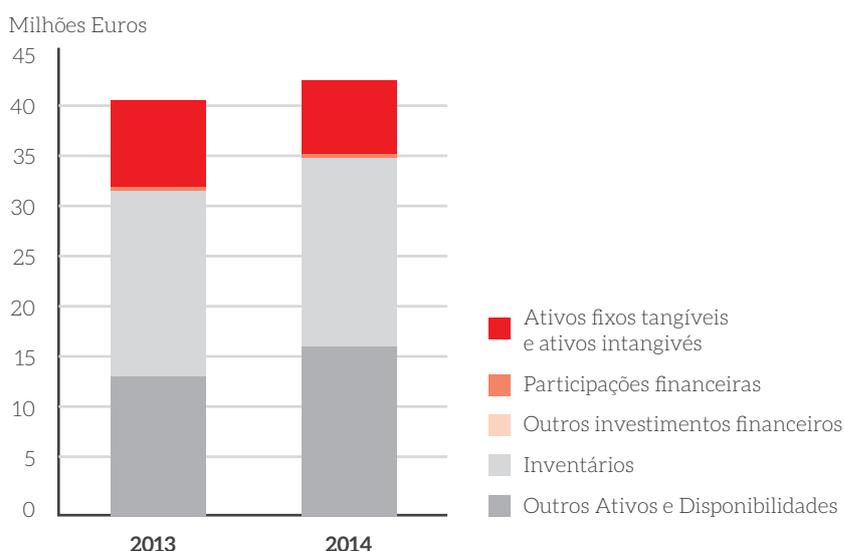
Rubrica do Balanço	2014	2013	Δ €	Δ %
Ativo				
Não corrente	7.656.783	8.718.819	-1.062.037	-12%
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	7.243.046	8.377.408	-1.134.362	-14%
Participações financeiras	413.737	341.411	72.325	21%
Outros investimentos financeiros	0	0	0	0%
Corrente	37.003.297	33.968.043	3.035.255	9%
Inventários	18.087.803	18.624.339	-536.536	-3%
Outros Ativos e Disponibilidades	18.915.494	15.343.703	3.571.791	23%
Total do Ativo	44.660.080	42.686.862	1.973.218	5%
Capital Próprio e Passivo				
Capital, Reservas e Resultados Transitados	5.592.460	8.982.745	-3.390.285	-38%
Resultado Líquido	909.485	-3.390.285	4.299.770	127%
Passivo não corrente	4.049.527	5.139.810	-1.090.283	-21%
Provisões	987.027	998.474	-11.446	-1%
Financiamentos obtidos	3.062.500	4.141.336	-1.078.836	-26%
Passivo corrente	34.108.608	31.954.592	2.154.016	7%
Financiamentos obtidos	15.920.638	19.682.712	-3.762.074	-19%
Outros passivos	18.187.970	12.271.881	5.916.089	48%
Total do Capital próprio e passivo	44.660.080	42.686.862	1.973.218	5%

Ativos

No final do exercício de 2014, o Ativo apresentava um acréscimo de 1,97 milhões de euros comparativamente com o ano anterior. Este facto resultou essencialmente do incremento de 3,5 milhões de euros do saldo final de clientes compensado em parte com o decréscimo dos ativos fixos e dos inventários.

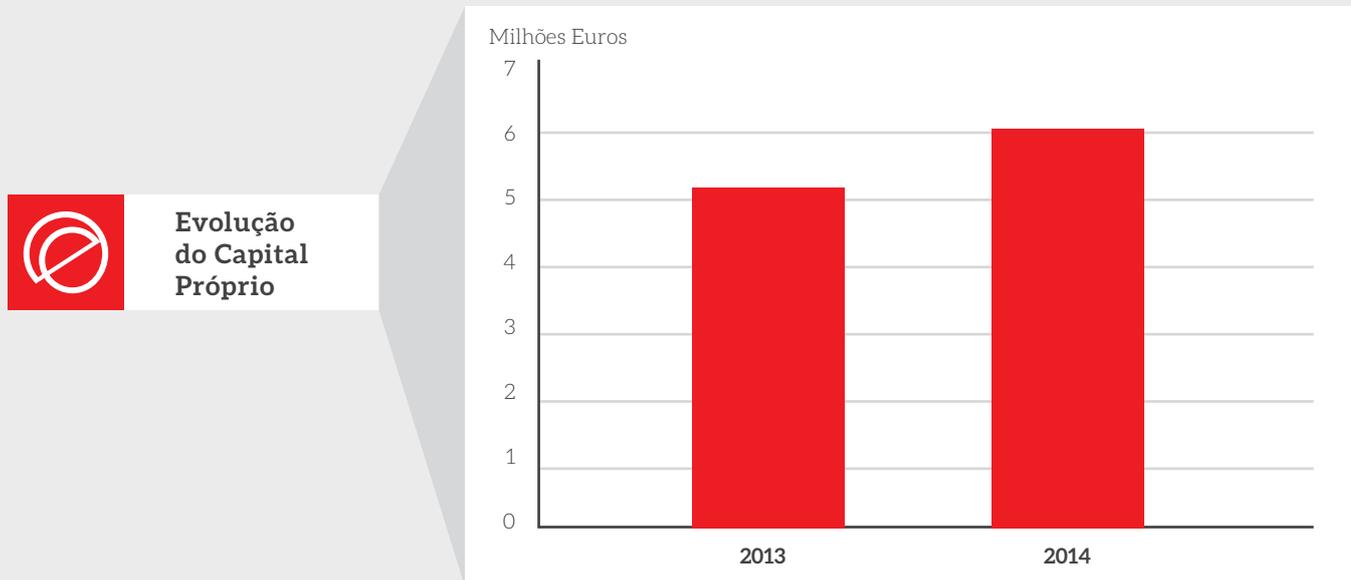


Evolução e Estrutura do Ativo



Capital Próprio

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se em 2014 um aumento de 0,9 milhões de euros relativamente ao ano transato, como ilustra o gráfico seguinte:



A alteração ocorrida no capital próprio no exercício de 2014 decorre unicamente do resultado líquido positivo do ano nesse mesmo valor.

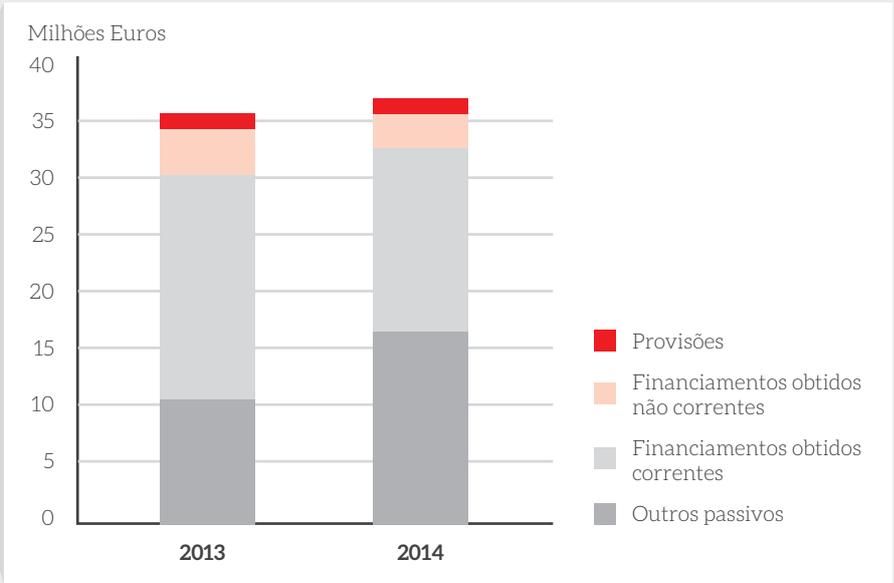
Passivo

Em termos de Passivo total, no final do exercício de 2014, verificou-se um incremento no valor de 1,1 milhões de euros. Esta evolução deve-se:

- Ao aumento do saldo final de fornecedores em 0,9 milhões de euros face ao verificado em 2013, motivado pela aquisição de caixas de eixo para os vagões do cliente CP Carga, de rodas monobloco para as automotoras da série 2300/2400 e pelo aumento do prazo médio de pagamentos que passou de 59 dias em 2013 para 64 dias no final de 2014;
- À redução do financiamento bancário (curto prazo e médio e longo prazo) em 7,8 milhões de euros a que corresponde a um decréscimo de 59% compensado por um acréscimo dos empréstimos do acionista no valor de 3 milhões de euros. No conjunto o passivo financeiro sofreu uma diminuição de 4,8 milhões de euros;
- Acréscimo nos diferimentos em 3,6 milhões de euros, justificado principalmente pelo adiantamento de 3,5 milhões de euros efetuados pela CP relativo ao contrato de reparação do R1 da frota CPA4000 (Alfa Pendulares);
- Aumento nas dívidas ao Estado e outros entes públicos em 1,4 milhões de euros justificado pelo incremento do IVA a pagar.



Evolução e Estrutura do Passivo

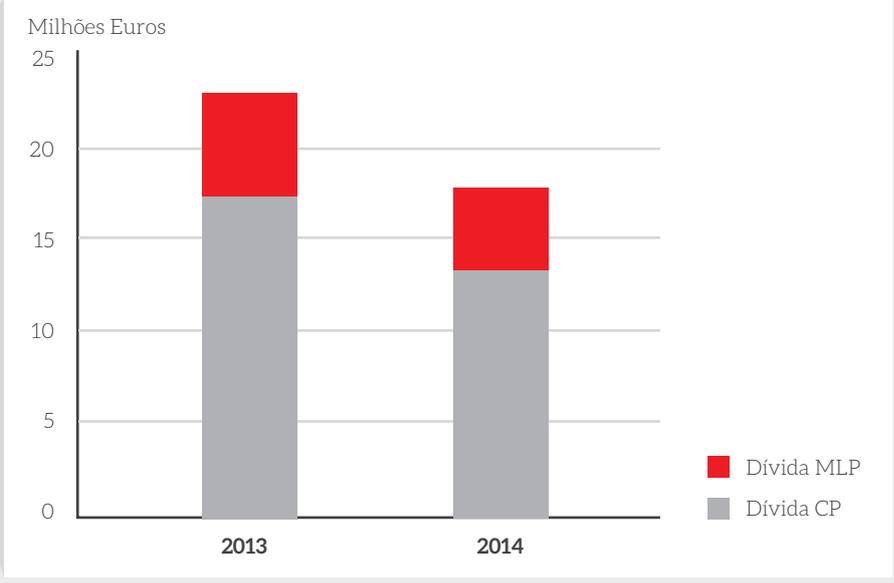


Recursos Financeiros - Evolução da dívida financeira

No final de 2014 verificou-se uma diminuição da dívida financeira total em 4,8 milhões de euros face ao ano 2013, justificado pelo cumprimento dos planos de amortização da dívida de médio e longo prazo e pela redução da utilização dos descobertos bancários, situação potenciada pelo recebimento em dezembro do adiantamento do contrato de R1 dos CPA4000.



Evolução da Dívida

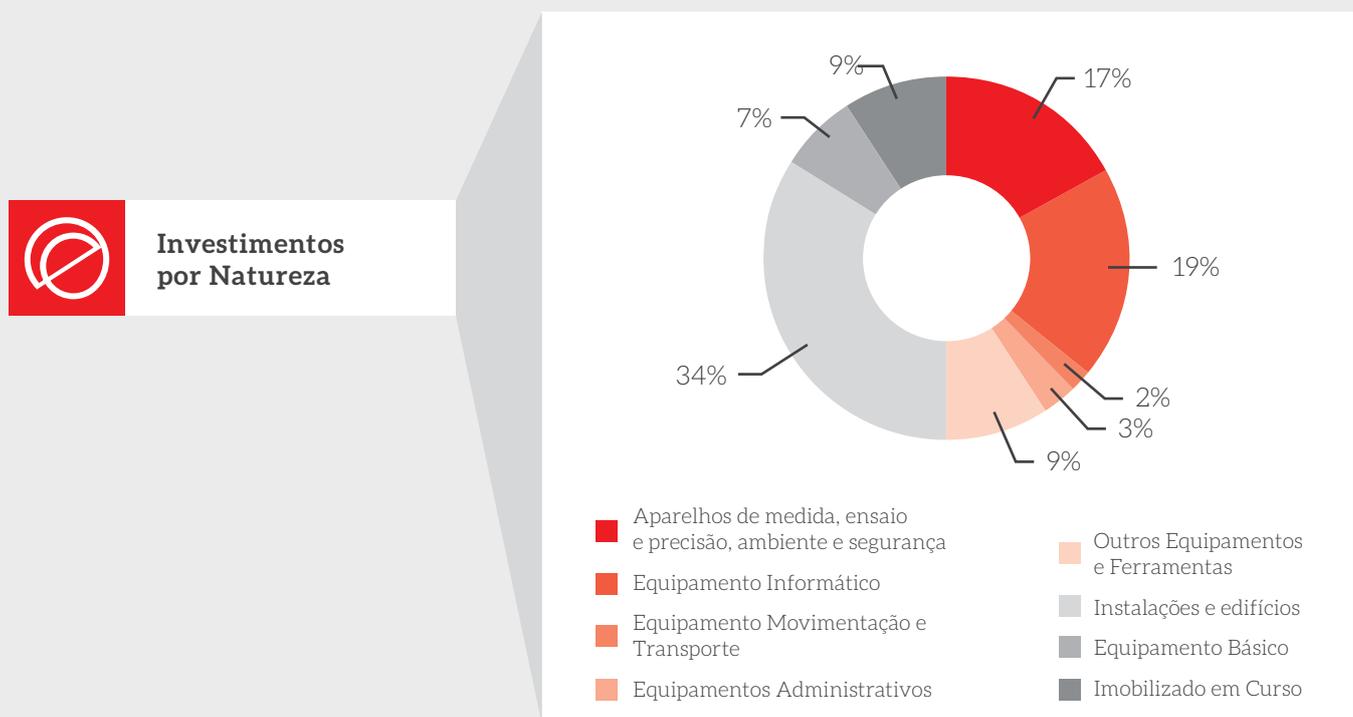
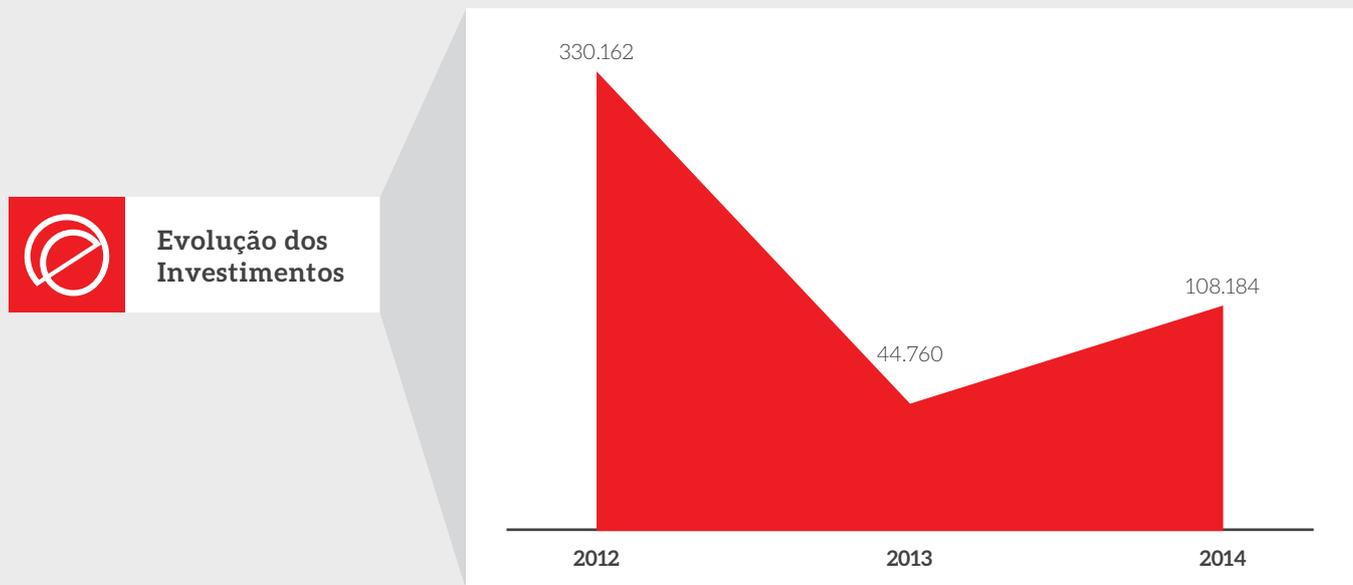


Como anteriormente referido, verificou-se uma redução do financiamento bancário (curto prazo e médio longo prazo) em 7,8 milhões de euros, sendo que destes, 6,8 milhões de euros corresponderam a uma diminuição da utilização de descobertos bancários. Esta redução foi conseguida com recursos próprios, potenciado pelo referido adiantamento do contrato R1 dos CPA 4000, mas também através da concessão de um empréstimo do acionista de 3 milhões de euros.

5. Investimentos

Prosseguindo uma política de contenção nos investimentos, os mesmos confinaram-se aos equipamentos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo no exercício de 2014 a cerca de 108 mil euros.

Relativamente ao ano 2013, o investimento sofreu um aumento na ordem dos 142%, concentrando-se em obras realizadas nas instalações da empresa e melhorias a nível de sistemas de informação, como se pode constatar nos gráficos abaixo que ilustram a evolução dos investimentos desde o ano 2012 e a repartição do montante investido em 2014 por naturezas de bens do ativo da empresa.





II.

Cumprimento das Orientações Legais

1. Objetivos de gestão

Foram monitorizados quatro indicadores globais que expressam, na sua globalidade, bom desempenho face ao objetivo estabelecido.



Objetivo	Indicador	Fórmula de cálculo	2014	Meta	Desvio	2013
Viabilidade económica	Taxa de rentabilidade dos ativos	Resultado Líquido / Ativo total * 100	2,04	0,76	168%	-7,94
Eficiência Produtiva	Produtividade do trabalho	Valor Acrescentado Bruto / Efetivo médio de Pessoal [10 ³ €]	30	29	2%	26
Rendibilidade económica	Índice de rentabilidade das vendas	Resultado líquido sem rescisões / (Vendas + Prest. Serviços) * 100	6,2	4,0	54%	-5,1
Desempenho	EBITDA s/rescisões	Resultados antes de depreciações, gastos de financ ^o e impostos + Provisões + Ajustamentos + Rescisões mútuo acordo [10 ³ €]	5.948	5.360	11%	302

2. Gestão do risco financeiro

A atividade financeira da EMEF está essencialmente exposta ao risco de acesso ao crédito e ao risco de taxa de juro.

Os meios líquidos disponíveis durante o exercício provieram da atividade da empresa, do recurso à utilização de linhas de crédito bancário negociadas em data anterior a 2011 e de financiamentos do acionista.

Decorrente da legislação em vigor, foi aprovada a nova Política Financeira do Grupo, em setembro de 2014, que atribuiu à EMEF a responsabilidade pela negociação de financiamentos, função até essa data assegurada pelo acionista. De forma a garantir o cumprimento das regras de concorrência, o acionista instruiu também a EMEF a desenvolver todos os esforços no sentido de procurar substituir os financiamentos do acionista por financiamentos obtidos nos mercados financeiros, assim como a diminuir o recurso a garantias por este prestadas. Esta situação colocou novos desafios à EMEF em termos da sua política financeira.

Ao exposto acresce o facto do acionista, por orientação tutelar e em linha com o estipulado na LOE2015, ter dado início aos trabalhos conducentes ao processo de privatização da EMEF, facto por si gerador de alguma incerteza e motivador de uma posição mais conservadora por parte da banca na concessão de crédito.

Em observância do determinado no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30.01, apresenta-se na tabela abaixo o nível de concretização das medidas tendentes a mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação financeira da EMEF.

**Gestão do Risco Financeiro**

Despacho n.º101/09-SETF de 30-01

Cumprimento

S N N.A.

Quantificação/Identificação**Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva**

Diversificação de instrumentos de financiamento		X	Em 2014 a EMEF apenas se financiou através da renovação de linhas de crédito de curto-prazo. Em substituição de uma linha de curto-prazo foi-nos concedido um empréstimo a 1 ano pelo acionista, com condições mais vantajosas
Diversificação das modalidades de taxa de juros disponíveis		X	Em 2014 o financiamento da EMEF consubstanciou-se na renovação de linhas de crédito de curto prazo cuja taxa de juro de referência foi a euribor a 1M e 3M, apesar das consultas realizadas
Diversificação de entidades credoras		X	Em 2014 a EMEF manteve os financiamentos junto da Banca Nacional e junto do Acionista. A nova Política Financeira do Grupo tem levado a EMEF a desenvolver todos os esforços para substituir os financiamentos do acionista por financiamentos bancários, contactando mesmo instituições com as quais não trabalhamos
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos		X	A EMEF não recorreu a instrumentos de cobertura de risco

Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes

Consolidação do passivo remunerado: transformação passivo de curto em M/L prazo, em condições favoráveis		X	Em 2014 a EMEF apenas se financiou a curto-prazo com o intuito de suprir necessidades de tesouraria. Renovou operações de curto prazo com o acionista por não ter gerado meios suficientes para reembolso dos mesmos
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (<i>all in-cost</i>) da operação	X		Todas as consultas efetuadas e contratadas visaram a minimização do custo total da operação, com sucesso
Minimização das garantias reais			X A EMEF não prestou garantias reais nos financiamentos contratados
Minimização de cláusulas restritivas (<i>covenants</i>)		X	Renegociação de linhas nas condições inicialmente contratadas

Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da Empresa

Adoção de política que minimize a afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiando de cofinanciamento comunitário e de capitais próprios	X			Em 2014 o investimento da EMEF foi residual e totalmente financiado por meios libertos de exploração
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			

**Anos****2014****2013****2012****2011****2010**

Encargos Financeiros (€)	1.244.552	1.664.455	1.884.694	1.542.969	926.167
Taxa média anual de financiamento (%)	5,62%	6,83%	6,77%	4,60%	2,83%

**Passivo Remunerado (€)****2014****2013****Var. absol.****Var. %**

Financiamentos obtidos	18.983.138	23.824.048	-4.840.910	-20%
... dos quais concedidos por DGTF	0	0	0	
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	
Endividamento Ajustado	0	0	0	



Estrutura da Dívida Bancária e ao Acionista (Euros)

	2014	2013	Δ €	Δ %
Empréstimos bancários	4.141.367	5.213.711	-1.072.343	-21%
Empréstimos acionista	13.500.000	10.500.000	3.000.000	29%
Descobertos bancários	1.341.770	8.110.337	-6.768.567	-83%
Total da Dívida	18.983.138	23.824.048	-4.840.910	-20%

3. Prazo médio de pagamentos e divulgação dos atrasos nos pagamentos



PMP	2014	2013	Var. 2014/2013
Prazo (dias)	64	59	5



Dívidas Vencidas (Euros)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120	120-240	240-360	> 360*
Aquisição de Bens e Serviços	281.808	24.103	5.100	6.493	273.001
Aquisição de Capital	0	0	0	0	0
Total	281.808	24.103	5.100	6.493	273.001

* Os valores indicados na coluna > 360 dias referem-se essencialmente a saldos bloqueados para pagamento pelos mais diversos motivos, nomeadamente: aguarda nota de crédito do fornecedor, aguarda resolução de contencioso, etc.

4. Cumprimento das recomendações do acionista

Na Assembleia Geral de 24 de Abril de 2014, o acionista efetuou as seguintes recomendações:

- a) Resolução do problema da contratualização entre a EMEF e a CP, bem como da programação a nível de manutenção e reparação do material
- b) Implementação de melhorias a nível do custeio e da contabilidade analítica

A nível da primeira recomendação, foram efetuados no ano em apreço contratos a 5 anos regulando a prestação de serviços de manutenção para as séries de material circulante da CP mais relevantes. Devido a uma questão formal, os mesmos vieram a ser revogados pelas partes em janeiro de 2015, sendo no entanto substituídos por contratos idênticos com a duração de um ano e a sua formalização a 5 anos irá ser concretizada durante o ano de 2015.

Relativamente à instituição de um sistema mais aprofundado de contabilidade analítica, foi possível prepará-lo para ser utilizado em 2015.

5. Remunerações

Embora a atual administração (eleita em 15/3/2013) não seja remunerada pela EMEF, dado que foi eleita ao abrigo do nº 4 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, aos anteriores administradores foi aplicada a redução remuneratória nos termos do preceituado no artº 27º da Lei do OE 2013 e foi mantida a aplicação da redução determinada nos termos do artigo 12º da Lei 12-A/2010.



Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Doc	Data	Identificar Entidade	Pagadora
2013-2015	Presidente Vogal	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	AG	15/03/2013		
		Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	AG	15/03/2013		

Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço

Nome	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor (€)	
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	1.754	711	281	Seguros	69	2.814



Fiscalização Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2014	Presidente	Arlindo José Crespo Rodrigues	AG		Não remunerado
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	AG	24/04/2014	
	Vogal	Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro*	AG		
	Suplente	Carla Manuela Serra Geraldès	AG		

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
Arlindo José Crespo Rodrigues	0	0	0
Ana Maria dos Santos Malhó	0	0	0
Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro*	0	0	0
Carla Manuela Serra Geraldès	0	0	0

* Renunciou ao cargo em 16/07/2014.



ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração contratada	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma	Data		
2014	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda	186	AG	24/04/2014	5.395	3

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
Horwath & Associados, SROC, Lda	5.395	0	5.395



Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)				Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções	
Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, SROC, LAD.	197	9199	01/08/2014	2014-2016	4.500	0	4.500	

6. Estatuto do gestor público

Não foram utilizados pelos Administradores cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento para realização de despesas ao serviço da empresa. Não foi igualmente efetuado qualquer reembolso aos mesmos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

7. Contratação Pública

Em 2014 a EMEF continuou a aplicar o regime geral, mais restritivo, previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), em virtude de instrução específica da tutela, mediante homologação de uma recomendação nesse sentido do IGF.

Não obstante, por Despacho n.º 1876/14-SET, de 22.09.2014, relativo ao Regime de Contratação na EMEF, foi superiormente determinado que “Compete à empresa avaliar, em face da lei, a respetiva sujeição ao Código dos Contratos Públicos”.

Do mesmo Despacho superior consta a concordância de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro aos argumentos aduzidos pela EMEF mediante os quais demonstra que o CCP não lhe é aplicável pois que a sua atividade se exerce em obediência a uma lógica de mercado e da concorrência.

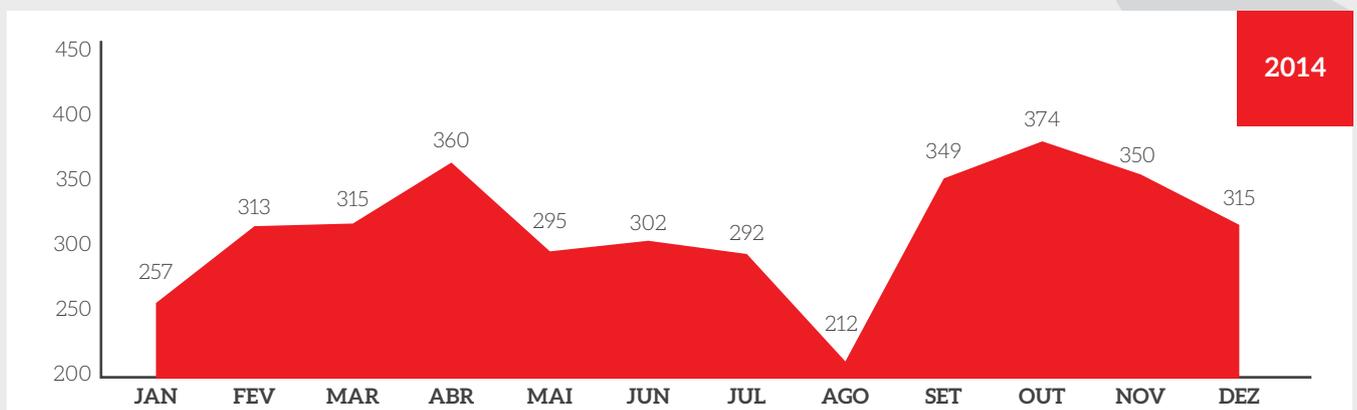
Atenta esta revogação do Despacho que determinava a sujeição da EMEF à Parte II do CCP, veio o Exmo. Conselho de Administração instruir os serviços para que elaborassem procedimento interno de Contratação de bens, serviços e empreitadas de construção civil que, em moldes privatísticos, garantisse que os mesmos procedimentos se regessem pelos princípios da contratação pública emanados pela Parte I do CCP. Mais determinou que, até à conclusão e aprovação de tal procedimento interno, se deveriam continuar a aplicar as regras previstas na Parte II do CCP, salvo autorização expressa e específica em contrário para certos casos, mas sempre garantindo a transparência das decisões contratuais, a concorrência e a eficiência e eficácia económicas.

Em 2014 a EMEF continuou a cumprir escrupulosamente as regras previstas para a Contratação, sendo as adjudicações realizadas publicitadas nos termos e pelos meios legalmente estabelecidos.

Não se praticou qualquer ato ou celebrou qualquer contrato de aquisição de bens e serviços de valor superior a 5 M€.



Contabilização do número de procedimentos adjudicados mensalmente



Em 2014 foram adjudicados na plataforma eletrónica utilizada pela EMEF (ACINGOV) 3734 procedimentos no valor total de 19.277.435€. Outros procedimentos de ajuste direto foram realizados por meio eletrónico de transmissão de dados, por recusa das entidades adjudicatárias, fornecedores únicos dos bens a adquirir, em fazer a sua inscrição na plataforma. Foram efetuados 16 procedimentos no ano de 2014 fora da plataforma que totalizaram o valor de 430.940€ pelo que o valor total de adjudicações ascendeu a 19.708.375€.

8. Sistema Nacional de Compras Públicas e parque de veículos do Estado

A EMEF é entidade aderente ao Parque de Veículos do Estado. Em 2014 realizou cinco locações de veículos e entregou duas viaturas.

9. Medidas de redução de gastos operacionais

No estrito cumprimento das relevantes instruções para fins do Plano de Redução de Custos, continuaram a aplicar-se as medidas previstas para o efeito, mormente as constantes no Orçamento de Estado de 2014, salientando-se as seguintes:

1. No respeitante à aquisição de serviços:

- a) Continuaram a ser cumpridas as instruções constantes do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio de 2010, que impõe a justificação económica e a ausência de soluções internas dos contratos de valor superior a 125.000 euros;
- b) Foi sempre tida em conta a norma prevista no artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), com vista à redução dos valores dos contratos de prestação de serviços, celebrados ou renovados em 2014 com idêntico objeto de outros celebrados nos anos transatos, sendo porém certo que, uma vez que a grande maioria desses contratos celebrados ou renovados em 2014 tinham já sido objeto do mencionado tratamento em 2012 e 2013, em virtude do previsto no n.º 9 do mesmo artigo legal, no ano em apreço a redução remuneratória em causa teve pouca expressão;
- c) Deu-se ainda cumprimento ao previsto no art.º 127.º do CCP, na redação que lhe foi dada pelo art.º 27.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, publicitando os fundamentos das aquisições por ajuste direto, em especial sobre a impossibilidade de satisfação da necessidade por via dos recursos próprios da EMEF. Ou seja, continuou-se a pugnar pela otimização da utilização de recursos internos de molde a contratar externamente apenas o imprescindível.

2. Aos trabalhadores foi aplicada a redução remuneratória nos termos do art.º 33º da Lei 83-C/2013.

3. A estrutura remuneratória dos membros do Conselho de Administração e dos trabalhadores não inclui qualquer parcela respeitante a prémios de gestão ou prémios de desempenho pelo que, naturalmente, a empresa não incorreu em qualquer custo desta natureza.

PRC	Meta	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2014/2013		Variação 2014/2010	
							Absoluta	%	Absoluta	%
EBITDA s/indenizações (m€)		5.948	302	11.874	5.142	1.173				
(1) CMVMC (m€)		13.896	13.564	15.631	28.323	30.388	331	2%	-16.492	-54%
(2) FSE (m€)		11.138	9.599	9.540	11.217	13.830	1.539	16%	-2.692	-19%
Deslocações/Estadas (m€)	em linha com 2013	61	36	43	48	138	25	71%	-77	-56%
Ajudas de Custo (m€)	em linha com 2013	22	36	44	71	120	-14	-40%	-98	-82%
Comunicações (m€)	em linha com 2013	125	159	190	209	290	-33	-21%	-165	-57%
(3) Gastos com o pessoal (m€)		28.137	29.822	27.056	35.791	40.055	-1.685	-6%	-11.918	-30%
(3.1) dos quais indenizações (m€)	n.a.	2.474	812	1.707	3.846	1.637	1.662	205%	836	51%
(4) Total dos Gastos = (1)+(2)+(3)-(3.1)		50.696	52.173	50.519	71.485	82.635	-1.477	-3%	-31.938	-39%
(5) Volume de Negócios (m€)		54.994	50.936	63.267	76.039	82.768	4.058	8%	-27.774	-34%
Peso dos Gastos no VN (4)/(5) (%)		92%	102%	80%	94%	100%	0	-10%	0	-8%
Número RH		1.030	1.069	1.112	1.236	n.a.	-39	-4%	n.a.	n.a.
Número Efetivos	-3% face a 2012	874	906	911	1.013	n.a.	-32	-4%	n.a.	n.a.
Número Cargos de Direção		156	163	201	223	n.a.	-7	-4%	n.a.	n.a.
Número de Efetivos/Cargos de Direção		560%	556%	453%	454%	n.a.	0	1%	n.a.	n.a.
Viaturas										
Número de viaturas		50	47	n.a.	n.a.	n.a.	3	6%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas (m€)		224	231	n.a.	n.a.	n.a.	-8	-3%	n.a.	n.a.

O aumento da rubrica deslocações e estadas no ano de 2014 é fruto da estratégia de internacionalização da empresa e das subsequentes abordagens comerciais efetuadas.

10. Princípio da Unidade de Tesouraria de Estado

A EMEF procedeu à abertura de conta no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP em outubro de 2011. Contudo, a mesma não tem sido movimentada dada a escassez de liquidez e a recorrência permanente aos descobertos bancários.

Caso a empresa apresente excedentes de tesouraria, e face ao estipulado nos termos da lei, estes serão canalizados para o IGCP.

11. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas

Não existiram quaisquer auditorias à empresa conduzidas pelo Tribunal de Contas.

12. Informação divulgada no site do SEE

O site do SEE não discrimina a EMEF, pese embora sejam elaboradas as informações previstas no Despacho nº 14277/2008 de 14 de maio, e enviadas à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através da sua acionista universal CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

É disponibilizada, no entanto, no próprio sítio da EMEF, a maioria da informação que está prevista constar no sítio do SEE tal como detalhado na alínea D. do capítulo V. do relatório de governo societário.



13. Sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais



	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividades e Orçamento:			
Viabilidade económica (%)	S	2,04	
Eficiência Produtiva (10 ³ €)	S	29,72	
Rendibilidade económica (%)	S	6,15	
Desempenho (10 ³ €)	S	5.948	
Gestão do Risco Financeiro			
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-4.840.910/-20%	
Evolução do PMP a fornecedores		+5 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	590.504	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:	S		Capítulo II.4.
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 41.º da Lei 83-C/2013	S	0	
Órgãos sociais - redução remuneratória vigentes em 2014	S	0	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73.º da Lei 83-C/2013	S	6.148	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória vigentes em 2014	S	532.479	
Restantes trabalhadores - proibição de valorização remuneratórias, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013	S	106.527	
Artigo 32.º do EGP			
Utilização de cartões de crédito	S	Não são utilizados cartões de crédito	
Reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não foram realizadas despesas	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Auditoria do Tribunal de Contas	N.A.		
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas		50 viaturas	
Gastos com viaturas		223.542	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013)	S	Redução de 39% face a 2010	
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 83-C/2013)			
N.º de trabalhadores	S	Redução de 37 trabalhadores (4%) face a 2012	
N.º de cargos dirigentes	S	Redução de 43 trabalhadores (22%) face a 2012	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013)	N		A empresa não apresentou excedentes de tesouraria dada a escassez de liquidez e a recorrência aos descobertos bancários





III.

Perspetivas para o futuro

O futuro da EMEF será marcado pela evolução do processo de privatização conforme decidido no âmbito do Orçamento de Estado para 2015.

Caso o processo seja realizado com sucesso tal imporá que as perspetivas para o futuro venham a ser revistas pelo novo acionista.

Independentemente da concretização da privatização durante o ano de 2015, a EMEF irá prosseguir a sua estratégia de aprofundamento e alargamento das suas competências para responder aos desafios de melhoria da produtividade e do desempenho técnico e económico por forma a garantir a sua sustentabilidade no futuro.

A contratação, com efeitos a curto e a médio prazo, da prestação de serviços com os principais clientes, CP e CP Carga e também no âmbito do metro do Porto, irão permitir a estabilidade produtiva e ao mesmo tempo o alcançar dos objetivos de produção, qualidade e rentabilidade traçados para a empresa.

Estas são as fundações onde assentará a estratégia de internacionalização da EMEF, a qual passará pelo estabelecimento de parcerias que permitam aceder e responder às respetivas exigências de novos mercados, geográficos ou setoriais.

IV.

Factos relevantes após o termo do exercício

No decurso do ano 2014 foram celebrados entre a EMEF e a CP, o seu maior cliente e acionista único, contratos específicos de prestação de serviços de manutenção de material circulante a vigorar por um período de cinco anos, e um contrato para a intervenção de meio de vida (R1) dos CPA 4000. Ao abrigo deste último, a EMEF emitiu uma fatura no valor de 3.460.927 euros mais iva, correspondente a 20% do valor total, em sede de diferimento por conta de trabalhos a realizar.

Contudo, devido a uma questão formal as partes assinaram no dia 30 de janeiro de 2015, um acordo que estipulava a revogação dos contratos acima referidos, e a celebração de contratos de substituição dos contratos de manutenção então anulados. Assim, os contratos de manutenção foram de imediato substituídos por contratos idênticos válidos por um ano. Os contratos de manutenção plurianuais e o contrato de intervenção de meio de vida dos CPA 4000 encontram-se em análise pelas partes.

De forma a regularizar o diferimento reconhecido nas demonstrações financeiras de 2014 referente a este último contrato, a EMEF emitiu em 18 de fevereiro de 2015 uma nota de crédito no montante de 3.460.927 euros.



V.

Proposta de aplicação dos resultados

Nos termos da lei e dos estatutos, propõe-se que os resultados líquidos do exercício de 2014, de 909.484,94€ (novecentos e nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos), sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 17 de março de 2015

O Conselho de Administração

Presidente:
Dr.^a Cristina Maria
dos Santos Pinto Dias

Vogal:
Dr.^a Maria Isabel de Jesus
da Silva Marques Vicente



Demonstrações Financeiras e Notas



2295

Demonstrações Financeiras

Balanço



EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Balanço em 31 de dezembro de 2014

	Notas	2014	2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	7.239.127	8.372.183
Ativos intangíveis	7	3.919	5.225
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	8	413.737	341.411
Participações financeiras - outros métodos	9	-	-
Total do ativo não corrente		7.656.783	8.718.819
Ativo corrente			
Inventários	10	18.087.803	18.624.339
Clientes	11	13.878.079	10.342.997
Adiantamentos a fornecedores	25	1.760	27.099
Outras contas a receber	13	4.730.886	4.578.962
Diferimentos	14	274.381	362.275
Caixa e depósitos bancários	4	30.387	32.390
Total do ativo corrente		37.003.297	33.968.043
Total do ativo		44.660.080	42.686.862
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15	8.100.000	8.100.000
Outros instrumentos de capital próprio	16	10.316.222	10.316.222
Reservas legais	17	95.506	95.506
Outras reservas	18	617.458	617.458
Resultados transitados	19	(13.536.727)	(10.146.442)
Resultado líquido		909.485	(3.390.285)
Total do capital próprio		6.501.945	5.592.460
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	20	987.027	998.474
Financiamentos obtidos	21	3.062.500	4.141.336
Total de passivo não corrente		4.049.527	5.139.810
Passivo corrente			
Fornecedores	23	4.846.483	3.938.277
Adiantamentos de clientes	24	110.838	145.459
Estado e outros entes públicos	12	3.954.268	2.524.912
Financiamentos obtidos	21	15.920.638	19.682.712
Outras contas a pagar	22	3.944.197	3.918.990
Diferimentos	14	5.332.184	1.744.242
Total de passivo corrente		34.108.608	31.954.592
Total do passivo		38.158.135	37.094.402
Total do capital próprio e passivo		44.660.080	42.686.862

O Conselho de Administração

Diretora Financeira:
Dr.^a Sónia Maria Vieira Caneira
Cunha Leão

Presidente:
Dr.^a Cristina Maria
dos Santos Pinto Dias

Técnico Oficial de Contas:
Dr.^a Paula Cristina
Tavares Serra Ribeiro

Vogal:
Dr.^a Maria Isabel de Jesus
da Silva Marques Vicente

Demonstração de Resultados



Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2014

Período findo em 31 de dezembro de 2014

	Notas	2014	2013
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	26	54.993.577	50.935.813
Subsídios à exploração	27	52.329	150.587
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	28	357.737	285.213
Variação nos inventários de produção	29	(120.173)	(15.374)
Trabalhos para a própria entidade	30	2.637	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31	(13.895.729)	(13.564.239)
Fornecimento e serviços externos	32	(11.137.705)	(9.599.103)
Gastos com o pessoal	33	(28.136.555)	(29.821.725)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(83.395)	358.283
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	11.100	181.252
Provisões (aumentos/reduções)	20	11.446	140.618
Outros rendimentos e ganhos	34	1.815.900	1.571.345
Outros gastos e perdas	35	(385.843)	(991.996)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.485.325	(369.326)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	36	(1.241.271)	(1.317.287)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.244.053	(1.686.613)
Juros e gastos similares suportados	37	(1.244.552)	(1.664.455)
Resultado antes de imposto		999.502	(3.351.068)
Imposto sobre o rendimento do período	38	(90.017)	(39.217)
Resultado líquido do período		909.485	(3.390.285)

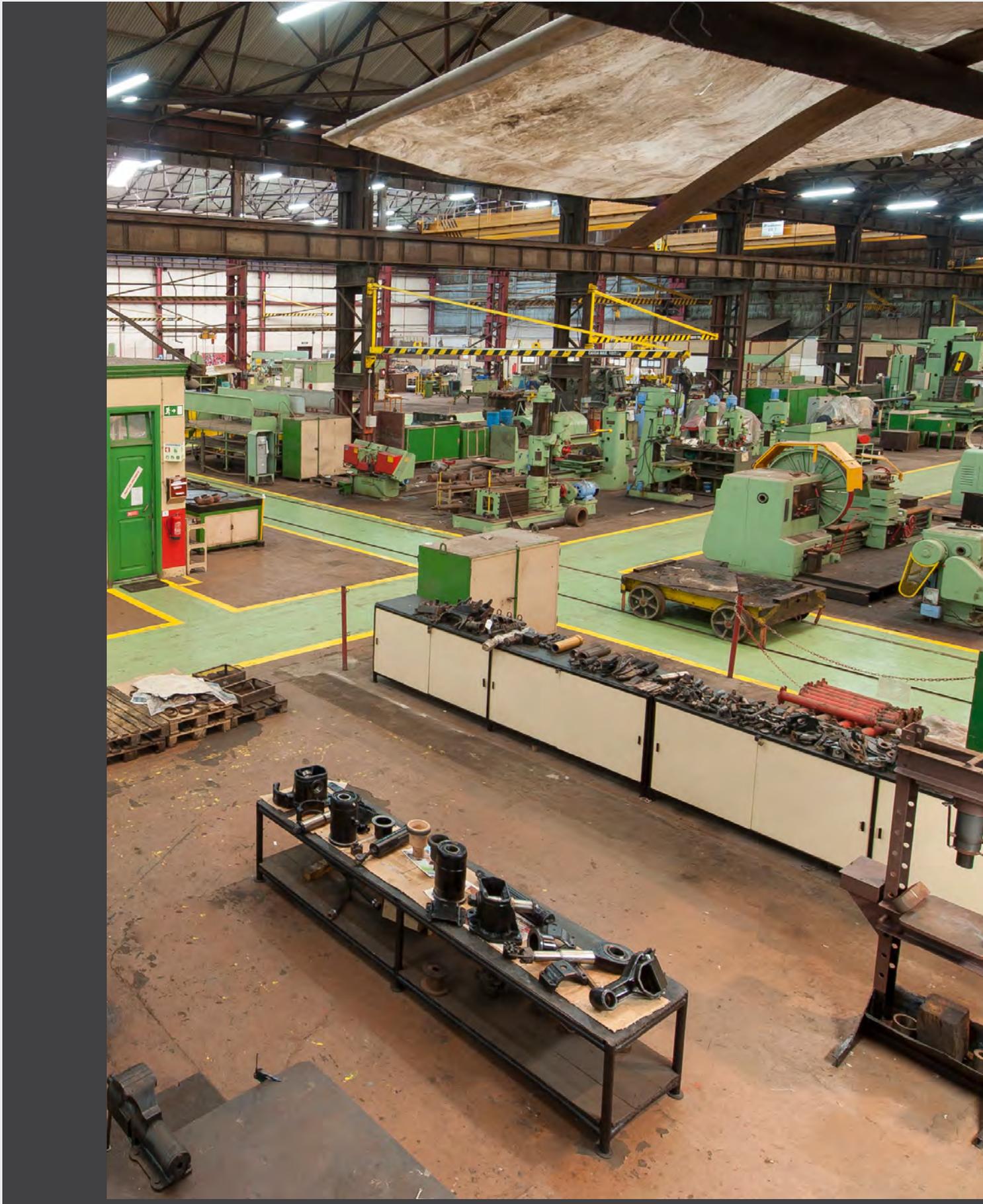
O Conselho de Administração

Diretora Financeira:
Dr.^a Sónia Maria Vieira Caneira
Cunha Leão

Presidente:
Dr.^a Cristina Maria
dos Santos Pinto Dias

Técnico Oficial de Contas:
Dr.^a Paula Cristina
Tavares Serra Ribeiro

Vogal:
Dr.^a Maria Isabel de Jesus
da Silva Marques Vicente





Mapa das Demonstrações das Alterações do Capital Próprio



EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2014

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do capital próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2014	1	8.100.000	-	10.316.222	-	-	95.506	617.458	(10.146.442)	-	-	-	(3.390.285)	5.592.460	-	5.592.460
Alterações no período																
Primeira adoção do referencial contábilístico																
Alterações de políticas contábilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
Total das alterações no período	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	3												909.485	909.485		909.485
Resultado integral	4=2+3												909.485	909.485		909.485
Operações com detentores de capital próprio no período																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações	16								(3.390.285)				3.390.285			
Total das operações com detentores de capital no período	5								(3.390.285)				3.390.285			
Posição no final do período 2014	6=1+2+3+5	8.100.000	-	10.316.222	-	-	95.506	617.458	(13.536.727)	-	-	-	909.485	6.501.945	-	6.501.945


EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2013

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do capital próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2013	1	8.100.000	-	10.316.222	-	-	95.506	617.458	(16.261.312)	-	-	-	6.114.870	8.982.745	-	8.982.745
Alterações no período																
Primeira adoção do referencial contábilístico																
Alterações de políticas contábilísticas	5															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15															
Total das alterações no período	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	3												(3.390.285)	(3.390.285)	-	(3.390.285)
Resultado integral	4=2+3												(3.390.285)	(3.390.285)	-	(3.390.285)
Operações com detentores de capital próprio no período																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações	16								6.114.870				(6.114.870)	-		-
Total das operações com detentores de capital no período	5								6.114.870				(6.114.870)	-		-
Posição no final do período 2013	6=1+2+3+5	8.100.000	-	10.316.222	-	-	95.506	617.458	(10.146.442)	-	-	-	(3.390.285)	5.592.460	-	5.592.460

Demonstração dos Fluxos de Caixa



	31-12-2014	31-12-2013
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	70.646.552	65.564.709
Pagamentos a fornecedores	(30.103.873)	(28.886.995)
Pagamentos ao pessoal	(26.785.460)	(26.160.828)
Caixa gerada pelas operações	13.757.219	10.516.886
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	1.808	(339.330)
Outros recebimentos/pagamentos	(7.842.089)	(7.479.174)
	(7.840.281)	(7.818.503)
Fluxos das atividades operacionais [1]	5.916.939	2.698.383
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Investimentos financeiros	269.403	435.552
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
	269.403	435.552
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(70.639)	(102.281)
Investimentos financeiros	-	(56.000)
Outros ativos	-	-
	(70.639)	(158.281)
Fluxos das atividades de investimento [2]	198.764	277.271
Atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	5.066.523	5.994.242
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
	5.066.523	5.994.242
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(9.907.433)	(7.291.415)
Juros e gastos similares	(1.276.773)	(1.671.408)
Outras operações de financiamento	-	-
	(11.184.206)	(8.962.823)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(6.117.683)	(2.968.581)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]= [1]+[2]+[3]	(1.980)	7.073
Efeitos das diferenças de câmbio	(23)	268
Caixa e seus equivalentes no início do período	32.390	25.050
Caixa e seus equivalentes no fim do período	30.387	32.390



Notas às
Demonstrações
Financeiras



1. Identificação da entidade

A EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., adiante designada por EMEF, é uma sociedade anónima com sede social na Rua D. Afonso Henriques, 2330-519 Entroncamento, constituída em dezembro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em 30 de janeiro de 1993.

A EMEF é detida pela CP - Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa. Possui vários estabelecimentos de produção dispersos pelas zonas norte, centro e sul do território nacional, e tem como atividade principal o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários.

Em 31 de dezembro de 2014 a EMEF possui as seguintes participações financeiras:

- a) EMEF/SIEMENS ACE - Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE, tendo como objeto social a sinergia e otimização das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas elétricas "LE 5600" e "LE 4700" ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP - Comboios de Portugal E.P.E. A EMEF tem uma participação no Agrupamento de 51%;
- b) Nomad Tech, Lda, na qual detém uma participação de 35% e cujo objeto social é a prestação de serviços de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes e desenvolvimento de soluções informáticas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da EMEF foram preparadas de acordo com o preconizado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado pela primeira vez na empresa em 2010, e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (SNC), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - NCRF);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações da empresa e a sua posição financeira, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Todos os valores estão expressos em euros (€).

As referidas demonstrações foram elaboradas no pressuposto da continuidade de operações da EMEF e do regime de acréscimo, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo da alínea a) do número 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei 158/2009, de 14 de julho.

2.2. Derrogações das disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que deva ser transmitida aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Conteúdos das demonstrações financeiras não comparáveis com o período anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Bases de apresentação e políticas contabilísticas

3.1. Bases de apresentação e mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e com as NCRF. Tal situação requer que o Órgão de Gestão da EMEF formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, dos passivos, dos rendimentos e dos gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados relevantes de acordo com cada circunstância particular constituindo a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos.

3.2. Políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos pontos que se seguem e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

a. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, os direitos de importação, os impostos de compra não reembolsáveis e são deduzidos dos descontos e abatimentos.

Incluem ainda custos diretamente atribuíveis ao ativo para o colocar na localização pretendida e em condições de desempenhar as funções para as quais foi adquirido ou produzido, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os gastos com a manutenção e a reparação, que não aumentem a vida útil destes ativos, são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que originem benefícios económicos futuros para a EMEF.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.



Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, segundo o método das quotas constantes por duodécimos como base em taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. Os períodos de vida útil esperada mais importantes são:

Designação	Número de anos
Edifícios e outras construções	2 a 20
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 11
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 14

Os terrenos não são objeto de depreciação.

b. Ativos intangíveis

A EMEF reconhece um ativo intangível sempre que exerça controlo sobre o mesmo, o bem seja identificável, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a empresa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Ativos intangíveis com vida útil finita

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes por duodécimos ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

As vidas úteis esperadas dos programas de computador são as seguintes:

Designação	Número de anos
Programas de computador	1 a 3

c. Locações

A EMEF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Classificam-se como operações de locação financeira as operações em que a locadora transfere para o locatário todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela EMEF à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

d. Participações financeiras

As participações financeiras detidas pela EMEF são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações financeiras incluem o interesse da empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos das subsidiárias, das associadas e das entidades conjuntamente controladas, desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina.

As perdas apenas são reconhecidas até ao limite do interesse detido em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, conforme aplicável. As perdas adicionais deverão ser tidas em conta, mediante reconhecimento de um passivo, somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias presumem a existência de controlo de mais de metade dos direitos de voto, ou o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa ou da atividade económica, a fim de obter benefícios da mesma, independentemente da percentagem detida ser inferior a 50%.

Investimentos em associadas

As participações financeiras em associadas presumem a existência de influência significativa, isto é, o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada, mas não exercer controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

e. Inventários

Os critérios de reconhecimento e mensuração de inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) são os abaixo descritos:

Reconhecimento e mensuração

As **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** encontram-se mensuradas ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

Os **produtos e trabalhos em curso** encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

Os **produtos acabados** transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão, encontram-se valorizados aos custos de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabado, a empresa tem adicionalmente em consideração o definido na NCRF 19 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Perdas por imparidade de inventários

A empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Os critérios adotados na determinação das perdas por imparidade têm por base a duração de cada contrato específico de prestação de serviços e as perspetivas de consumo/rotação dos mesmos. Tais critérios encontram-se sistematizados na Nota 10.

Quando as circunstâncias que motivaram o ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida no máximo até à quantia do ajustamento original.



f. Contas a receber

Encontram-se registadas pelo seu valor nominal, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas, por contrapartida de gastos, com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos valores a receber de terceiros na data do balanço. A imparidade registada é revertida por contrapartida de rendimentos do período, caso se verifique uma redução da perda estimada.

Usualmente, as dívidas de terceiros decorrentes da atividade operacional não vencem juros.

g. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e os investimentos financeiros de curto prazo, de liquidez elevada, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco residual de alterações de valor.

h. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados do período.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação e relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira foram as seguintes:

Moeda	Taxa de câmbio	
	2014	2013
Dólar / US - USD	1,2082	1,3791
Libra esterlina - GBP	0,7764	0,8337

i. Capitalização de custos com empréstimos

Os custos com financiamentos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem, não sendo capitalizados, mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

j. Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A EMEF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado;
- Seja provável que, para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos;
- O montante da obrigação possa ser fiavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

k. Ativos e passivos contingentes

A EMEF não reconhece ativos e passivos contingentes, divulgando-os quando for provável a ocorrência de influxos/exfluxos de recursos que se traduzam em benefícios ou perdas económicas.

l. Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração de resultados os valores respeitantes aos gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido e respeitem ao período em causa.

m. Reconhecimento do Rédito

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Venda de bens

O rédito proveniente da venda de bens só é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as seguintes condições:

- A EMEF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A EMEF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação sejam fiavelmente mensurados.

Prestação de serviços

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho da transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado, quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transação não possa ser fiavelmente estimado e não seja provável que os custos incorridos sejam recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Para o reconhecimento e mensuração do rédito das prestações de serviços de manutenção e reparação, é adotado o método da percentagem de acabamento nas situações em que o desfecho da transação seja fiavelmente estimado, em conformidade com as condições acima referidas. Nas situações em que as condições para considerar o desfecho da transação como fiavelmente estimado não são cumulativamente satisfeitas, a Empresa procede ao reconhecimento do gasto incorrido, não reconhecendo qualquer rédito, por não ser provável que os custos incorridos sejam recuperados, em conformidade com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.



n. Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos financiamentos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

o. Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Imparidade

A cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

p. Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento registado em resultados inclui apenas o efeito dos impostos correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

A este propósito, as principais estimativas e julgamentos utilizados nas demonstrações financeiras estão descritos na nota 3.3.

q. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, a partir do momento em que o seu recebimento seja provável.

r. Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 44.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do fecho são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

3.3. Principais estimativas e julgamentos

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são expostos nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EMEF são continuamente avaliadas, representando a cada data de relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência

acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, acreditamos serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

Em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

Considera-se que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Provisões

As provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela EMEF da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. São também consideradas outras circunstâncias e factos que possam alterar a probabilidade de recebimento dos saldos das contas a receber tais como: a conjuntura económica, as tendências sectoriais, a deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação pode conduzir a alterações no montante estimado para perdas de imparidade suficientes para mitigar o risco de incumprimento de clientes e outros devedores. Tais alterações são refletidas nos resultados do período.

Reconhecimento do rédito

No reconhecimento do rédito a EMEF afere se se encontram satisfeitas as condições que lhe permitam aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela área operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares.

Caso não existam indicadores que evidenciem a probabilidade dos custos incorridos virem a ser recuperados, o rédito não é reconhecido.

Perdas por imparidade - inventários

Os pressupostos/critérios assumidos nesta matéria, encontram-se apresentados na nota 10- Inventários.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Não são calculados ativos por impostos diferidos por não se perspetivar a sua recuperabilidade (ver nota 38 – Imposto sobre o Rendimento do Período).

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

O Conselho de Administração, prosseguindo a estratégia definida, continuará o esforço de aprofundamento de novas competências de forma a garantir a melhoria da produtividade e a cultura de serviço ao cliente, acompanhando as exigências de maior eficiência técnico-económica na manutenção do material circulante e a evolução tecnológica do setor.

Pretende-se desta forma garantir que qualquer que seja a evolução da operação ferroviária em Portugal, a EMEF será o parceiro natural como prestador de serviços de manutenção e reparação de material ferroviário.



Como aposta para o futuro, continuamos a desenvolver esforços no sentido de Internacionalização do negócio da Empresa e o estabelecimento de parcerias estratégicas, cujas sinergias criadas ou a criar permitam aceder de forma economicamente eficiente a novos mercados geográficos e setoriais.

Por orientação tutelar e em linha com o estipulado na LOE2015, o acionista deu início já no decorrer de 2015 aos trabalhos preliminares conducentes à privatização da EMEF.

3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3 – Principais estimativas e julgamentos.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A EMEF classifica os juros pagos como atividades de financiamento, os dividendos recebidos como atividades de investimento e os juros recebidos como atividade operacional.

A 31 de dezembro de 2014, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31-12-2014	31-12-2013
Caixa		
Serviços Centrais	500	500
Parq. Ofici. Norte	500	500
Parq. Ofici. Entroncamento	500	500
Parq. Ofici. Sul	500	500
	2.000	2.000
Depósitos à Ordem		
Banco Espírito Santo		22.293
Novo Banco	14.985	
BCP - Parq. Ofici. Sul		288
BCP - Parq. Ofici. Entroncamento	1.000	1.216
BCP - Parq. Ofici. Norte	786	1.107
BCP - Serviços Centrais	154	722
Caixa Geral de Depósitos	11.082	4.262
Crédito Agrícola	328	451
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	52	52
	28.387	30.390
Caixa e seus equivalente	30.387	32.390

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas

Durante o período em análise a EMEF não efetuou qualquer alteração nas políticas e estimativas contabilísticas nem fez a reexpressão retrospectiva de qualquer valor nas suas demonstrações financeiras.

6. Ativos fixos tangíveis



	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto		
Terrenos e recursos naturais	1.592.530	1.592.530
Edifícios e outras construções	6.118.198	6.081.631
Equipamento básico	14.888.125	14.996.010
Equipamento de transporte	1.635.052	1.660.943
Equipamento administrativo	2.208.951	2.606.157
Outros ativos fixos tangíveis	2.535.079	3.105.867
	28.977.936	30.043.139
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	1.239.965	1.310.284
Anulações no período	(1.161.626)	(343.604)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	21.701.922	20.735.241
	21.780.261	21.701.922
Investimentos em curso		
Ativo fixo tangível em curso	41.453	30.966
	41.453	30.966
Valor líquido contabilístico	7.239.127	8.372.183



Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2014, são analisados como segue:



	Saldo inicial	Adições	Revalorizações/ Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto									
Terrenos e recursos naturais	1.592.530								1.592.530
Edifícios e outras construções	6.081.631	36.567							6.118.198
Equipamento básico	14.996.010	9.827		(648)		(117.063)			14.888.125
Equipamento de transporte	1.660.943	1.601				(27.492)			1.635.052
Equipamento administrativo	2.606.157	29.308				(426.514)			2.208.951
Outros ativos fixos tangíveis	3.105.867	20.395	-	-	-	(591.183)	-	-	2.535.079
Investimentos em curso - Ativo fixo em curso	30.966	10.487							41.453
Adiantamentos por conta de investimentos	-								-
	30.074.105	108.184	-	(648)	-	(1.162.252)	-	-	29.019.389
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções	2.614.642	323.374							2.938.016
Equipamento básico	12.036.847	767.329		(648)		(117.063)			12.686.464
Equipamento de transporte	1.631.427	29.468				(27.492)			1.633.403
Equipamento administrativo	2.353.722	84.763				(426.466)			2.012.019
Outros ativos fixos tangíveis	3.065.284	35.031	-	-	-	(589.957)	-	-	2.510.359
	21.701.922	1.239.965	-	(648)	-	(1.160.977)	-	-	21.780.261
Total	8.372.183								7.239.127

Na continuidade das restrições orçamentais de anos transatos ao nível dos investimentos, no período de 2014 foram feitas aquisições no montante de 108.184 euros.

Salienta-se ainda o abate de bens totalmente depreciados e cujo valor de aquisição unitário era inferior a 200 euros. Cerca de 68% do universo dos bens abatidos tinham mais de vinte anos e tinham sido adquiridos pela EMEF à CP – Comboios de Portugal, aquando da sua constituição no ano de 1993.

Para aquisição do prédio urbano sito na Amadora foi contratado um financiamento conforme referido na Nota 21 – Financiamentos obtidos.

7. Ativos intangíveis



	31-12-2014	31-12-2013
Valor bruto		
Programas de computador	1.150.689	1.151.495
	1.150.689	1.151.495
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	1.306	7.003
Reversões do período	(805)	(14.565)
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.146.270	1.153.832
	1.146.771	1.146.270
Valor líquido contabilístico	3.919	5.225

As reversões de amortizações que ocorreram neste período estão diretamente relacionadas com o abate de bens totalmente amortizados e cujo valor de aquisição unitário era inferior a 200 euros, à semelhança do que foi feito nos ativos fixos tangíveis.

As amortizações do período apresentam um decréscimo face ao ano transato, uma vez que não foram efetuadas novas aquisições, e alguns bens constantes do ativo intangível terminaram a sua vida útil no decurso do ano de 2014.



	Saldo inicial	Adições	Revalorizações/ Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto									
Programas de computador	1.151.495					(805)			1.150.689
	1.151.495	-	-	-	-	(805)	-	-	1.150.689
Depreciação acumulada e imparidade									
Programas de computador	1.146.270	1.306				(805)			1.146.771
	1.146.270	1.306	-	-	-	(805)	-	-	1.146.771
Total	5.225								3.919

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial



	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF/Siemens Ace	344.151		344.151	285.411		285.411
Nomad Tech Lda	69.586		69.586	56.000		56.000
	413.737	-	413.737	341.411	-	341.411

O movimento das participações financeiras reconhecidas pela aplicação do método equivalência patrimonial, é evidenciado como se segue:



	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Final
Valor bruto						
EMEF/Siemens Ace	285.411			344.151	(285.411)	344.151
Nomad Tech Lda	56.000			13.586		69.586
	341.411	-	-	357.737	(285.411)	413.737

No agrupamento complementar de empresas EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, participam a EMEF, SA e a SIEMENS com 51% e 49% respetivamente. No período de 2014 o ACE obteve o resultado líquido de 674.806 euros, tendo a EMEF registado nas suas contas pelo método de equivalência patrimonial o montante de 344.151 euros referentes à sua participação. O valor referente ao período anterior, no montante de 285.411 euros foi pago pelo ACE à EMEF no decurso do período de 2014.

A EMEF detém ainda uma quota de 35% na sociedade Nomad Tech Lda, sendo o valor nominal de 56.000 euros. Os restantes 65% são detidos pela entidade Nomad Holding Limited. A sociedade foi constituída sob a forma de sociedade por quotas em 11 de novembro de 2013 e iniciou a sua atividade em 01 de dezembro de 2013, tendo como objeto social a prestação de serviços de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

A Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano. À data de encerramento de contas, que ocorreu em 30 de junho de 2014, a sociedade obteve um resultado líquido negativo de 10.634 euros, dos quais a EMEF reconheceu nas suas contas um gasto de 3.722 euros. No período compreendido entre julho e dezembro de 2014 aquela sociedade obteve um resultado líquido de 49.449 euros, o que implicou o reconhecimento de um rendimento no montante de 17.307 euros na demonstração de resultados por naturezas da EMEF.

Desta forma, a aplicação do MEP para o período completo de 2014, referente à participação na Nomad Tech, gerou nas demonstrações financeiras da EMEF, o reconhecimento de um rendimento líquido de 13.586 euros.

A informação financeira referente às empresas associadas apresenta-se como se segue:



	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital próprio	Resultado líquido
Valor bruto						
EMEF/Siemens Ace	51	31.12.2014	10.917.965	10.243.158	674.806	674.806
Nomad Tech Lda	35	31.12.2014	1.456.094	1.257.279	198.815	49.449*

* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2014 e 31/12/2014, conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

9. Participações financeiras – outros métodos

A EMEF detém pequenas participações nas entidades abaixo que se encontram reconhecidas ao custo menos as perdas por imparidade reconhecidas a 100%, dado não ser expectável recuperar o valor dessas participações.

Tipo	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944	31.944	-	31.944	31.944	-
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500	2.500	-	2.500	2.500	-
	34.444	34.444	-	34.444	34.444	-

No decurso do período de 2014, não existiu qualquer movimento nas demonstrações financeiras da EMEF, referente a estas duas participações.

10. Inventários

	31-12-2014	31-12-2013
Valor bruto		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25.927.367	27.052.889
Produtos acabados e intermédios	1.307.914	1.428.087
	27.235.281	28.480.976
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(709.158)	(358.283)
Imparidades de períodos anteriores	9.856.636	10.214.920
	9.147.478	9.856.636
Valor líquido contabilístico	18.087.803	18.624.339

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sofreu um decréscimo face ao ano transato no montante de 1.125.522 euros dos quais 947.311 euros resultaram do efeito conjugado do abate de materiais identificados como obsoletos e sem aplicação nas séries de material ativas e das quebras por inexistência de materiais. Esta diminuição é reforçada pelo facto de os consumos terem superado as compras no montante de 178.210 euros.



	Saldo inicial	Compras	Consumos	Regularizações	Saldo final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	27.052.889	13.717.519	(13.895.729)	(947.311)	25.927.367
	27.052.889	13.717.519	(13.895.729)	(947.311)	25.927.367

Há semelhança das matérias-primas, subsidiárias e de consumo também a rubrica de produtos acabados e intermédios sofreu um decréscimo no montante de 120.173 euros. As razões quer para o abate quer para o acerto contabilístico apresentadas anteriormente aplicam-se também neste caso, e totalizaram 27.419 euros. Por outro lado as saídas para a produção superaram os fabricos do ano em 92.754 euros.



	Saldo inicial	Produção	Saídas	Regularizações	Saldo final
Produtos acabados e intermédios	1.428.087	221.544	(314.298)	(27.419)	1.307.914
	1.428.087	221.544	(314.298)	(27.419)	1.307.914

A atualização das perdas por imparidades de inventários está indexada à duração de cada contrato de prestação de serviços celebrado com cada cliente, e os cálculos são apurados tendo em conta o número de anos que faltam para terminar os contratos e as perspetivas de consumo/rotação dos materiais.

Os critérios utilizados são os seguintes:

1. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos 9 anos

Considera-se como corrente, e portanto não sujeito a qualquer imparidade, todo material que esteja afeto a séries ou equipamentos ativos, exceto o excesso resultante do consumo médio esperado até ao término do contrato respetivo. Sobre este excesso é considerada uma imparidade de 75%.

2. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos 9 anos

Os materiais que, embora pertencendo a séries ativas, tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e que não tenham registado consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma imparidade de 80% sobre o seu valor. Sobre os materiais que se encontram nestas condições, mas que têm data de aquisição nos últimos dois anos não é aplicada nenhuma imparidade.

3. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos 9 anos

Os materiais classificados como pertencendo a séries de material e equipamentos inativos são sujeitos a uma imparidade de 95% sobre o seu valor.

4. Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que não registaram consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

5. Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que tenham registado consumo nos últimos 9 anos mas cujas perspetivas de consumo, face à informação disponível, são residuais serão sujeitos a uma perda por imparidade de 80% sobre o seu valor.

6. Inventários classificados como Obsoletos

Os inventários classificados como Obsoletos pela Direção de Logística, serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

7. Inventários classificados como Estratégicos

Os inventários classificados como Estratégicos pela Direção de Logística, serão sujeitos à constituição de uma perda por imparidade a uma taxa constante, calculada sobre 75% do seu valor em função do número de anos que decorre até ao término do contrato. No último ano os bens terão um valor realizável líquido de 25%.

8. Inventários sem identificação

Os inventários classificados como 'Sem classificação' pela Direção de Logística, são na sua maioria materiais destinados a conservação (produtos de pintura, limpeza industrial, materiais elétricos e eletrónicos, rolamentos, elementos de fixação/união ...), alguns deles com possível aplicação em equipamentos de outros clientes.

Por não estarem relacionados com o contrato quadro referido e atendendo à sua natureza, para estes inventários serão reconhecidas perdas por imparidade tendo por base o consumo médio e a estimativa de necessidades para um horizonte de 3 anos.

A manter-se o consumo médio, caso o inventário não se esgote em 3 anos, aplica-se uma imparidade de 95% ao excedente.

Caso tenha sido adquirido há mais de 2 anos e não tenha registo de consumo aplica-se uma imparidade de 95%.

Durante o período de 2014, o movimento ocorrido nas perdas por imparidade de inventários são evidenciadas da seguinte forma:



	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Final
Imparidade - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(9.290.118)	(276.189)	182.549	792.553	(8.591.204)
Imparidade - Produtos acabados e intermédios	(566.518)	(16.717)	26.961		(556.274)
	(9.856.636)	(292.906)	209.511	792.553	(9.147.478)

Quanto aos aumentos por imparidade de inventários registadas no período de 2014 há a referir dois motivos principais:

1. Aplicação dos critérios de cálculo de imparidades

- Matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi de 199.329 euros
- Produtos acabados e intermédios foi de 14.169 euros

2. Abates e quebras por contagem de inventário/inexistência de material

- Matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi de 77.525 euros
- Produtos acabados e intermédios foi de 2.577 euros

As reversões por imparidade de inventários registadas em 2014 respeitam sobretudo às consequências da aplicação dos critérios de cálculo mencionados acima.

Durante o ano de 2014, foram anuladas as imparidades dos materiais que foram sujeitos a abate por serem considerados obsoletos/sucata ou por não existirem e que já haviam sido objeto de perdas por imparidades em anos anteriores, o que justifica o elevado valor na coluna "utilização" presente no quadro de movimento acima.

11. Clientes

A rubrica clientes, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2014	31-12-2013
Clientes c/c		
Gerais	5.350.672	4.415.767
Empresa-mãe	7.885.801	5.478.138
Empreendimentos conjuntos	587.772	437.684
Clientes - Retenção de garantia	3.395	3.395
Clientes cobrança duvidosa	232.979	250.081
Clientes caucões	48.450	-
	14.109.069	10.585.066
Imparidades acumuladas		
Perdas / Reversões por imparidade no período	(11.100)	(181.252)
Imparidades reconhecidas em períodos anteriores	242.089	423.341
	230.990	242.089
Total	13.878.079	10.342.977

Comparativamente ao ano 2013, salienta-se o aumento dos saldos de clientes empresa-mãe e clientes gerais, nos montantes de 2.407.663 euros e 934.905 euros respetivamente.

A variação na rubrica clientes empresa-mãe é justificada, em parte, pela conclusão de várias intervenções de valor significativo e pela faturação parcial de unidades que entraram em reparação. À conjugação destes fatores, acresce ainda, para algumas séries de material, a faturação dos serviços adicionais autorizados ao abrigo dos contratos específicos de manutenção que foram assinados no final do ano corrente com retroatividade ao mês de março.

A rubrica clientes gerais engloba um leque mais alargado de clientes, entre os quais se destacam a CP Carga e a Prometro que, em conjunto, representam cerca de 84% do saldo a 31-12-2014. A variação do saldo da Prometro foi residual face ao ano 2013, sendo o acréscimo verificado predominantemente pelo aumento de atividade ocorrido no ano 2014 para a CP Carga.

Não sendo materialmente relevante, salienta-se a tendência de redução da rubrica de clientes de cobrança duvidosa que se tem vindo a manifestar desde 2013, em parte resultado de um acompanhamento mais estreito das dívidas de clientes.

O quadro seguinte evidencia os movimentos das perdas por imparidade no período de 2014:

	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Clientes c/c				
Gerais	242.089	766	11.865	230.990
Total	242.089	766	11.865	230.990



A rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes não apresenta variações materialmente relevantes tendo registado uma diminuição líquida de 11.100 euros.

As reversões resultaram do pagamento de duas faturas em atraso pelo cliente Somague Neopul e do acordo estabelecido entre a EMEF e a CP Carga que permitiu a regularização das divergências existentes em situações antigas.

O quadro seguinte apresenta a antiguidade de saldos de clientes da EMEF, SA em 31 de dezembro do ano de 2014 comparativamente ao período homólogo do ano de 2013.



	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora 90 a 180 dias	Mora 180 a 360 dias	Mora mais de 360 dias	Total
2014						
Clientes c/c						
Gerais	5.088.833	261.080	317	441	-	5.350.672
Empresa-mãe	7.648.647	143.868	5.464	37.255	50.567	7.885.801
Empreendimentos conjuntos	265.043	37.551	6.072	279.105	-	587.772
Clientes - Retenção de garantia	3.395	-	-	-	-	3.395
Clientes cobrança duvidosa	-	-	-	-	232.979	232.979
Clientes cauções	48.450	-	-	-	-	48.450
Imapridades						
Gerais	-	-	-	(458)	(230.532)	(230.990)
Total	13.054.368	442.499	11.854	316.343	53.015	13.878.079
2013						
Clientes c/c						
Gerais	3.621.877	630.222	116.983	46.685	-	4.415.767
Empresa-mãe	5.187.570	166.307	(7.446)	99.285	32.422	5.478.138
Empreendimentos conjuntos	221.068	129.135	87.462	19	-	437.684
Clientes - Retenção de garantia	3.395	-	-	-	-	3.395
Clientes cobrança duvidosa	-	-	-	3.212	246.870	250.081
Imapridades						
Gerais	-	-	-	(803)	(241.287)	(242.089)
Total	9.033.910	925.664	196.999	148.398	38.006	10.342.977

A análise ao quadro, em termos globais, permite evidenciar uma diminuição clara dos valores em mora para os diferentes períodos considerados quer para os clientes gerais quer para o cliente empresa-mãe, situação que tem vindo a ser confirmada pela diminuição dos prazos médios de recebimento.

Acresce informar que foram constituídas imparidades somente para a rubrica clientes gerais tendo sido considerados montantes não vencidos os saldos de clientes que não se encontravam em mora.

Em conformidade com o procedimento adotado em anos anteriores, continuou-se a utilizar o critério fiscal para o cálculo das imparidades relativas aos saldos de clientes em mora (igual ou superior a 180 dias).

12. Estado e outros entes públicos



	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	-	-
	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	65.632	7.253
Retenções de imposto sobre o rendimento	305.367	280.730
IVA a pagar	3.045.559	1.710.157
Contribuições para a Segurança Social	537.711	526.773
	3.954.268	2.524.912

Ativo – Imposto sobre o rendimento

A EMEF está abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no Artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo a CP – Comboios de Portugal, EPE a sociedade dominante compete-lhe proceder à liquidação do Pagamento Especial por Conta (PEC).

Em virtude dos prejuízos consecutivos apresentados pelas empresas do grupo e da impossibilidade de deduzir esses prejuízos à coleta, a CP optou por requerer o seu reembolso. No âmbito desse pedido, a Autoridade Tributária realizou uma inspeção às contas de 2013. O processo de inspeção às contas da EMEF foi concluído com sucesso durante o período de 2014, e dele não resultou qualquer correção.

O reconhecimento dos valores do PEC como gasto nas demonstrações das empresas do grupo ocorre quando o reembolso é recusado por parte a Autoridade Tributária.

Passivo - impostos

Comparativamente ao ano anterior, a rubrica Estados e Outros Entes Públicos registou um aumento na ordem dos 57%, motivado essencialmente pelos seguintes fatores:

- Aumento da rubrica imposto sobre rendimento em cerca de 805%. Se por um lado houve um decréscimo da tributação autónoma face ao ano transato motivado pela não tributação total dos gastos relacionados com viaturas automóveis relativamente às quais tenha sido celebrado um acordo escrito de utilização pessoal pelo trabalhador ou membro de órgão social, por outro foi estimado imposto e derrama municipal face ao lucro tributável fiscal previsto, contrariamente ao ano 2013 em que foi apurado prejuízo fiscal (ver Nota 38 – Imposto sobre o rendimento do período).
- Aumento do imposto sobre valor acrescentado em cerca de 78%, motivado pela faturação do adiantamento do R1 dos CPA's 4000 em novembro, conforme contrato assinado entre as partes, e pelo aumento da faturação em dezembro relativa à conclusão de trabalhos de valor elevado, à faturação de alguns adiantamentos e serviços adicionais conforme relatado no ponto 11.Clientes.

13. Outras contas a receber

	31-12-2014	31-12-2013
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Pessoal	35.523	40.230
Acréscimos de rendimentos	571.452	469.793
Devedores diversos	3.767.061	3.953.663
Reembolsos de despesas	356.850	115.276
	4.730.886	4.578.962
Imparidade acumulada		
Imparidade do período		
Imparidade de períodos anteriores	4.730.886	4.578.962

Esta rubrica registou um incremento de cerca de 3,3%, face ao período homólogo, que se traduz no montante de 151.924 euros.

As variações mais significativas verificaram-se nas seguintes componentes:

Acréscimos de Rendimentos

O acréscimo verificado em 2014 face ao ano transato, prende-se essencialmente com a especialização efetuada no final de 2014 referente ao contrato da PROMETRO no montante de 128.755 euros, respeitante aos ajustamentos de faturação que variam em função dos quilómetros percorridos pela frota abrangida pelo contrato, facto que não aconteceu no ano anterior, devido à indisponibilização da informação aquando do fecho de contas de 2013.

Devedores Diversos

A variação registada, face ao ano anterior, deve-se essencialmente à emissão da fatura que suporta a operação relativa à venda de ativos intangíveis, ativos fixos tangíveis e inventários à Nomad Tech, Lda., tendo o valor sido regularizado para a conta de clientes – empreendimentos conjuntos. Deste montante, 277.460 euros ainda se encontram em dívida à data de encerramento de contas uma vez que foi definido no contrato de compra e venda de ativos celebrado entre a Nomad Tech e a EMEF que a compradora só pagaria essa importância quando começasse a gerar fluxos de caixa livres.

Nesta rubrica mantém-se ainda ativas as seguintes situações

- Dívida do Metropolitano de Lisboa (ML) à EMEF no valor de 2.250.000 euros.

O ML e a EMEF acordaram em protocolo celebrado em 14 de maio de 2009, que o ML demoliria um edifício propriedade da EMEF para instalar o estaleiro de apoio às obras de construção da estação intermodal da Reboleira e, reconstruiria no prazo máximo de 6 meses após a conclusão da estação, um edifício equivalente, assumindo todos os custos de reconstrução até ao montante de 2.250.000 euros. Estimava-se que a obra estivesse concluída em 30 de maio de 2012. Contudo, o Governo suspendeu a construção da estação de metro com vista à obra ser reavaliada por parte do Metropolitano de Lisboa.

- Pagamento indevido ao BCP Factoring, no montante de 1.418.121 euros derivado da cedência de créditos da Marginal, entretanto declarada insolvente, a duas entidades distintas: à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e ao Banco Comercial Português. Foi constituída provisão conforme relatado no ponto 20. Provisões

Reembolso de Despesas

A variação no valor do reembolso de despesas entre os anos de 2014 e de 2013 deve-se essencialmente ao aumento de valores faturados por fornecedores e cujo material ou serviço ainda estava parcialmente em validação à data do encerramento de contas.

14. Diferimentos

	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	179.163	278.785
Diversos	95.218	83.491
	274.381	362.275
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Fact. p/Conta - Trab. a Real.	5.316.714	1.744.242
Outros Rec. c/rend. Dif.	-	-
Out. Rend. Dif.	15.471	-
	5.332.184	1.744.242

Faturação por conta de trabalhos a realizar

A faturação por conta de trabalhos a realizar engloba os movimentos referentes a faturas parciais emitidas para clientes, de acordo com as condições contratuais estabelecidas, bem como as correspondentes deduções relativas ao rédito considerado para as obras em curso no final do ano.

Esta rubrica registou um aumento significativo de 3.572.472 euros no final de 2014 comparativamente ao período homólogo do ano anterior. Esse aumento é explicado pela faturação no mês de novembro de 20% do valor global do contrato para a intervenção de meio de vida (R1) dos dez CPA 4000 que compõem a série e que totalizou 3.460.927 euros. De notar que em 2015 a EMEF emitiu nota de crédito neste montante em resultado da celebração de acordo de revogação entre a CP e a EMEF deste contrato.

Outros rendimentos diferidos

O Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP), enquanto responsável pela execução da Medida Estágios Emprego, criada pela Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, alterada pelas Portarias n.º 375/2013, de 27 de dezembro, n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro e pelo Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro e a EMEF enquanto entidade promotora iniciaram no período de 2014 estágios de emprego com a duração de 12 meses. A cada estagiário é concedida mensalmente, em função do nível de qualificação uma bolsa de estágio. Estas bolsas são comparticipadas pelo IEFP. A conta reflete o valor do subsídio atribuído mas cujos gastos ainda não ocorreram. O valor é reconhecido como rendimento na proporcionalidade dos gastos incorridos em cada mês de trabalho prestado.



15. Capital realizado

O capital social de 8.100.000 euros, representado por 8.100.000 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2014 sendo totalmente detido pela CP, EPE.

16. Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica respeita a prestações suplementares/acessórias concedidas pela CP, no montante total de 10.316.222 euros.

17. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EMEF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período não houve reforço das reservas legais, uma vez que o resultado líquido do período anterior foi negativo, nem houve utilização para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

18. Outras reservas

	31-12-2014	31-12-2013
Posição no início do período	617.458	617.458
	617.458	617.458

As reservas livres constantes nesta rubrica, resultaram da decisão de aplicação dos resultados positivos obtidos no período de 1995 a 1998.

19. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito às seguintes situações:

- Incorporação do resultado líquido negativo do período de 2013, no montante de 3.390.285 euros conforme decisão da Assembleia Geral do dia 24 de abril de 2014;
- Realização da reserva de reavaliação, no montante de 4.916 euros, resultante da reavaliação livre do ativo fixo tangível efetuada em 2002 para todos os bens com valor de aquisição superior a 200 euros, ao abrigo da Diretriz Contabilística n.º 16. A 31 de dezembro de 2014, o montante da reavaliação por realizar ascende a 12.894 euros. De notar que os excedentes de reavaliação, apesar de constarem na rubrica de Resultados Transitados, só ficarão disponíveis após a sua realização.

A variação ocorrida, traduz-se no quadro seguinte:



	Saldo inicial	Outras transferências	Saldo final
Resultados Transitados	(9.678.074)	(3.390.285)	(13.068.358)
Resultados Transitados Regularização de Excedentes	1.217.245	4.916	1.222.161
Resultados Transitados Ajustamentos de Conversão	(1.703.423)		(1.703.423)
Resultados Transitados Realização Reserva Reavaliação - 2002	17.810	(4.916)	12.894
	(10.146.442)	(3.390.285)	(13.536.727)

20. Provisões

O movimento na rubrica de provisões é analisado como se segue:



	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Processos judiciais em curso	289.413	18.777	(30.223)	277.967
Outras provisões	709.060			709.060
	998.474	18.777	(30.223)	987.027

Processos judiciais

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2014 no montante de 277.967 euros, corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades futuras. Neste período não ocorreu qualquer variação significativa face ao saldo do ano anterior. Os valores apresentados resultam basicamente com os seguintes processos:

- Processo instaurado contra a EMEF e outros réus no âmbito do acidente ocorrido em 2008 na Linha do Tua, no montante de 192.202 euros;
- Processos instaurados pela Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), por trabalhadores e ex-trabalhadores da EMEF.

Outras Provisões

Processo instaurado contra o Millennium BCP e Outros relativamente à cedência de créditos futuros a duas entidades distintas conforme referido no ponto 13. Outras contas a receber.

21. Financiamentos obtidos

	31-12-2014	31-12-2013
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários	3.062.500	4.141.336
	3.062.500	4.141.336
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários	1.078.867	1.072.374
Descobertos bancários	1.341.770	8.110.337
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Financiamentos	13.500.000	10.500.000
	15.920.638	19.682.712
Total	18.983.138	23.824.048

A decomposição por maturidade é a seguinte:

	31-12-2014	31-12-2013
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários		
Até 1 ano	1.078.867	1.072.374
De 1 a 5 anos	3.062.500	4.141.336
A mais de 5 anos		
Descobertos bancários		
Até 1 ano	1.341.770	8.110.337
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Financiamentos		
Até 1 ano	13.500.000	10.500.000
	18.983.138	23.824.048

O quadro seguinte evidencia à data de 31 de dezembro de 2014, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros estimados dos financiamentos obtidos não correntes.



	2016	2017	2018	2019	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras					
Empréstimos bancários					
Amortizações	875.000	875.000	875.000	437.500	3.062.500
Juros vencidos estimados	77.569	53.408	29.671	5.934	166.584
	952.569	928.408	904.671	443.434	3.229.084

A CP é fiadora da EMEF, junto dos bancos BPI e BES, para o financiamento de 7.000.000 euros, contraído para financiar a aquisição do prédio urbano, sito na Amadora. Em caso de incumprimento, a CP assegurará o pagamento do referido financiamento. À data de 31 de dezembro de 2014 o montante em dívida ascende a 3.937.500 euros.

22. Outras contas a pagar



	31-12-2014	31-12-2013
Corrente		
Fornecedores de investimentos	77.215	48.852
Credores por acréscimos	3.801.783	3.783.173
Outros credores	33.678	61.807
Pessoal	31.522	25.158
	3.944.197	3.918.990

Credores por acréscimos

Em 31 de dezembro de 2014 o valor mais significativo nesta rubrica corresponde ao acréscimo por remunerações a liquidar em 2015 relativas ao mês de férias, subsídio de férias e respetivos encargos no montante de 3.202.979 euros.



23. Fornecedores



	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores c/c		
Gerais	4.199.058	3.266.022
Empresa-mãe	88.185	463.082
Fornecedor - Retenção de garantia	2.595	498
Faturas em receção e conferência	556.645	208.675
	4.846.483	3.938.277

Em 31 de dezembro de 2014 e comparativamente ao período homólogo do ano anterior é possível constatar um aumento global do saldo da rubrica de fornecedores com maior expressão na rubrica fornecedores gerais.

Contribuíram para essa variação a aquisição de caixas de eixo para os vagões do cliente CP Carga e o aumento da aquisição de rodas monobloco para as automotoras das séries 2300 / 2400.

Paralelamente, verificou-se um aumento dos prazos médios de pagamentos que passaram de 59 dias no final de 2013 para 64 no final de 2014.

24. Adiantamentos de clientes



	31-12-2014	31-12-2013
Tno - Nederlandse Organisatie Voor Toegepast Natuurwetenschappen	110.838	76.621
Universidade do Porto	-	68.839
	110.838	145.459

O saldo da conta no final de 2014 foi recebido a título de adiantamento relativo ao projeto CARGOVIBES financiado ao abrigo de Seventh Framework Programme (FP7). O Projeto Cargovibes terminou em 31 de março de 2014. Face aos gastos efetivos da EMEF ao longo de todo o Projeto e o correspondente subsídio atribuído resultou um adiantamento em excesso no montante de 100.838 euros que terá que ser devolvido ao promotor TNO. O Projeto MAXBE, cujo promotor é a Universidade do Porto, foi transferido para a Nomad Tech, encontrando-se regularizadas todas as verbas adiantadas.

25. Adiantamentos a fornecedores

	31-12-2014	31-12-2013
Adiantamentos a Fornecedores Gerais	1.760	27.099
	1.760	27.099

A rubrica adiantamentos a fornecedores registou uma diminuição de 25.339 euros face ao ano 2013.

Do saldo pendente na conta em 31 de dezembro de 2014 no montante de 1.760 euros diz respeito ao remanescente da sobrefaturação da TEX à EMEF, relativa aos serviços prestados ao abrigo do contrato de prestação de serviços de transporte rodoviário.

Na sequência da aquisição da Tex pela Urbanos, esta última comprometeu-se a assegurar a regularização dos valores pagos em excesso, conforme estipulado em acordo entre as partes. Para o efeito, até à extinção do valor total pago em excesso, mensalmente o fornecedor emite uma nota de crédito correspondente a 10% do valor faturado no mês.

26. Vendas e serviços prestados

	31-12-2014	31-12-2013
Serviços Prestados	27.632.352	26.587.338
Manutenção	27.361.224	24.348.476
Reparação		
Total	54.993.577	50.935.813

No período de 2014, os serviços prestados registaram um acréscimo de 4.057.763 euros, face ao período homólogo do ano anterior, justificado por um aumento significativo da atividade, principalmente do negócio de reparação de material circulante que cresceu 12% relativamente ao ano transato, decorrente do acréscimo substancial de intervenções de reparações programadas e de reparações em equipamentos (rotáveis) para os clientes CP e CP Carga.

27. Subsídios à exploração

Durante o período de 2014 foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

	31-12-2014	31-12-2013
Estado e Outras Entidades Públicas		
Subsídios IEFP - Medida de Estágios de Emprego (ao abrigo da Portaria nº 204-B/2013)	10.477	-
	10.477	-
Outras Entidades		
Subsídios IDMEC (Projecto Wearwheel)	8.141	-
Subsídios NV D 2 S International (Projecto I-Rail)	-	918
Subsídios Thales (Projecto Secur-ED)	35.956	22.805
Subsídios TNO (Projecto Cargovibes)	(2.673)	89.756
Subsídios Universidade do Porto (Projecto Maxbe)	427	37.107
	41.852	150.587

A EMEF candidatou-se à Medida Estágios Emprego, conforme referido no ponto 14. Diferimentos. Os estágios iniciaram-se durante o período de 2014. Relativamente à Comparticipação Financeira já recebida do IEFP, e que se destina a compensar a entidade pelos gastos incorridos a EMEF já reconheceu em rendimentos o montante de 10.477 euros.

Os subsídios à exploração do ano de 2014 continuam a estar relacionados com incentivos à Investigação e Desenvolvimento (I&D) recebidos no âmbito dos projetos Wearwheel, Secur-ED, Cargovibes e Maxbe. No âmbito destes projetos a EMEF encontra-se consorciada com as entidades identificadas no quadro (líderes de consórcio) em conjunto com outras entidades.

Durante o ano de 2014 foram transferidos para a Nomad Tech os Projetos Maxbe, Cargovibes e Secur-ED. As verbas recebidas a título de subsídios estão diretamente relacionadas com os gastos incorridos pela EMEF, finalizando a participação da EMEF nestes Projetos. O Projeto Cargovibes tem um acerto entre o valor do subsídio e os adiantamentos atribuídos no montante de 2.673 euros.

Os projetos nacionais e europeus que decorreram durante os períodos de 2014 e 2013 tinham previsto os seguintes objetivos e subsídios:

Projetos Europeus	Data início	Data fim	Líder de Consórcio	Valor previsto do subsídio	Objetivo do Projeto
Wearw heel (Fct)	Abr-11	Mar-14	Idmec Instituto De Engenharia Mecan	20.220 €	Criar uma ferramenta que consiga prever de forma fiável o desgaste das rodas.
I-Rail (Fp7)	Nov-10	Out-12	Nv D 2 S International	4.375 €	Desenvolvimento e implementação de um sistema de alta velocidade para uma inspeção rápida e fiável de carril.
Secur-ED (Fp7)	Abr-11	Set-14	Thales Transportation	241.550 €	Melhoria da segurança em transportes públicos urbanos em cidades de média e grande dimensão através de demonstrações reais.
Cargovibes (Fp7)	Abr-11	Mar-14	Tno - Nederlandse Organisatie Voor	315.461 €	Desenvolver medidas que assegurem níveis aceitáveis de vibração em zonas residenciais próximas de linhas ferroviárias de mercadorias.
Maxbe (Fp7)	Out-12	set-15	Universidade do Porto	143.680 €	Desenvolvimento e implementação de estratégias interoperáveis de monitorização, diagnóstico e manutenção para rolamentos de caixas de eixo.

28. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:

	31-12-2014	31-12-2013
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
EMEF Internacional	-	199
Nomad Tech	3.722	-
	3.722	199
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Emef/Siemens Ace	344.151	285.411
Nomad tech	17.307	-
	361.459	285.411
Total	357.737	285.213

As variações corridas nesta rubrica estão descritas na Nota 8 – Participações Financeiras – Método da Equivalência Patrimonial.



29. Variação nos inventários da produção

	31-12-2014	31-12-2013
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	1.428.087	1.443.460
	1.428.087	1.443.460
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	1.307.914	1.428.087
	1.307.914	1.428.087
Variação		
Produtos acabados e intermédios	(120.173)	(15.374)
	(120.173)	(15.374)

As principais variações ocorridas nos inventários da produção estão explicadas na Nota 10 - Inventários.

30. Trabalhos para a própria entidade

	31-12-2014	31-12-2013
Ativos fixos tangíveis	2.637	-
	2.637	-

Em 2014 foram desenvolvidos trabalhos para a própria entidade no montante de 2.637 euros relativos à construção de um banco de ensaio para blocos de freio das UQE3500 e que se encontra em curso prevendo-se a sua conclusão no ano de 2015.

31. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas



	31-12-2014	31-12-2013
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.895.729	13.564.239
	13.895.729	13.564.239

O aumento verificado nesta rubrica no montante de 331.490 euros, acompanhou a tendência de aumento das atividades de reparação ocorridas em 2014. Salienta-se no entanto, que o aumento de 2% do Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumida face ao período homólogo ficou aquém do aumento das reparações verificadas que se traduziu em 12%, conforme referido no ponto 26. Vendas e serviços prestados.



32. Fornecimentos e serviços externos



	31-12-2014	31-12-2013
Subcontratos	1.794.758	713.971
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	665.065	730.089
Publicidade e propaganda	11.566	956
Vigilância e segurança	658.787	628.831
Honorários	65.653	28.546
Conservação e reparação	1.267.317	512.987
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	232.767	251.835
Livros e documentação técnica	2.553	1.023
Material de escritório	32.724	37.552
Artigos de oferta	173	37
Energia e fluídos		
Eletricidade	687.719	781.707
Combustíveis	250.862	316.534
Água	79.640	90.880
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	61.072	35.817
Transportes de pessoal	2.408	1.801
Transportes de mercadorias	177.914	183.209
Outros	22.773	22.800
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	4.219.673	4.241.903
Comunicação	125.259	158.610
Seguros	260.843	262.894
Contencioso e notariado	2.445	4.539
Despesas de representação	5.040	8.115
Limpeza, higiene e conforto	424.894	442.586
Outros serviços	85.800	141.884
	11.137.705	9.599.103

Em 2014 houve um aumento de 16% dos fornecimentos e serviços externos face ao ano transato.

Os principais motivos para esta variação foram os seguintes:

1. Cerca de 900.000 euros do incremento dos subcontratos está diretamente relacionado com as reparações e ensaios de GTO's e Gate Unit's efetuados pela Nomad Tech. Estes serviços em 2013 foram realizados internamente pela EMEF.
2. Relativamente à rubrica de Conservação e Reparação, 718.953 euros do incremento foram canalizados para reparar a cobertura da oficina de Guifões como consequência do mau tempo no início do ano.

As restantes rubricas não tiveram uma variação relevante face ao período homólogo.

33. Gastos com o pessoal



	31-12-2014	31-12-2013
Remunerações dos órgãos sociais	5.676	17.364
Remuneração do pessoal	19.771.491	22.512.580
Indemnizações	2.473.776	811.672
Encargos sobre remunerações	4.470.976	5.058.774
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	613.701	675.136
Gastos de ação social	76.039	87.334
Outros gastos com o pessoal	724.896	658.865
	28.136.555	29.821.725

Em termos globais, a diminuição dos gastos com o pessoal situou-se nos 5,7%. Excluindo as indemnizações a diminuição dos gastos com o pessoal é mais significativa cifrando-se nos 11,5% face ao ano anterior.

Esta diminuição dos gastos com pessoal, excluindo as indemnizações, resultou não só da diminuição do efetivo, como também no facto de o ano 2013 estar empolado com gastos que resultaram diretamente dos seguintes fatores:

- Reposição do subsídio de férias no ano de 2013, não especializado em 2012, uma vez que à data do encerramento das contas de 2012 este pagamento estava suspenso em resultado da Lei n.º 64-B/2011 (LOE 2012);
- Reposição do subsídio de férias relativo ao trabalho prestado no ano de 2013, a abonar no período de 2014 (Lei 39/2013 de 21 de junho);
- Reposição do subsídio de Natal em 2013 através do pagamento por duodécimos – LOE 2013 - Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro.

Pelo contrário, verificou-se um acréscimo de cerca de 205% nos gastos com indemnizações por mútuo acordo face ao ano anterior e que se traduziu num incremento de 1.662.105 euros.

A rubrica de Outros Gastos com Pessoal agrega os gastos referentes a concessões de transportes, seguros de acidentes pessoais, seguros de saúde, formação, medicina do trabalho e complementos de subsídio de doença.



34. Outros rendimentos e ganhos

	31-12-2014	31-12-2013
Rendimentos e suplementos	1.249.809	854.946
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.115	1.344
Ganhos em inventários	6.286	7.795
Correções relativas a exercícios anteriores	274.100	313.073
Diferenças de câmbio favoráveis	79	398
Investimentos não financeiros - Sinistros	170.131	29.415
Investimentos não financeiros - Alienações AFT	350	78.216
Investimentos não financeiros - Alienações AI	-	245.959
Outros	114.030	40.199
	1.815.900	1.571.345

No período de 2014 verificou-se um aumento nesta rubrica comparativamente com o período homólogo.

Dos valores constantes da rubrica de rendimentos suplementares durante o ano de 2014, destacam-se os seguintes:

- Cedência de materiais 725.159 euros;
- Rendas (BAVIDRO, NOMAD TECH e Metropolitano de Lisboa) 162.068 euros;
- Venda de resíduos 161.625 euros.

Relativamente à rubrica de Investimentos Não Financeiros - Sinistros é de salientar a atribuição pela Seguradora da indemnização relativa ao sinistro da cobertura de Guifões no montante de 160.518 euros.

No que concerne aos valores constantes da rubrica outros rendimentos e ganhos no ano 2014 destaca-se a indemnização recebida relativamente a um processo instaurado por violação das leis da concorrência no montante de 106.822 euros.

35. Outros gastos e perdas

	31-12-2014	31-12-2013
Impostos	13.813	18.039
Perdas em inventários	161.044	419.258
Investimentos não financeiros	1.275	-
Correções relativas a exercícios anteriores	179.580	512.528
Serviços bancários	12.379	12.332
Diferenças de câmbio desfavoráveis	48	255
Gastos e perdas financeiras - Juros suportados	249	-
Outros	17.455	29.584
	385.843	991.996

O valor da rubrica Perdas em Inventários decorre de abates ou correções contabilísticas por inexistência de material em armazém aquando das contagens físicas realizadas periodicamente durante o ano, e cujas perdas por imparidade não estavam criadas para a totalidade do valor.

Da rubrica referente a correções de exercícios anteriores, destacam-se essencialmente as seguintes situações: reintegração de trabalhador de acordo com sentença proferida pelo tribunal no valor de 69.022 e a regularização de situações faturadas em exercícios anteriores e entretanto anuladas no período de 2014, no montante de 55.557 euros.

36. Gastos/reversões de depreciação e de amortização



	31-12-2014	31-12-2013
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(1.239.965)	(1.310.284)
Ativos intangíveis	(1.306)	(7.003)
	(1.241.271)	(1.317.287)

Os gastos registados nesta rubrica resultam das depreciações e das amortizações dos bens de acordo as vidas úteis definidas no ponto 3.2. Políticas contabilísticas relevantes.

A diminuição das depreciações e das amortizações de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis no período de 2014 está diretamente relacionada com a continuidade das restrições orçamentais a nível dos investimentos, fator ao qual se junta o facto de alguns bens existentes terem terminado a sua vida útil no final de 2013 ou durante o período de 2014.



37. Juros e gastos similares suportados

	31-12-2014	31-12-2013
Juros de Financiamentos Bancários	136.123	168.553
Juros de Financiamentos Acionista	810.313	802.331
Outros Juros	224.699	566.103
Outros gastos relativos a financiamentos obtidos	73.417	127.468
	1.244.552	1.664.455

A diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos, deve-se essencialmente à redução das taxas de juro de referência dos contratos de financiamento em vigor, ao desagravamento das condições de financiamento junto do Acionista e da Banca e a uma menor utilização dos plafonds dos descobertos bancários.

De realçar ainda que em 2014 foi contratualizado um financiamento com o Acionista no montante de 3 M€ para amortização do descoberto bancário junto do Novo Banco o qual tinha condições gravosas para a EMEF.

38. Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período reconhecido na demonstração de resultados refere-se não só à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor à data do relato, mas também à estimativa do imposto sobre o lucro tributável. A diferença entre os dois anos em análise deve-se ao facto de no período de 2013 a empresa ter apurado um resultado fiscal negativo e no período de 2014 se estimar um resultado fiscal positivo.

	31-12-2014	31-12-2013
Imposto sobre o rendimento do período	(90.017)	(39.217)
	(90.017)	(39.217)

Os prejuízos fiscais que a EMEF tem para reporte à data de 31 de dezembro de 2014 constam do quadro seguinte:



Ano de reporte do prejuízo	Período em que se pode deduzir	Resultado fiscal
2008	2009-2014 6 anos	(4.138.797)
2011	2012-2015 4 anos	(1.583.918)
2013	2014-2018 5 anos	(3.965.417)

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais gerados poderão ser reportados e deduzidos pelo método do FIFO durante os períodos indicados no quadro acima, sem no entanto exceder o limite definido de 70% do lucro tributável.

39. Partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos entre partes relacionadas com referência à estrutura acionista de CP, EPE são os seguintes:



Descrição	Natureza da relação	2014						
		Ativos			Passivos			
		Clientes	Outras contas a receber	Adiantamento de clientes	Fornecedores	Outras contas a pagar	Financiamentos obtidos	Diferimentos
CP	A	7.885.801	-	-	88.185	343.551 b)	13.500.000	5.738.131 a)
CP Carga	B	3.399.891	-	-	-	-	-	-
Fergráfica	B	-	-	-	-	-	-	-
Ecosáude	B	-	-	-	11.527	-	-	-
Fernave	B	-	-	-	-	-	-	-
EMEF Internacional	A	-	-	-	-	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	A	268.923	5.652 b)	-	-	2.418	-	750 a)
Nomad Tech	A	318.849	219 b)	-	384.429	145.712	-	5.000 a)

a) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos. b) O montante refere-se totalmente à rubrica devedores e credores por acréscimo.

Descrição	Natureza da relação	2013						
		Ativos			Passivos			
		Clientes	Outras contas a receber	Adiantamento de clientes	Fornecedores	Outras contas a pagar	Financiamentos obtidos	Diferimentos
CP	A	5.478.138	2.898 a)	-	489.297	135.407 c)	10.500.000	1.763.129 b)
CP Carga	B	1.599.244	-	-	5.040	-	-	-
Fergráfica	B	-	-	-	-	-	-	-
Ecosáude	B	-	-	-	12.377	-	-	-
Fernave	B	1.661	-	-	-	-	-	-
EMEF Internacional	A	-	-	-	-	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	A	435.366	-	-	-	-	-	-
Nomad Tech	A	2.319	277.460	-	-	58.051	-	-

a) Inclui o montante de 2.897,77 euros referente à rubrica de devedores e credores por acréscimos. b) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos. c) O montante refere-se totalmente à rubrica devedores e credores por acréscimo.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Descrição	Natureza da relação	2014									
		Inventários		Investimentos			Gastos			Rendimentos	
		Matérias primas	Ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos e perdas	Gastos e perdas de financiamento	Vendas e prestação de serviços	Outros rendimentos e ganhos		
CP	A	43.727	10.578	4.551.574 a)	559.662 b)	94.058	810.313 c)	37.972.423	655.727		
CP Carga	B	-	-	-	-	-	-	7.399.050	-		
Fergráfica	B	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ecosáude	B	500	-	1.475	70.330	-	-	-	-		
Fernave	B	-	-	-	3.720	323	-	-	-		
EMEF Internacional	A	-	-	-	-	-	-	-	-		
EMEF/Siemens - ACE	A	-	-	-	-	1.146	-	2.882.939 d)	532.721		
Nomad Tech	A	-	-	874.134	-	4.130	-	-	217.814 e)		

a) Inclui o montante de 38.375 euros referentes à especialização de gastos. b) Inclui o montante de 18.392 euros referentes à especialização de gastos. c) Inclui o montante de 65.388 euros referentes à especialização de gastos. d) Inclui o montante de 5.652 euros referentes à especialização de rendimentos. e) Inclui o montante de 219 euros referentes à especialização de rendimentos.

Descrição	Natureza da relação	2013									
		Inventários		Investimentos			Gastos			Rendimentos	
		Matérias primas	Ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos e perdas	Gastos e perdas de financiamento	Vendas e prestação de serviços	Outros rendimentos e ganhos		
CP	A	13.543	-	4.581.144 a)	464.175 b)	67.556	802.331 c)	36.300.438 d)	310.309		
CP Carga	B	262.500	-	19.253	-	5.980	-	4.963.932	3.797		
Fergráfica	B	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ecosáude	B	-	-	1.665	73.610	-	-	-	-		
Fernave	B	-	-	-	-	1.405	-	1.351	952		
EMEF Internacional	A	-	-	-	-	199	-	-	-		
EMEF/Siemens - ACE	A	-	-	-	-	32.703	-	2.770.875	410.805		
Nomad Tech	A	-	-	-	-	-	-	-	543.460		

a) Inclui o montante de 67.887 euros referentes à especialização de gastos. b) Inclui o montante de 5.395 euros referentes à especialização de gastos. c) Inclui o montante de 61.125 euros referentes à especialização de gastos. d) Inclui o montante de 2.898 euros referentes à especialização de rendimentos.

Foram suportados os seguintes gastos com trabalhos especializados no período corrente:

Auditoria e consultoria fiscal	
Auditoria externa	4.500
Consultoria fiscal	8.000
Órgão de fiscalização	5.395

40. Garantias e avales

	Garantias bancárias	2014	2013
		Garantias bancárias recebidas	750.339
	Garantias bancárias prestadas	780.649	687.569
		1.530.988	1.360.524

	Garantias do Acionista	Valor total	Valor utilizado
		Cartas Conforto	7.000.000
	Fianças	3.937.500	3.937.500
		10.937.500	5.279.270

Os compromissos acima identificados não constam das demonstrações financeiras apresentadas.

41. Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos para as locações operacionais existentes à data de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são os que a seguir se apresentam:

		31-12-2014	31-12-2013
		Menos de um ano	90.779
	Entre um e cinco anos	74.293	82.715
		165.072	139.476



42. Matérias ambientais

Durante o ano de 2014 foram desenvolvidas diversas ações onde a Função Segurança, Qualidade e Ambiente (SQA) esteve envolvida, incluindo as Áreas SQA Locais, destacando-se as seguintes:

- Análise e monitorização de requisitos relativos a gases fluorados com efeito de estufa, gases que afetem a camada do ozono, responsabilidade ambiental, vistorias de licenciamento industrial, registos de produção de resíduos, entre outros;
- Consolidação e integração de informação para resposta ao inquérito anual do INE – “Gestão e Proteção do Ambiente”;
- Recolha e organização de dados para o Relatório de Sustentabilidade do Cliente CP;
- Operacionalização de planos de monitorização e comunicação de dados às Entidades Oficiais, nomeadamente Planos de Gestão de Solventes, Registo Anual de Resíduos no portal SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente) e monitorização de efluentes gasosos e líquidos;
- Realização de ações de formação externas relativas ao Manuseamento de Gases Fluorados de efeito de estufa (GFEE), por colaboradores de todos os Parques Oficiais. Internamente, no POC e POS, foram também realizadas com meios internos, ações de formação aos operadores que realizam a manutenção de ar condicionado nas unidades de material circulante.

Foi realizada, através do gestor de contrato, a monitorização e gestão do contrato global de resíduos em vigor, abrangendo todos os Parques Oficiais da EMEF. Até ao momento, a avaliação deste contrato/serviço continuou a revelar um desempenho positivo.

Decorre procedimento com vista a novo contrato de gestão de resíduos. O procedimento encontra-se na fase de relatório final.

Como tem sido habitual, o programa anual de auditorias internas global, contemplou, para além dos requisitos ligados à norma NP EN ISO 9001, NP 4427 e HST, também a avaliação de requisitos de ambiente.

Foram efetuadas reuniões para o desenvolvimento de estudos para implementação no POC das ações de 2014, indicadas nos “Acordos de Racionalização dos Consumos de Energia” (ARCE) aprovados pela DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), na sequência das auditorias energéticas antes realizadas por Entidade oficialmente credenciada.

Estes Acordos são aplicáveis às instalações do Entroncamento e de Guifões e têm em vista o aumento da eficiência energética e o cumprimento da legislação aplicável.

No domínio de ambiente, durante o ano de 2014, registou-se um gasto de 96.873 euros, onde cerca de:

- 94,1% foi associado à gestão de resíduos (encaminhamento de resíduos para destino adequado, incluindo os resíduos da safetykleen, taxa de gestão de resíduos e limpezas de ETAR e Separadores de Hidrocarbonetos);
- 1,9% relaciona-se com a monitorização das águas (nomeadamente realização de análises a efluentes líquidos e de controlo de água);
- 4% corresponde à gestão das emissões gasosas (caracterização de efluentes gasosos).

43. Contingências

Protocolarmente, acordaram o ML e a EMEF em 14 de maio de 2009, que o ML demoliria um edifício propriedade da EMEF para instalar o estaleiro de apoio às obras de construção da estação intermodal da Reboleira e, reconstruiria no prazo máximo de 6 meses após a conclusão da Estação, um edifício equivalente, assumindo todos os custos de reconstrução até ao montante de 2.250.000 euros. Estimava-se que a obra estivesse concluída em 30 de maio de 2012. Contudo, a obra está suspensa por indicação Governamental com vista à sua reavaliação por parte do Metropolitano de Lisboa, pelo que a construção não ocorreu dentro do prazo inicialmente previsto.

44. Acontecimentos após a data de balanço

No decurso do ano 2014 foram celebrados entre a EMEF e a CP, o seu maior cliente e acionista único, contratos específicos de prestação de serviços de manutenção de material circulante a vigorar por um período de cinco anos, e um contrato para a intervenção de meio de vida (R1) dos CPA 4000. Ao abrigo deste último, a EMEF emitiu uma fatura no valor de 3.460.927 euros mais iva, correspondente a 20% do valor total, em sede de diferimento por conta de trabalhos a realizar.

Contudo, devido a uma questão formal as partes assinaram no dia 30 de janeiro de 2015, um acordo que estipulava a revogação dos contratos acima referidos, e a celebração de contratos de substituição dos contratos de manutenção então anulados. Assim, os contratos de manutenção foram de imediato substituídos por contratos idênticos válidos por um ano. Os contratos de manutenção plurianuais e o contrato de intervenção de meio de vida dos CPA 4000 encontram-se em análise pelas partes.

De forma a regularizar o diferimento reconhecido nas demonstrações financeiras de 2014 referente a este último contrato, a EMEF emitiu em 18 de fevereiro de 2015 uma nota de crédito no montante de 3.460.927 euros.

Lisboa, 17 de março de 2015

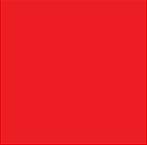
O Conselho de Administração

Diretora Financeira:
Dr.^a Sónia Maria Vieira Caneira
Cunha Leão

Presidente:
Dr.^a Cristina Maria
dos Santos Pinto Dias

Técnico Oficial de Contas:
Dr.^a Paula Cristina
Tavares Serra Ribeiro

Vogal:
Dr.^a Maria Isabel de Jesus
da Silva Marques Vicente



Relatório de Governo Societário

I.

Missão, objetivos e políticas

A EMEF tem como visão ser a referência nacional em material circulante ferroviário.

Tradicionalmente ligada ao setor dos transportes ferroviários, a EMEF assume a missão de criar valor para os clientes, colaboradores e acionista. É o reconhecimento da missão da empresa que a faz mover, que lhe confere sentido e que funciona como elemento agregador do esforço que cada um despense no seu dia-a-dia de trabalho.

A concretização daqueles objetivos latos, são vertidos em políticas enformadas por um conjunto de princípios traduzidos pelo:

- Desenvolvimento da atividade voltada para os clientes;
- Criação de condições de segurança para os trabalhadores e para o material circulante ferroviário;
- Proteção do ambiente;
- Gestão da atividade com alcance na sustentabilidade económico-financeira e continuidade das operações de modo independente.



II.

Estrutura de capital

4703

O capital social é de 8.100.000 euros, dividido e representado por 8.100.000 ações no valor nominal de um euro cada uma. O mesmo encontra-se integralmente realizado, em dinheiro e outros valores constantes da escrituração social. As ações serão nominativas ou ao portador, podendo ser escriturais ou representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1.000 e 5.000 ações. As ações serão reciprocamente convertíveis, a pedido e por conta dos acionistas.

O titular das ações é a CP – Comboios de Portugal, EPE, inexistindo limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das mesmas.

Não existem acordos parassociais que restrinjam a sociedade.

III.

Participações sociais e obrigações detidas

No final de 2014, a EMEF tinha participação financeira nas seguintes entidades empresariais:



Participações Financeiras

Designação	EMEF
EMEF/SIEMENS ACE NOMAD TECH	51% do resultado líquido 35% das quotas

O EMEF/SIEMENS ACE é um agrupamento complementar de empresas que foi constituído em 2009 pela EMEF e pela SIEMENS e tem por objeto a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção das Locomotivas Elétricas LE5600 e LE4700, ao abrigo do Contrato entre o ACE e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A NOMAD TECH é uma sociedade por quotas constituída em novembro de 2013 entre a EMEF e a NOMAD Digital com o objetivo de fornecer soluções de Telegestão Ferroviária – como a Manutenção Baseada na Condição (MBC) e Eficiência Energética – para o mercado ferroviário a nível mundial.

Paralelamente a EMEF possui as seguintes participações de natureza associativa ou fundacional:



Entidades em que a EMEF é sócio efetivo ou fundador

Entidade	Ano adesão	Valor da participação	Observações
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2006	2.500	A EMEF é sócio efetivo do Instituto com a subscrição no montante de 2.500€, a que correspondem 500 unidades de participação.
FMNF - Fundação Museu Nacional Ferroviário	2007	31.944	A EMEF é entidade equiparada a fundador. A contribuição da EMEF foi em espécie, sob a forma da prestação do serviço de recuperação de placa giratória da rotunda de locomotivas.



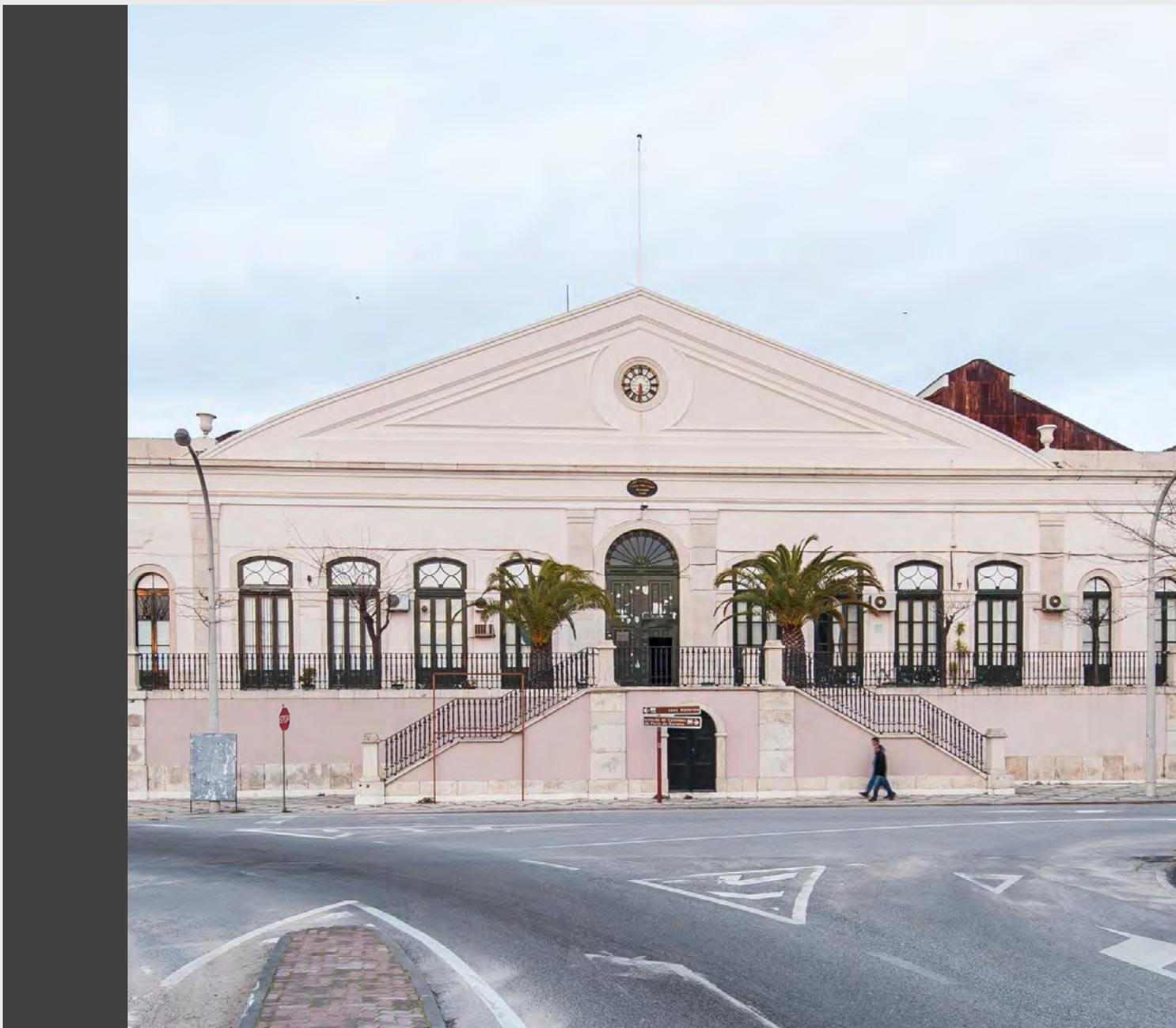
Entidades em que a EMEF é associada

Entidade	Ano adesão	Fundamentação
NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém	1996	Em 4-Out-1996 a CE da EMEF deliberou autorizar a inscrição da EMEF nesta associação, pelo facto de a sede social da empresa se situar no Entroncamento e pelo facto de, com esta adesão a empresa ter acesso às vantagens de adesão automática à AIP, facilidade de acesso a fundos estruturais instituídos no QCA e empréstimos a juros bonificados através de protocolo celebrado com o BES.
IPQ - Instituto Português para a qualidade	1995	A EMEF está inscrita atualmente como correspondente da Classe B. As vantagens são as seguintes: receção de normas gratuitas (portuguesas, europeias e ISO) que sejam emitidas em cada ano e descontos na aquisição de normas em geral; necessário para o Sistema de Gestão da Qualidade e Certificação do mesmo.
ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas	2007	Em 1-Fev-2007 a CE da EMEF deliberou a reinscrição nesta Associação pelo facto de possibilitar o usufruto de vantagens na internacionalização, quer para a Argentina, quer para Moçambique.
APNCF - Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária	1996	A EMEF é entidade equiparada a associado fundador.

Não foram prestadas a outras entidades quaisquer garantias financeiras nem foram assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

As relações significativas de natureza comercial existentes entre a EMEF e o acionista único (CP, EPE) são divulgadas no capítulo VII (transações com partes relacionadas e outras) deste relatório.

No que respeita aos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses e no estrito cumprimento dos princípios de bom governo das empresas públicas, previstos no DL 133/2013, mormente no seu artigo 51º, os Administradores da EMEF abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente, as despesas por si realizadas são aprovadas por outro Administrador. Ainda, os Administradores da empresa não detêm quaisquer participações patrimoniais na mesma nem relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.





IV.

Órgãos Sociais e comissões

A. Mesa da Assembleia Geral



Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração anual (€)	
			Fixada (1)	Bruto pago (€) (2)
2013-2015	Presidente	Maria Romana da Cunha Paulino Correia de Vasconcelos	0	0
	Secretário	Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins	0	0

(1) Valor da senha de presença fixada. (2) Antes de reduções remuneratórias.

Não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada.

B. Administração e Supervisão

A estrutura da administração e fiscalização da sociedade é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral sem prejuízo de eventuais decisões da acionista única.

O Conselho de Administração é composto por dois membros executivos do Conselho de Administração da CP - Comboios de Portugal, E.P.E., eleitos em Assembleia Geral, por um período de três anos.



Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº de mandatos na sociedade	Observações
2013-2015	Presidente	Cristina Maria dos santos Pinto Dias	Deliberação da AG	1	Não remunerado
	Vogal	Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	Deliberação da AG	1	Não remunerado

Na falta ou impedimento definitivos de qualquer administrador procede-se à cooptação de um substituto, a ratificar na seguinte Assembleia Geral. O mandato do novo administrador terminará no fim do período para o qual o administrador substituído tinha sido eleito.



Curricula vitae resumidos

DRA. CRISTINA MARIA DOS SANTOS PINTO DIAS (Presidente)

Mestrado em Economia e Política da Energia e do Ambiente, ISEG, 1995, Licenciada em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, (ISEG), 1985-1990, e Pós-Graduação em Altos Estudos de Transportes no Instituto Superior de Transportes, ISTP, 1999-2000.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Comboios de Portugal, E.P.E. desde fevereiro de 2013 e Vogal do Conselho de Administração da mesma empresa entre junho de 2010 e fevereiro 2013.

Presidente da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, SA, desde março de 2013.

Presidente do SIMEF desde julho de 2014.

Membro do Board da NomadTech, SA. desde a sua constituição (novembro de 2013).

Presidente do TIP-Transportes Intermodais do Porto, ACE desde março de 2013.

Administradora na OTLIS-Operadores de Transportes da Região de Lisboa, desde julho 2010.

Exerceu o lugar de Diretora de Direção do Desenvolvimento Organizacional e Gestão da Mudança na CP (de Fevereiro 2005 a Junho 2010).

Membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (2004/2005).

Assessora para as áreas dos Transportes, Economia e Finanças do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional – do Professor Doutor António Carmona Rodrigues (2003/2004).

Directora de Regulação Económica no ex-Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, tendo exercido outros cargos de direção em empresas públicas de relevo no contexto nacional.

Docente no Instituto Superior Economia e Gestão na pós-graduação Leadership & Management, na disciplina de Gestão da Mudança e autora de vários Artigos de opinião publicados no Caderno Mensal _ Transporte Público-Mobilidade Inteligente, num jornal diário.

DRA. MARIA ISABEL DE JESUS DA SILVA MARQUES VICENTE (Vogal)

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Vogal executiva do Conselho de Administração da CP, EPE, com os pelouros económico e financeiro, desde fevereiro de 2013

Vogal executiva do Conselho de Administração da EMEF, SA; Administradora única da ECOSAÚDE, SA; Gerente da SAROS, Lda; Vogal do Conselho de Administração da FMNF, em representação da CP, EPE, desde março de 2013.

Vice-Presidente e Vogal do Conselho Diretivo do IMTT com os pelouros financeiro e de organização e gestão, entre outubro de 2007 e Fevereiro de 2012. No âmbito destas funções foi, por inerência, Vogal do Conselho Executivo da AMTL-IP.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Portugal Vela 2007, SA, empresa pública que organizou os campeonatos do mundo de vela, em 2007, com o pelouro financeiro e de organização de novembro de 2005 a outubro de 2007.

Chefe de Gabinete na Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças de março a julho de 2005.

Subdiretora Geral do Tesouro tendo sob a sua responsabilidade as funções do Departamento de Intervenção Financeira do Estado, designadamente, no âmbito do Setor Empresarial do Estado, de julho de 2001 a março de 2005.

Adjunta na Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças para a área do Setor Empresarial do Estado, de outubro de 2000 a julho de 2001.

Inspetora de Finanças na Inspeção Geral de Finanças, IGF, no serviço de Auditoria ao Setor Empresarial do Estado entre setembro de 1991 a outubro de 2000.

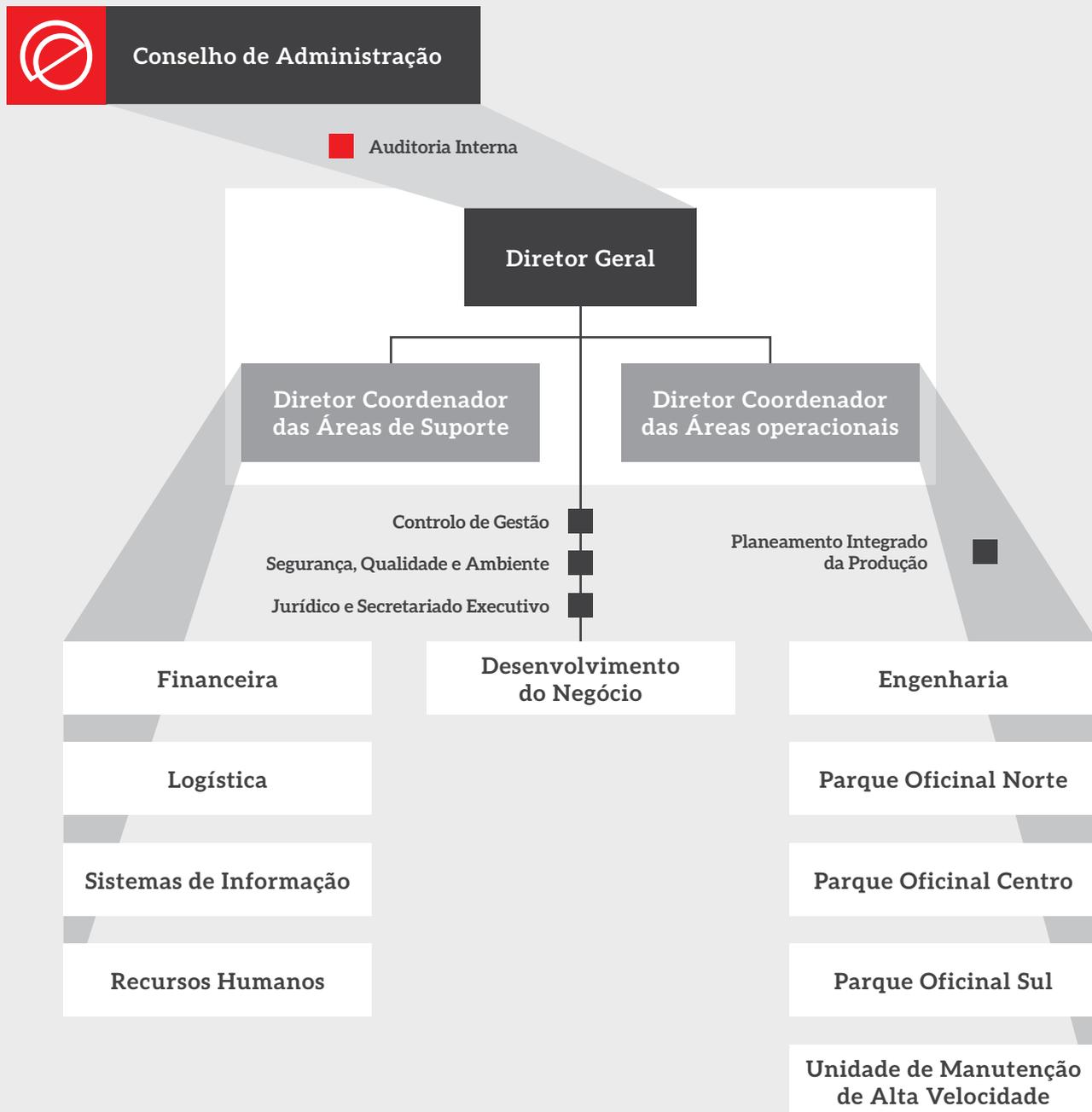
Inspetora Administrativa na Inspeção Geral da Administração do Território, IGAT, de 1988 a setembro de 1991.

Técnica Superior no Ministério das Finanças e do Plano, no Departamento Central de Planeamento de 1985 a 1988.

Funcionária administrativa na Direção Geral de Viação, de 1974 a 1985.

Na área académica, entre 1986 e 2011, foi docente no Instituto Superior de Novas Profissões, INP, atualmente incorporado no Instituto Superior de Gestão, tendo lecionado várias disciplinas da Área Financeira.

Organograma da empresa



Foram realizadas pelo Conselho de Administração 37 reuniões durante o ano de 2014. A assiduidade dos membros do Conselho de Administração é muito elevada e todas as ausências estão justificadas.

Os atuais membros do Conselho de Administração da EMEF acumulam as funções de administradores da acionista, não sendo remunerados pela primeira.

O órgão da sociedade competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral e não existem critérios pré-determinados para a mesma avaliação.

Não existem comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.

C. Fiscalização



Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº de mandatos na sociedade	Observações
2014	Presidente	Arlindo José Crespo Rodrigues	Deliberação da AG	2	Renunciou em 16/07/2014
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	Deliberação da AG	2	
	Vogal	Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	Deliberação da AG	3	
	Suplente	Carla Manuela Serra Galdes	Deliberação da AG	3	



Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração anual (€)	
			Fixada (1)	Bruto pago (€) (2)
2014	Presidente	Arlindo José Crespo Rodrigues	0	0
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	0	0
	Vogal	Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	0	0
	Suplente	Carla Manuela Serra Galdes	0	0

(1) Valor bruto anual fixado. (2) Antes de reduções remuneratórias.

Curricula vitae resumidos

DR. ARLINDO JOSÉ CRESPO RODRIGUES (Presidente)

Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, Pós-Graduação no âmbito da Função de Pessoal, ministrado pelo ex-Instituto para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, atual Instituto Superior de Gestão e Frequência do 2.º Curso Geral de Gestão em 1989, ministrado pela Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia.

Presidente do Conselho Fiscal da EMEF e da CP Carga, desde março de 2013.

Diretor Geral da FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A., desde Agosto de 2014.

Exerceu diversas funções na CP, EPE, nomeadamente como Diretor responsável pela DCC - Direção de Contratualização, Compras e Serviços Gerais (abril de 2011 a março de 2013), Diretor-Coordenador da CP - Serviços (Unidade de Serviços Partilhados da CP) (2010 a março 2011), Membro da Direção Executiva da CP-Lisboa (2008 a 2010) e Vogal da Comissão Executiva da USGL – Unidade de Suburbanos da Grande Lisboa (2002 a 2008).

Representante da C.P. na OEINERGE (Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras) exercendo funções como Presidente do Conselho Fiscal da referida entidade (2010-2012).

Administrador-Delegado da SESI – Sociedade de Ensino Superior e Investigação, S.A., de 2001 a maio de 2002.

Vogal Executivo do Conselho de Administração da PEC-TEJO – Indústria de Produtos Pecuários de Lisboa e Setúbal, S.A, tendo exercido em acumulação funções de Vogal Não Executivo da PEC - Produtos Pecuários de Portugal, SGPS, de 1998 a 2001.

Administrador da PORTUCEL INDUSTRIAL – Empresa Produtora de Celulose, S.A. e PORTUCEL FLORESTAL – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A., de 1997 a 1998.

Presidente da Mesa das Assembleias Gerais das Empresas: RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel, Portucel Viana, Portucel Embalagem, Portucel Tejo, Portucel Recicla, Gescartão e Tecnocel, de 1995 a 1999.

Vogal do Conselho de Administração da Papéis INAPA, S.A. como representante da Portucel SGPS, de 1995 a 1997.

Administrador da PORTUCEL – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S.A. – Empresa Holding do Grupo Portucel - bem como funções como Vogal dos Conselhos de Administração das Empresas: Portucel Industrial, Portucel Florestal e Gescartão, SGPS, S.A., de 1993 a 1997.

Presidente do Conselho de Administração da Companhia do Papel do Prado, em acumulação com os cargos no Grupo Portucel, de 1994 a 1997.

Administrador da DOCAPESCA, Portos e Lotas, S.A., de 1990 a 1993.

Vogal da Comissão de Gestão da DOCAPESCA/Sociedade Concessionária da Doca de Pesca de Pedrouços e do SLV – Serviço de Lotas e Vendagem, de 1988 a 1990.

Vogal do Conselho Fiscal das Companhias Reunidas de Congelados e Bacalhau, S. A. (C.R.C.B.S.A.), de 1986 a 1988.

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado das Pescas, de 1985 a 1988.

Assessor no âmbito do Ministério do Mar em 1985.

Técnico, e posteriormente Quadro Diretivo, dos Quadros de Pessoal do Crédito Predial Português (nas áreas de Pré-Contencioso e Gestão de Recursos Humanos) de 1975 a 1985.

DRA. ANA MARIA DOS SANTOS MALHÓ (Vogal)

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, pós graduada em Corporate Finance pelo INGED-ISCTE Executive Education.

Vogal do Conselho Fiscal das empresas: EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. e CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadoria, S.A, desde março de 2013.

Responsável do Departamento Financeiro, integrado na Direção Financeira da CP, desde 2013

Diretora Financeira da CP, responsável pelas áreas de gestão financeira e tesouraria, de 2011 a 2013.

Responsável da Gestão Financeira - Finanças Corporativas com a missão de gerir os recursos financeiros e otimizar as condições de financiamento do Grupo, negociando condições de empréstimos e gerindo os contratos de financiamento e instrumentos de gestão de risco, de 2007 a 2011.

Responsável da Gestão Financeira do Curto Prazo do GGFC, assegurando os contactos com as Instituições Bancárias para a contração de empréstimos, visando a otimização dos recursos financeiros disponíveis, de 2003 a 2007.

Técnico Licenciado do Gabinete de Gestão Financeira, participando na montagem de operações de financiamento externo e gerindo e controlando os diversos contratos de financiamento e contratos derivados, de 1998 a 2003.

Desempenhou funções de análise e avaliação de crédito na CETELEM- Sociedade Financeira de Aquisição a Crédito, de 1996 a 1998.

Membro do Board of Directors da Eurofima - European Company for the Financing of Railroad Rolling Stock.

DR. JOAQUIM EDUARDO PINTO RIBEIRO (Vogal)

Mestre em Contabilidade pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (pré-Bolonha), licenciado em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, ramo de Auditoria. Em 2010/2011 frequentou ainda a pós-graduação em direito da Empresas pela Universidade de Coimbra.

Revisor Oficial de Contas desde 1997, Certified Public Accountant (CPA), inscrito no Estado do Colorado, USA, desde 2009 e Chartered Accountant (ACA) no Reino Unido e no país de Gales desde 2013. Técnico Oficial de Contas desde 1992.

Desenvolveu a sua atividade em multinacionais de auditoria, com diferentes graus de responsabilidade onde adquiriu uma experiência de 24 anos em auditoria, dos quais 16 como Revisor Oficial de Contas, desempenhando as suas funções em algumas das maiores empresas nacionais e internacionais, distribuídas por vários setores de atividade.

DRA. CARLA MANUELA SERRA GERALDES (Vogal Suplente)

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Revisora oficial de contas desde 2002. Manager do departamento de auditoria da Deloitte & Touche de 1996 a 2003.

Desenvolveu a sua atividade numa multinacional de auditoria, com diferentes graus de responsabilidade onde adquiriu uma experiência de 15 anos em auditoria, dos quais 9 anos como Revisora Oficial de Contas, desempenhando as suas funções em algumas das maiores empresas nacionais e internacionais, distribuídas por vários sectores de atividade. Atualmente, e desde 2004 é sócia da Horwath & Associados e é responsável por diversos trabalhos de auditoria/revisão.



O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e o seu funcionamento e funções estão definidos nos estatutos da Empresa.

O atual Conselho foi eleito na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de março de 2013, tendo, no período em causa, reunido por 4 vezes com a presença de todos os seus membros.

Para além disso os seus membros, individualmente ou em conjunto, têm acompanhado a atividade da Empresa, nomeadamente através da leitura das atas do Conselho de Administração e relatórios da situação financeira e contabilísticos enviados pela mesma. Têm acompanhado o andamento dos trabalhos de auditoria e revisão.

Também analisaram e deram parecer sobre o PAO (Plano de Atividades Operacional) elaborado pela Empresa para 2014.

Seguiram de perto a questão relacionada com o desenvolvimento da nova política contabilística dos inventários, nomeadamente os critérios da sua contabilização e apuramento de imparidades e impacto nas demonstrações financeiras do ano.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

A EMEF tem como revisor oficial de contas a empresa Horwath & Associados, SROC, Lda., inscrita na OROC com o n.º 186 e registado na CMVM com o n.º 9171, e é representada pela senhora Dra. Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa, ROC n.º 1128.

A sociedade Horwath & Associados, SROC, Lda foi nomeada como SROC responsável pela Certificação Legal de Contas pela primeira vez em Assembleia Geral de 30/03/2012 até ao fim do mandato que terminou em 31/12/2012, foi reeleita em 15/3/2013 para o exercício de 2013 e viu o seu mandato renovado em 24/4/2014.

Cabe especialmente ao Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, além das competências constantes da lei, proceder a todos os exames e verificações necessárias à revisão e certificação legal das contas.

A sociedade Horwath & Associados, SROC, é responsável pela revisão e certificação legal de contas da EMEF e de outras empresas do Grupo CP.



ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº de mandatos na sociedade	Observações
2014	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda		3	



Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração anual (€)	
			Fixada (1)	Bruto pago (€) (2)
2014	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda	5,395	5,395

(1) Valor bruto anual fixado. (2) Antes de reduções remuneratórias.

O valor atual foi resultado de concurso público cujo critério de adjudicação foi o preço mais baixo e que o valor não sofreu qualquer incremento face ao ano anterior (2013). Refira-se que até ao ano 2010 o valor pago à SROC responsável pela certificação legal de contas ascendeu a 7.500€.

E. Auditor Externo

Tal como anteriormente referido, a EMEF tem como auditor externo a empresa Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, SROC, LDA., inscrito na OROC com o n.º 197 e registado na CMVM com o n.º 9199, e é representada pelo Senhor Dr. Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC n.º 1015.

O montante da remuneração anual paga em 2014 foi o seguinte:

 Remunerações pagas à SROC (inclui contas individuais e consolidadas)	(€)	(%)
Valor dos serviços de revisão de contas	0	0%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	4.500	100%
Total pago pela empresa à SROC	4.500	

Esta empresa não presta serviços de auditoria a qualquer das entidades participadas pela EMEF.

Quanto aos valores pagos por entidades que integram o grupo CP a informação pode ser consultada no Relatório & Contas da CP, empresa mãe.



v.

Organização Interna



A. Estatutos e Comunicações

Os estatutos são alterados por decisão do acionista único.

B. Controlo Interno e gestão de riscos

Para além de um modelo de governo que se descreveu anteriormente, a EMEF dispõe de:

- Organigrama, missão e atribuições de cada órgão e delegação de poderes;
- Conjunto de normas internas integradas no sistema da qualidade, bem como outras, relativas nomeadamente a controlo interno, não integradas nesse sistema;
- Auditoria interna

As áreas funcionais de Auditoria Interna e Gestão de Risco são asseguradas pela empresa mãe através do seu Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente, cujo âmbito abrange o Grupo CP;

- Controlo de Gestão

Área dedicada à monitorização constante da atividade da EMEF e cujas principais atribuições são as seguintes:

- a. elaborar o Plano anual da empresa, envolvendo a definição de programas e ações, em estreita colaboração com as diferentes áreas e unidades organizativas;
- b. assegurar o controlo de execução dos programas e orçamentos aprovados procedendo à análise dos respetivos desvios e identificando as situações que requerem medidas corretivas;
- c. acompanhar a execução anual do Plano de Empresa, visando o conhecimento atempado do grau de realização das atividades programadas e dos orçamentos e identificando as situações que requerem a tomada de medidas corretivas e/ou adicionais para fazer face aos desvios que importa gerir;
- d. assegurar a produção e distribuição de relatórios periódicos normalizados sobre a execução física e orçamental da empresa e de cada unidade orgânica.

São ainda efetuadas atividades de controlo, nomeadamente nas contagens físicas de inventários e nas operações de abate de inventários e de ativos fixos tangíveis da empresa.

A atividade da EMEF está exposta aos fatores de risco inerentes, como sejam, o risco de crédito e de liquidez e o risco de taxa de juro, associado aos fluxos de caixa, decorrentes de financiamentos obtidos, não oferecendo no entanto riscos financeiros relevantes.

A gestão do risco é conduzida em conformidade com as determinações do Despacho 101/09 – SETF e com base em princípios de preservação de autonomia financeira da empresa, potenciadora do seu equilíbrio financeiro e da remuneração do capital.



C. Regulamentos e Códigos

A empresa, para além da legislação geral aplicável às sociedades comerciais de atividade industrial e empresas públicas, rege-se por um conjunto alargado de regulamentos, de que se salientam os seguintes:

Regulamentos Internos

1. Estatutos da Sociedade
2. Acordos de Empresa
3. Código de Ética
4. Regulamento de funcionamento interno da Comissão de Ética
5. Manual da Qualidade
6. Política da Qualidade Ambiente e Segurança
7. Procedimentos Funcionais do Ambiente
8. Procedimentos Funcionais da Qualidade
9. Normas Internas
10. Manual de Recursos Humanos
11. Política de Recursos Humanos
12. Procedimentos de Recursos Humanos
13. Regulamento de Categorias Profissionais
14. Regulamento de Gestão da Frota Automóvel
15. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços
16. Regulamento de Controlo de Alcoolémia
17. Manual de Procedimentos de Segurança e Higiene no Trabalho

Regulamentos Externos

1. Portaria 53/71 de 3 de fevereiro - alterada pela Portaria n.º 702/80 de 22 de setembro - Regulamento geral de segurança, higiene e saúde no trabalho nos estabelecimentos industriais, e outros regulamentos relacionados de vários âmbitos (ruído laboral, substâncias químicas, segurança contra incêndios, equipamentos de trabalho ...)
2. Decreto-Lei 243/86 de 20 de Agosto - Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços, e outros regulamentos relacionados (equipamentos dotados de visor, segurança contra incêndios, ...)
3. Decreto-Lei n.º 78/2004, de 03 de abril - Regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera
4. Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho - Regime geral de gestão de resíduos
5. Decreto-lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro - Regulamento geral do ruído
6. Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março - Estatuto do Gestor Público
7. Parte I do Código dos Contratos Públicos

8. Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril – Regula o sistema de gestão dos consumos intensivos de energia
9. Decreto-lei n.º 147/2008, de 29 de julho – Regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais
10. Despacho n.º 438/10-STEF, de 10 de maio – Orientações relativas à aquisição de serviços de valor superior a € 125.000,00 e à aplicação das normas de contratação pública
11. Decreto-Lei n.º 27/2011 de 17 de Fevereiro condições técnicas que contribuem para o aumento da segurança do sistema ferroviário e de circulação segura
12. Regulamento (UE) n.º 445/2011 da Comissão, de 10 de maio - Sistema de certificação das entidades responsáveis pela manutenção de vagões de mercadorias e outros regulamentos com ele relacionado
13. Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho – Altera e Republica a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro – Gestão das Águas superficiais e subterrâneas.
14. Decreto-Lei n.º 169/2012 de 1 de Agosto - Sistema da Indústria Responsável (SIR)
15. Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de Agosto – Somente capítulo V: Instalações que utilizam solventes orgânicos
16. Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro – revogou o Decreto-Lei n.º 558/99 -Regime jurídico do Setor público empresarial e empresas públicas e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março – Princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado
17. Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro – republica a Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro - Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, com enquadramento no Código do Trabalho, e outros regulamentos relacionados
18. Decreto-Lei n.º 41/2014 de 18 de Março, que transpõe a Diretiva 2013/9/UE que altera o anexo III da Diretiva 2008/57/CE relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2011, de 17 de fevereiro.

Código de Ética

A EMEF orienta a sua atividade com total respeito pelos princípios da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, a adoção de comportamentos eticamente corretos é referência indeclinável no plano interno e no relacionamento com Clientes, Fornecedores e com a comunidade em geral.

O Código de Ética consubstancia a assunção de um conjunto de Valores e Princípios que definem padrões de comportamento, moldam a identidade e imagem da EMEF e são a referência para todos aqueles que, direta ou indiretamente com ela contactam.

Mereceu parecer favorável da Comissão de Trabalhadores da EMEF, foi publicitado junto dos trabalhadores e enviado à Autoridade para as Condições do Trabalho, nos termos da Lei, pelo que constitui regulamento interno da Empresa.

O Código de Ética é, assim, entendido e assumido como um compromisso, por todos os colaboradores e órgãos sociais da EMEF, sem exceção. Aplica-se a todos os colaboradores da EMEF, independentemente do seu vínculo laboral e da posição hierárquica que ocupem.

D. Deveres especiais de informação e sítio da internet

Conforme previsto no artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, a empresa procede à divulgação da informação no site da EMEF. A empresa tem sítio da internet em www.emef.pt.



VI.

Remunerações

A. Competências para a Determinação

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não existe uma comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

Atendendo ao facto de os membros dos órgãos sociais exercerem funções na empresa mãe estes não são remunerados exceto quanto ao ROC - Horwath & Associados, SROC, Lda - cujos honorários são de valor anual de 5.395€ nos termos do respetivo contrato de prestação de serviços.

D. Divulgação das Remunerações

O montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração da sociedade pode ser consultado no Relatório & Contas da CP, empresa mãe.



VII.

Transações com partes rela- cionadas e outras

As transações com entidades relacionadas foram as seguintes:



Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas (Euros)

Empresa	Aquisição de bens e serviços	Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos
CP, EPE	6.069.912	38.628.150
CP CARGA	0	7.399.050
ECOSAÚDE	72.305	0
FERNAVE	4.043	0
EMEF/SIEMENS, ACE	1.146	3.415.660
NOMAD TECH	878.263	217.814

As transações são suportadas por contratos celebrados entre as partes, encomendas, faturação e seu pagamento/recebimento. São organizadas reuniões entre as partes para avaliação do nível de cumprimento das respetivas obrigações.

No cumprimento dos preceitos aplicáveis, as adjudicações realizadas foram publicitadas nos termos e pelos meios legalmente estabelecidos.

A empresa tem instituído procedimentos internos de contratação estabelecidos na delegação de poderes e funções relativas à autorização de despesa.

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e que ultrapassam o um milhão de euros são os seguintes:



Fornecedores que representam mais de 5% dos FSE com valor superior a um milhão de euros (Euros)

Empresa	Valores sem IVA
CP, EPE	4.551.574



VIII.

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

Responsabilidade económica

No desenvolvimento da atividade no ano de 2014, a EMEF deu continuidade ao cumprimento de critérios de eficiência quer através duma expressiva contenção de gastos, quer através de uma criteriosa racionalização de recursos, processos e procedimentos bem como diligenciou no sentido de desenvolver o mercado externo e interno.

Responsabilidade ambiental

A EMEF garante o seu compromisso com o Ambiente através da sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, possuindo um Sistema de Gestão da Qualidade certificado desde o ano de 2000 conforme norma NP EN ISO 9001.

De forma a dar cumprimento ao acima exposto, o programa anual de auditorias internas global contemplou, para além dos requisitos ligados às normas NP EN ISO 9001, NP 4427 e à Segurança Ocupacional, também a avaliação de requisitos de Gestão Ambiental, contribuindo para a melhoria do desempenho ambiental da EMEF.

Durante o ano de 2014 foram desenvolvidas diversas ações envolvendo quer a Área de Segurança, Qualidade e Ambiente central, quer os responsáveis locais, com intervenção do então Coordenador Geral do Ambiente da EMEF. Destacam-se as seguintes:

- Gestão de resíduos

Foi realizada, através do gestor de contrato, a monitorização e gestão do contrato global de resíduos em vigor, abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF. A avaliação deste contrato/serviço feita até ao momento continuou a revelar um desempenho bastante positivo.

Decorre procedimento com vista a novo contrato de gestão de resíduos, no qual a SQA participou na definição de requisitos para caderno de encargos e faz parte do Júri. O procedimento encontra-se na fase de análise de propostas.

- Monitorização de efluentes líquidos e gasosos

A nível local, procedeu-se à monitorização dos efluentes líquidos e gasosos, prevista em procedimentos de ambiente e em requisitos legais, tendo sido tomadas medidas corretivas, sempre que necessário.

- Sistema de gestão de consumos intensivos de energia (SGCIE)

Em 2014 foram efetuadas reuniões entre a SQA Central e o POC para o desenvolvimento de estudos para implementação das ações de 2014, indicadas nos “Acordos de Racionalização dos Consumos de Energia” (ARCE) aprovados pela DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), na sequência das auditorias energéticas realizadas em 2010 (ano de referência) por Entidade oficialmente credenciada.

Estes Acordos são aplicáveis às instalações do POC (Entroncamento) e do PON (Guifões) e têm o objetivo de cumprimento da legislação aplicável e o aumento a eficiência energética. Foram realizados os REP – Relatórios de Execução e Progresso em 2013, tendo sido entregues e aprovados pelas entidades oficiais. Em 2015 serão efetuados novos relatórios por Entidade Oficial externa às instalações abrangidas, para verificação da implementação das ações. A SQA, através da sua Função “Conservação e Segurança de instalações” levou a efeito diversos estudos de soluções associadas às Medidas de racionalização de energia preconizadas, nomeadamente na melhoria da iluminação, ciente dos condicionalismos para redução de consumos.

- Gestão dos fluidos dos equipamentos de ar condicionado

Foram realizadas ações de formação externas, relativo ao Manuseamento de Gases Fluorados de efeito de estufa (GFEE) em Equipamentos de Refrigeração por colaboradores de todos os Parques Oficiais. Internamente, foram também realizadas, com meios internos, ações de formação aos operadores que realizam a manutenção de ar condicionado nas unidades de material circulante.

- Comunicação interna e externa

Integração de dados para inquérito do INE “Gestão e Proteção do Ambiente 2013”.

Consolidação e comunicação de dados destinados ao relatório de sustentabilidade da CP, EPE, relativo a todo o ano de 2013 e ao 1.º semestre de 2014.

- Colaboração com os Órgãos Locais na Área de Ambiente



A SQA Central colabora, sempre que solicitada na análise e monitorização de requisitos relativos a gases fluorados com efeito de estufa, gases que afetem a camada do ozono, sobre responsabilidade ambiental e ainda na implementação de melhorias relativas a efluentes líquidos e gasosos, solventes, vistorias de licenciamento industrial, registos de produção de resíduos, etc.

Colabora também na operacionalização de planos de monitorização e na comunicação de dados às Entidades Oficiais, nomeadamente Planos de gestão de solventes, registo anual de resíduos (SIRAPA) e monitorização de efluentes gasosos e líquidos.

Responsabilidade Social

Princípio da Igualdade de Género

O Código de Ética reprovava de forma expressa qualquer tipo de discriminação, de coação ou de assédio nomeadamente em razão do sexo e existe uma Comissão de Ética à qual pode ser reportada qualquer ocorrência, reclamação ou situação irregular que possa constituir violação das normas constantes do mesmo Código.

O processo de recrutamento externo garante a igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os candidatos.

Na EMEF as políticas salariais e de formação têm presente o princípio da não discriminação entre mulheres e homens.

As competências dos colaboradores e das colaboradoras da EMEF são reconhecidas de modo igual nos processos de promoção e progressão na carreira e acesso a cargos direção ou de chefia.

Quer em termos absolutos, quer em termos percentuais, o número de mulheres em cargos de chefia desceu em 2014, relativamente a 2013.



Nível de Qualificação

	Sexo								2013	2014
	Feminino				Masculino					
	2013	%	2014	%	2013	%	2014	%		
Quadros Superiores	27	24%	25	23%	85	76%	86	77%	112	111
Diretores	3	18%	2	13%	14	82%	13	87%	17	15
Chefes de Área	9	36%	8	32%	16	64%	17	68%	25	25
Quadros intermédios	0	0%	0	0%	97	100%	93	100%	97	93
Profissionais altamente qualificados e qualificados	22	3%	1	100%	836	97%	0	0%	858	1
Profissionais semiquualificados	1	100%	19	2%	0	0%	805	98%	1	824
Profissionais não qualificados	0	0%	0	0%	1	100%	1	100%	1	1
	50	5%	45	4%	1.019	95%	985	96%	1.069	1.030

Apoio a clientes e grau de satisfação

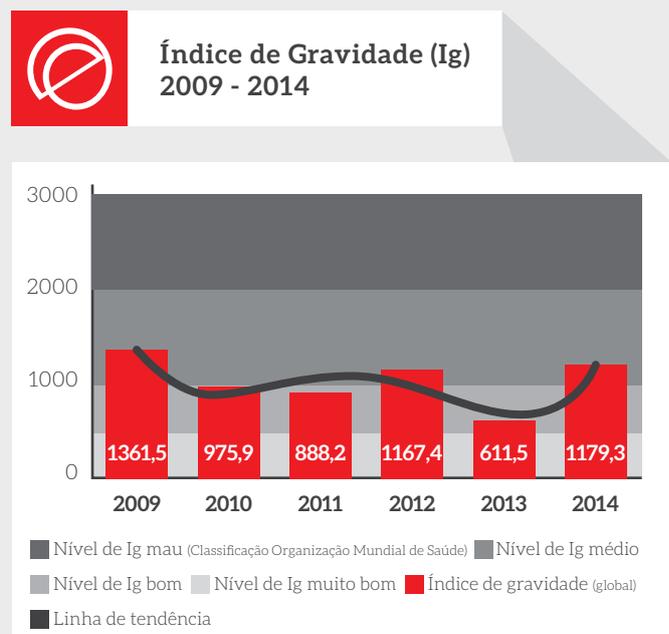
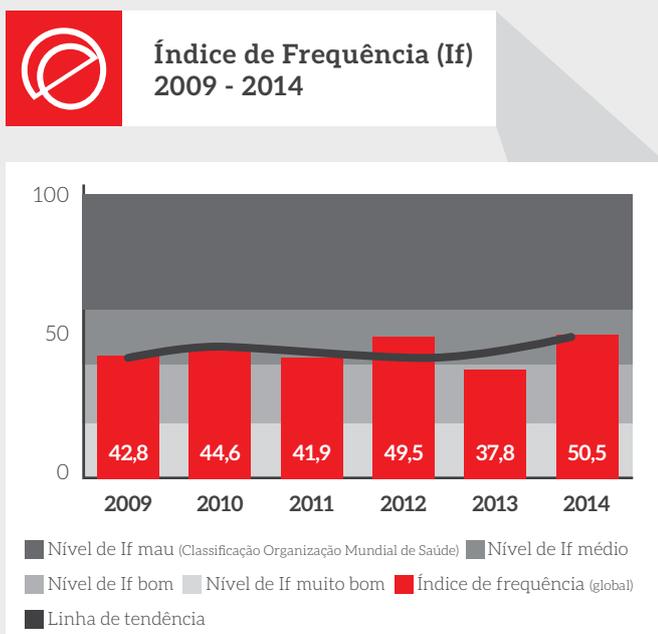
Os programas de manutenção constantes dos contratos de manutenção específicos de cada frota/segmento de mercado, aos clientes CP, CP-Carga e Metro do Porto foram genericamente cumpridos para todas as frotas com manutenção contratada, tendo-se obtido, por segmento de mercado, os seguintes valores médios, ponderados aos valores de forfait, de disponibilidade e de fiabilidade.

Segmento do Mercado	Disponibilidade Média Anual
Alfa e Intercidades	94%
Suburbanos Lisboa	83%
Suburbanos Porto	98%
Metro do Porto	100%
Regional	73%
Mercadorias (material motor)	64%

Segmento do Mercado	Fiabilidade Anual (Quilimetragem média entre incidentes devidos ao material circulante)
Alfa e Intercidades	580.000
Suburbanos Lisboa	36.000
Suburbanos Porto	330.000
Regional	63.000
Mercadorias (material motor)	24.000

Higiene e Segurança no trabalho

As figuras seguintes apresentam a evolução dos valores anuais de alguns dos mais relevantes indicadores de acidentes (onde têm sido incluídos os acidentes de percurso), durante os últimos 5 anos.



$$If = \frac{(n^\circ \text{ acidentes com baixa}) \times 10^6}{(n^\circ \text{ horas homem trabalhadas})}$$

$$Ig = \frac{(n^\circ \text{ dias úteis perdidos}) \times 10^6}{(n^\circ \text{ horas homem trabalhadas})}$$



Desde 2009 até 2014, verificou-se alguma oscilação nos valores dos indicadores dos índices de frequência (If) e de gravidade (Ig) globais.

Comparando os anos 2013 e 2014, verificou-se em 2014 a ocorrência de mais quatro acidentes (dois acidentes de trabalho e dois acidentes de percurso) o que se traduziu num aumento global do n.º de acidentes em 4% face a 2013. Excluindo os acidentes de percurso (ocorridos fora do serviço), o aumento do n.º de acidentes em 2014 reduz-se para cerca de 2%.

Comparando com 2013, em 2014 o n.º de acidentes com baixa aumentou 23% e o n.º de acidentes sem baixa diminuiu 43%. A conjugação deste facto com o facto do n.º de horas homem trabalhadas ter diminuído 6,7% em 2014 face a 2013, conduziu ao aumento dos valores dos índices de frequência e de gravidade no ano transato.

Gestão do capital humano

Reuniões com ORT's

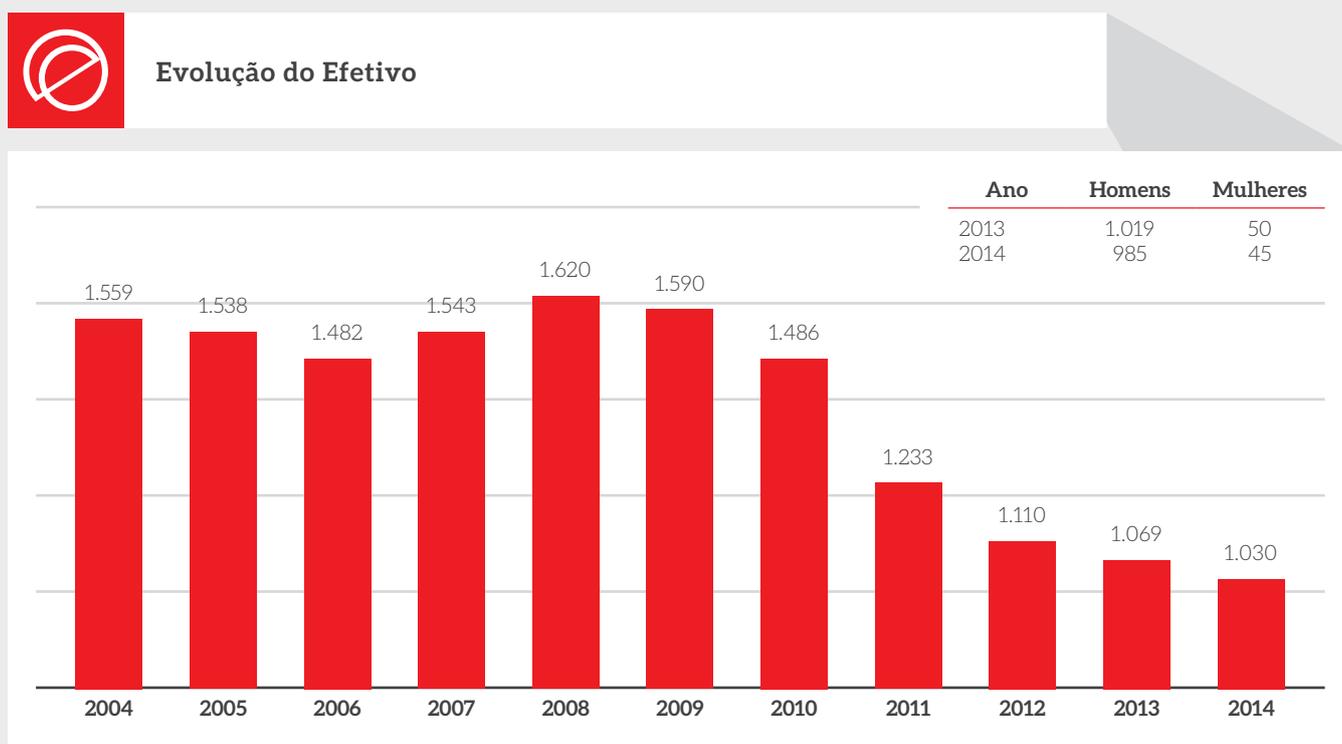
O Conselho de Administração e a Direção Executiva, cientes da importância de uma estreita interlocução com as estruturas representativas dos trabalhadores, em particular no que respeita ao conhecimento da posição daqueles órgãos do clima organizacional, dos aspetos relevantes da atividade diária da empresa e do seu futuro, procederam a mais de uma dezena de reuniões com os representantes da Comissão de Trabalhadores e com os representantes das organizações sindicais. É de realçar os esforços e compreensão das organizações representativas dos trabalhadores nas análises realizadas, nas medidas adotadas e nos resultados obtidos ao longo do ano, que permitiram assegurar um nível de estabilidade social e um clima de trabalho positivo que teve como corolário os resultados positivos alcançados pela organização.

Empregabilidade

O ano de 2014 continuou a ser um ano de ajustamento dos recursos humanos à carga de trabalho e à reorganização operada na Empresa.

O efetivo da EMEF em 31 de Dezembro de 2014 era de 1030 colaboradores (as), dos quais 96% eram homens e 4% eram mulheres.

A evolução do efetivo na última década foi a seguinte:



Nessa data todos os colaboradores (as) da EMEF estavam a ela vinculados através de contrato de trabalho sem termo, existindo, ainda, 14 colaboradores (as) com contrato de cedência ocasional, 2 trabalhadores (as) com acordo de comissão de serviço e outro com acordo de cedência de interesse público.



Vínculo Laboral

	2013				2014			
	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores(as) admitidos(as) diretamente para a EMF	403	21	424	39,7%	402	20	422	41,0%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores(as) transitados(as) da CP para a EMF	607	23	630	58,9%	572	19	591	57,4%
Trabalhadores cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	9	6	15	1,4%	11	6	17	1,7%
Contrato de trabalho a termo certo	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%
Total	1.019	50	1.069	100,0%	985	45	1.030	100,0%

Em 2014 continuou a verificar-se uma diminuição do efetivo. Saíram da Empresa 41 trabalhadores, dos quais 33 por mútuo acordo. Houve, ainda, a cedência ocasional à CP de um Técnico Superior.



Motivos das Saídas

	2013			2014		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Caducidade Cont. Ced. Temp. Ocas.	1	0	1	0	0	0
Denúncia-Cess. p/Iniciativ. Trab.	7	1	8	2	1	3
Falecimento	3	0	3	0	0	0
Reforma por invalidez (+2/3)	6	0	6	5	0	5
Reforma por velhice (normal)	2	0	2	0	0	0
Revogação p/ mútuo acordo	22	1	23	30	3	33
Transmissão posição contratual	11	2	13	0	0	0
Caducidade CT a termo	0	0	0	0	0	0
Total	52	4	56	37	4	41

A idade média situou-se nos 47,1 anos e a antiguidade média nos 23,8 anos. Ambas subiram cerca de um ano relativamente a 2013.



Idade Média

	2013			2014		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores(as) admitidos(as) diretamente para a EMEF	36,2	40,5	36,5	40,6	37,1	37,3
Colaboradores(as) transitados(as) da CP para a EMEF	53,3	56,0	53,4	56,5	54,0	54,1
Colaboradores(as) cedidos/comissão de serviço/cedência de interesse público	47,9	41,2	45,3	43,7	50,9	48,4
Total	46,5	47,7	46,5	47,7	47,1	47,1



Antiguidade Média

	2013			2014		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores(as) admitidos(as) diretamente para a EMEF	10,9	10,6	10,9	11,9	11,9	11,9
Colaboradores(as) transitados(as) da CP para a EMEF	31,9	34,3	31,9	34,6	32,4	32,5
Colaboradores(as) cedidos/comissão de serviço/cedência de interesse público	18,4	13,5	17,2	16,3	18,9	18,0
Total	23,4	22,1	23,4	22,1	23,9	23,8

A caracterização do pessoal da EMEF em termos de habilitações literárias, por género e por vínculo laboral, é a seguinte:



Habilitações Literárias

	Homens	Mulheres	Total
Ensino básico	48,2%	1,0%	49,1%
Ensino secundário	38,2%	1,0%	39,1%
Ensino superior	9,3%	2,4%	11,7%

Verificou-se, em 2014 e em termos percentuais uma ligeira subida nos grupos “Ensino Superior” e “Ensino Secundário” e uma descida no grupo “Ensino Básico”. Estas modificações deveram-se essencialmente à saída de colaboradores(as).



Habilitações Literárias

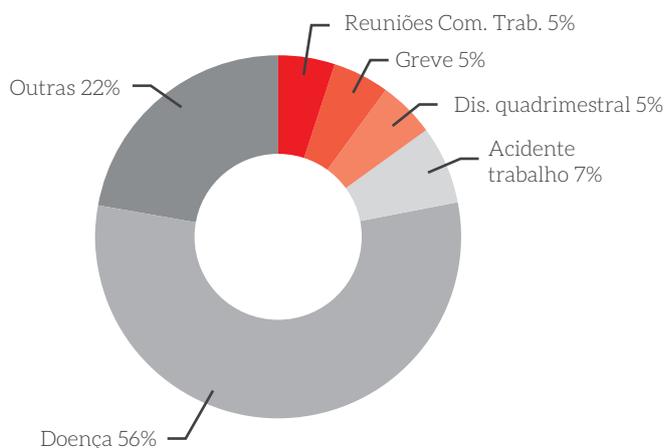
	2013			2014		
	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior
Colaboradores(as) admitidos(as) diretamente para a EMEF	12,1%	20,2%	7,4%	12,3%	20,7%	7,9%
Colaboradores(as) transitados(as) da CP para a EMEF	38,6%	17,8%	2,5%	36,8%	18,1%	2,5%
Colaboradores(as) cedidos/comissão de serviço/cedência de interesse público	0,0%	0,2%	1,2%	0,0%	0,3%	1,4%
Total	50,7%	38,2%	11,1%	49,1%	39,1%	11,8%

Absentismo

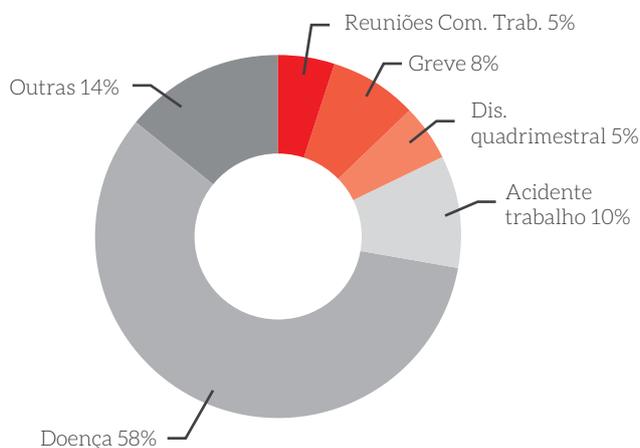
O absentismo situou-se nos 8,86%, subindo 2,03% relativamente a 2013. A principal causa do absentismo na EMEF continuou a ser a “Doença”, tendo subido 2% relativamente ao ano transato. Também subiram as ausências relativas a “greve” (3%) e a “Acidentes de Trabalho” (3%). Em contrapartida, verificou-se uma descida acentuada na causa “Outras” (8%).



Motivos de Absentismo 2013



Motivos de Absentismo 2014



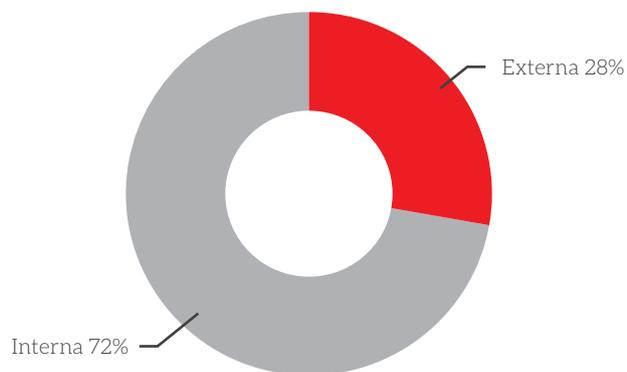


Formação

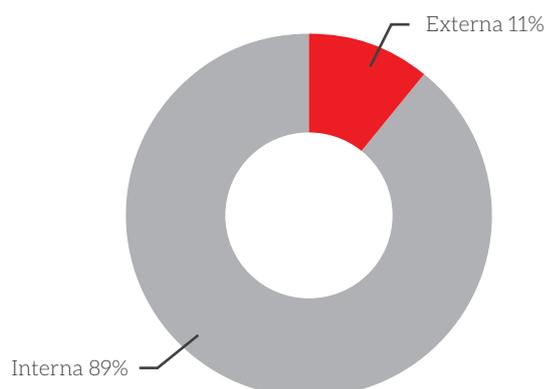
No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais a EMEF manteve e incrementou em 2014 a orientação para a formação interna.

Assim, as ações de formação interna corresponderam a 89% das horas de formação ministradas e as ações de formação externa a 11%.

 **Formação Externa/Interna 2013**

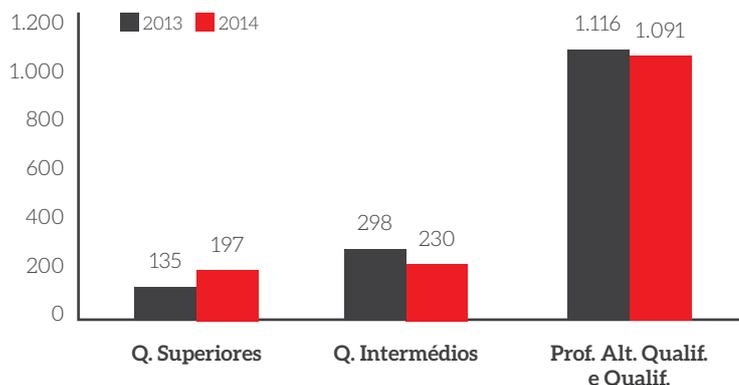


 **Formação Externa/Interna 2014**

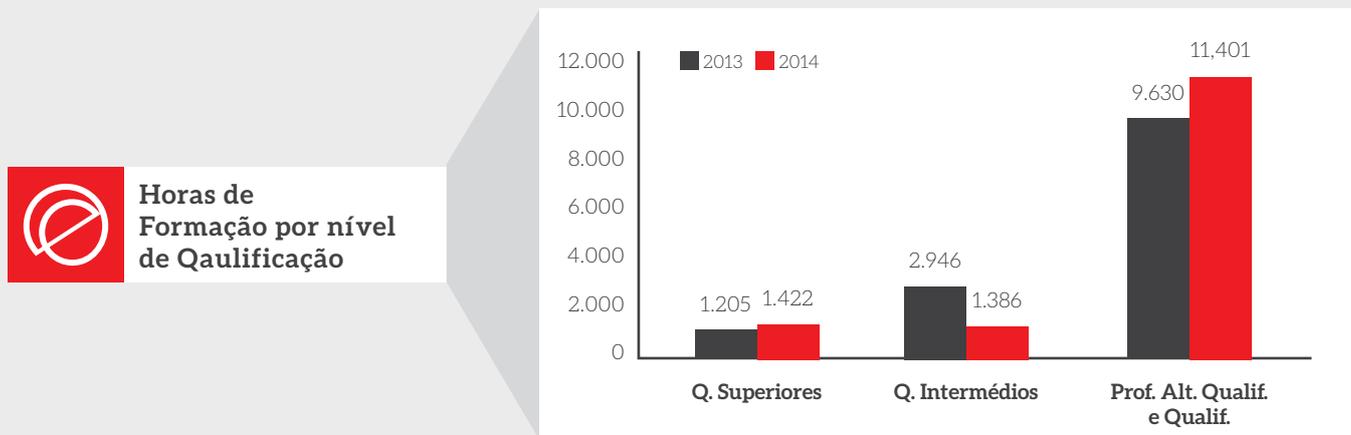


Nessas ações de formação participaram 1.549 formandos, distribuídos pelos seguintes níveis de qualificação:

 **Nº de participantes em ações de formação**



Foram ministradas 13.781 horas de formação, assim distribuídas:



Sistema de Gestão de Recursos Humanos

A EMEF dispõe de um Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) certificado pela APCER com base na Norma Portuguesa 4427:2004. Em 2014 foi efetuada pela APCER a auditoria de renovação à certificação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos conforme a mesma Norma Portuguesa, que foi concluída com sucesso.

A Política de Recursos Humanos da EMEF assume a Responsabilidade Social como referencial para a gestão de Recursos Humanos e visa cumprir os seguintes objetivos:

1. Promover o bem-estar pessoal e profissional dos colaboradores da Empresa;
2. Promover a atualização permanente das competências escolares, técnicas e profissionais dos seus colaboradores de forma a dar resposta adequada às necessidades presentes e futuras da atividade da empresa;
3. Promover e reforçar a eficácia do Sistema de Gestão de Recursos Humanos através da procura da melhoria contínua dos métodos e técnicas adotadas no respeito pelos Acordos de Empresa pela legislação em vigor.

No ano de 2014 a EMEF concedeu 28 estágios curriculares, assegurando a componente de formação prática em contexto de trabalho e 2 estágios no âmbito da medida “Estágio-Emprego” continuando, assim, a colaborar regularmente com o IEFP e com outras entidades ligadas à Formação Profissional.

Foram efetuadas reuniões regulares com a Comissão de Trabalhadores da Empresa.

Foi aplicado um inquérito para a avaliação do nível de satisfação interna.

No âmbito da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal dos colaboradores e colaboradoras, são disponibilizados:

- Horários flexíveis sempre que compatíveis com as funções a desempenhar;
- Dispensa de serviço correspondente a um período normal de trabalho por quadrimestre, sem retribuição, ao abrigo do disposto na legislação em vigor sobre “efeitos das faltas justificadas”;
- A possibilidade do gozo, em meios-dias, de 6 (seis) dias úteis de férias.

No âmbito da saúde e apoio social, a EMEF assegura aos seus colaboradores e colaboradoras:

- O pagamento de um subsídio complementar ao subsídio de doença atribuído pela Segurança Social;
- O pagamento integral do vencimento líquido quando afetados (as) por incapacidade total temporária emergente de acidente de trabalho.
- Um seguro de saúde;
- Um seguro de acidentes pessoais;
- Subsídio pré-escolar (para trabalhadores com filhos que frequentem creches, jardins de infância ou Amas inscritas na Segurança Social).



IX.

Avaliação do Governo Societário

Prosseguindo o esforço de reestruturação e consolidação do processo de mudança iniciado há alguns anos e face aos resultados apresentados pelos diversos indicadores e demais informação constante no presente relatório, é entendimento do Conselho de Administração, que a EMEF deu cumprimento aos princípios de Bom Governo estabelecidos.

Nas vertentes económica, financeira, social e ambiental, os indicadores apresentam-se globalmente acima do previsto, indicando o cumprimento dos princípios de Bom Governo, tendo sido alcançadas melhorias na sua competitividade e qualidade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e respeito pelos utilizadores do transporte ferroviário e dos clientes.

Lisboa, 17 de março de 2015

O Conselho de Administração

Presidente:
Dr.^a Cristina Maria
dos Santos Pinto Dias

Vogal:
Dr.^a Maria Isabel de Jesus
da Silva Marques Vicente



Relatório e parecer do conselho fiscal



Handwritten signature and initials

Parecer do Conselho Fiscal

Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea a), do ponto 1, do artigo 22.º dos Estatutos da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (“Empresa”) e da alínea g) do número 1 do artigo 420.º do Código das Sociedade Comerciais, examinámos o relatório e contas de 2014 da Empresa, compreendendo estas últimas as “Demonstrações Financeiras e Notas” as quais incluem o “Balanço em 31 de dezembro de 2014” (que evidencia um total de 44.660.080 euros (quarenta e quatro milhões seiscientos e sessenta mil e oitenta euros) e um Capital Próprio de 6 501 945 euros (seis milhões quinhentos e um mil novecentos e quarenta e cinco euros), incluindo um resultado líquido de 909 485 euros (novecentos e nove mil quatrocentos e oitenta e cinco euros), a “Demonstração de resultados”, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio” e a “Demonstração dos fluxos de caixa” do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. Nos termos da alínea e) do artigo 19.º dos Estatutos da Empresa é da competência do Conselho de Administração a apresentação do relatório e contas e respetivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. Estando a Empresa sujeita, de acordo com a legislação societária em vigor, à certificação legal das contas, foi nomeada a sociedade de revisores oficiais de contas, Horwath & Associados, SROC, S.A., com sede no Porto e inscrita na OROC sob o número 186, a emissão da certificação legal das contas de acordo com o decreto-lei 487/99, de 16 de novembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro.
4. A referida certificação legal das contas para o período findo em 31 de dezembro de 2014, datada de 25 de março de 2015, foi emitida na modalidade, sem reservas e com uma ênfase.
5. A ênfase mencionada pelo revisor oficial de contas, chama a atenção para o facto de que o acionista único da Empresa ser o seu principal cliente, pelo que a continuidade da Empresa está fortemente dependente desta.



Handwritten signature and initials

CONSELHO FISCAL

6. A nossa responsabilidade está definida nos Estatutos da Empresa e consiste na emissão de parecer sobre o relatório e contas do Conselho de Administração e, de um modo geral, na fiscalização da sua atividade administrativa.

7. A nossa responsabilidade inclui também a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, nomeadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como a aferição do cumprimento da exigência constante no n.º 1 do artigo 54.º do RJSP, que estabelece que as empresas públicas devem apresentar anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

Âmbito

8. O âmbito da nossa ação fiscalizadora foi realizado com base nos Estatutos da Empresa e na legislação societária em vigor, nomeadamente, o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.

9. Para tanto a nossa atividade, consistiu, nomeadamente, em:

10. Fiscalizar a administração da sociedade;
 - a) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
 - b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - c) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
 - d) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
 - e) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
 - f) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou no Estatutos de Empresa, designadamente dar parecer ao Plano de Atividades e Orçamento da Empresa.

Parecer

11. Relevamos, antes de mais, o Resultado líquido de 909 485 euros (novecentos e nove mil quatrocentos e oitenta e cinco euros) conseguido pela Empresa no período, evidenciando uma sensível melhoria face a 2013, para o que contribuiu o aumento do Volume de Negócios na ordem dos 4 Milhões de Euros e a redução dos Gastos Operacionais em cerca de 1,1 Milhões de Euros.

12. Considerando as análises e trabalhos efetuados, somos de parecer que o relatório e contas da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., no qual se inclui o relatório de boas práticas de governo societário está de acordo com a legislação vigente.



13. Confirmamos ainda que a Empresa cumpriu com as obrigações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, nomeadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.
14. Assim, somos de parecer que a Assembleia-geral da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., aprove:
- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
 - b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Lisboa, 25 de março de 2015.

O Presidente do Conselho Fiscal

Dr. Crespo Rodrigues
(Dr. Crespo Rodrigues)

A Vogal do Conselho Fiscal

Dr.ª Ana Malhó
(Dr.ª Ana Malhó)

A Vogal do Conselho Fiscal

Dr.ª Carla Geraldês
(Dr.ª Carla Geraldês)



Certificação legal de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 44.660.080 Euros e um total de capital próprio de 6.501.945 Euros, incluindo um resultado líquido de 909.485 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Ênfase

9. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade das operações, conforme divulgado na nota 3.4 – “ Principais pressupostos relativos ao futuro”, do Anexo às demonstrações financeiras. No entanto, entendemos que a sua continuidade continua a depender do suporte financeiro do acionista único, do sucesso das negociações dos contratos de prestação de serviços com o seu principal cliente e acionista único, do sucesso futuro das suas operações e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos.

Porto, 25 de março de 2015

Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa (ROC 1128)



EMEF

Rua das Industrias, 21 2700- 460 AMADORA
Tel.: (+351) 211 02 77 00 | Fax: (+351) 213 57 88 75
www.emef.pt | geral@emef.pt